



# CRID

CADERNOS DE RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS E DEFESA

VOLUME | I  
NÚMERO | I

ISSN 2674-8894



## **SOBRE A REVISTA**

Cadernos de Relações Internacionais e Defesa (CRID) é uma publicação semestral que visa ampliar as discussões sobre o sistema internacional contemporâneo, em especial as temáticas de cooperação e defesa no Sul Global e analisar criticamente os processos e eventos das relações internacionais contemporâneas concernentes à história, política e economia política internacional, à globalização, ao regionalismo, à segurança internacional e à política externa. A concretização do periódico é resultante de ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Defesa (G\_DIR), pelo Curso de Graduação em Relações Internacionais e pela Pós-Graduação *Lato Sensu* em Relações Internacionais Contemporânea na Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento. Sua publicação é semestral.

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **EDITORA CHEFE**

Nathaly Silva Xavier Schutz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

### **EDITORA ADJUNTA**

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

### **CONSELHO EDITORIAL**

Anna Carletti (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Danielle Jacon Ayres Pinto (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Hernán Olmedo González (Universidad de la República, Uruguay)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

Mamadou Alpha Diallo (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil)

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

### **COMISSÃO EDITORIAL**

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Fábio Régio Bento (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Flávio Lira (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Graciela de Conti Pagliarin (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Lucas Kerr de Oliveira (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Renatho Costa (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Rafael Vitória Schmidt (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Rafael Balardim (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Wilson Lucas Fernandes Luzuriaga (Universidad de la Republica, Uruguay)

### **ASSISTENTES EDITORIAIS**

Julia de Souza Lucena Nishio (Escola Superior de Guerra, Brasil)

João Alípio Anastácio De Paula Correa (Universidade da Integração Latino-Americana, Brasil)

Bruno Andrade Teixeira (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

**Sumário**

*Editorial* I-III

**ARTIGOS**

*Outras Inimizades: o problema da Guerra para Carl Schmitt e Pierre Clastres*

Rodrigo Duque Estrada Campos 1-22

*A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa*

Anna Carletti, Maurício Luiz Borges Ramos Dias 23-43

*A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas*

Altacir Bunde, Kamilla Rizzi, Paulo Roberto Carvalho 44-72

*Os somali no regime Selassié: como a Somália independente afetou a etnia em território etíope*

Fernanda da Silva 73-90

*O combate ao Terrorismo como elemento de cooperação internacional*

Victor Mendes 91-106

**ANÁLISES DE CONJUNTURA**

*COVID-19 e petróleo: panorama atual e rumos energéticos*

Flávio Lira, Felipe dos Santos Oliveira 107-116

**RESENHAS**

*República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani*

Julia Nishio, Bruno Andrade Teixeira 117-128

## Editorial

Kamilla Raquel Rizzi

É com orgulho que apresento o segundo número da Cadernos de Relações Internacionais e Defesa (CRID), *Compreendendo o sistema mundial contemporâneo*, o qual traz contribuições importantes para a compreensão do sistema mundial contemporâneo, em crise e transição profunda nos últimos trinta anos. Mesmo em tempos de pandemia – com todas as dificuldades sociais, políticas, econômicas e institucionais –, nosso mais novo projeto evolui de forma mais do que satisfatória. Conseguimos avançar em dois pontos: primeiro, na captação de publicações acadêmicas. Interessante notar, essas análises aqui apresentadas têm em comum a ligação da maior parte de seus autores à Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, fato que demonstra o nível quanti e qualitativo de produção das áreas de Relações Internacionais, Ciência Política e Defesa da nossa universidade, na última década. E alcançamos também novos autores. Suas leituras dão suporte analítico para compreender as rupturas e permanências no processo histórico, as nuances e contradições, além de tendências que caracterizam nosso tempo - tratam de uma gama variada de temas, relacionados à perspectiva teórica sobre a guerra, análise de política externa, sobre o desenvolvimento sustentável e as Nações Unidas, a cooperação internacional para o combate ao Terrorismo, o papel da etnia *somali* em território etíope, a COVID-19 e o petróleo, e o Irã desde 1979.

São apresentados cinco artigos, uma análise de conjuntura e uma resenha de livro. No artigo intitulado “Outras inimizades: o problema da guerra para Carl Schmitt e Pierre Clastres”, Rodrigo Duque Estrada reflete sobre a problemática da guerra, comparando dois modos de teorização sobre o fenômeno da violência organizada em sociedades separadas no tempo e no espaço; especificamente, compara a guerra na filosofia política de Carl Schmitt e na etnografia de Pierre Clastres. O segundo artigo, de autoria de Anna Carletti e Maurício Luiz Borges Ramos Dias analisa “A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa”, buscando depreender qual política externa Shinzō Abe está arquitetando para o Japão e quais suas consequências geopolíticas, procurando compreender a condução da política externa japonesa de Abe,

entre 2012 e 2019, em paralelo ao exame do processo de remilitarização japonês, as políticas econômicas aplicadas mediante as Abenomics e relacionamento japonês com os EUA, China, Coreia do Sul e Coreia do Norte.

O artigo seguinte, “A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas”, de autoria de Altacir Bunde, Kamilla Raquel Rizzi e Paulo Roberto Carvalho, apresenta uma revisão da literatura sobre a definição de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no período histórico que compreende seu surgimento nos anos 1970 e contempla as Conferências das Nações Unidas de 1972, 1992, 2002 e 2012, especialmente. A emergência do Desenvolvimento Sustentável como projeto político e social tem promovido esforços no sentido de viabilizar uma sociedade sustentável a partir das demandas, ações e negociações realizadas nas Conferências da ONU.

O quarto artigo, “O combate ao Terrorismo como elemento de cooperação internacional”, de Victor Mendes, analisa a transnacionalidade do Terrorismo como fator relevante, compreendendo que essas atividades geram ameaças à paz e à segurança internacional, tem-se um aumento da propensão à cooperação por parte dos Estados ou aprimoramento de relações de cooperação já existentes, em busca de combater organizações terroristas. O artigo pondera sobre as relações de cooperação internacional para combate ao Terrorismo, assim como o contexto em que essas ocorreram, além de seus efeitos e observa o incentivo por parte dos Estados a cooperarem internacionalmente no combate às atividades terroristas.

Fernanda Silva analisa, em “Os *somali* no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope”, a etnia *somali* em território etíope durante o regime do imperador Hailé Selassié (1930-1974) e como a independência da Somália a impactou. A autora parte do princípio de que, uma vez que configuram a mesma etnia, a libertação e a fusão das somalilândias desestabilizou o Ogaden etíope por fomentar temas culturais e políticos em torno dos *somali* e questiona de que modo a conquista da independência da Somália se tornou um divisor de águas no comportamento dos somali etíopes e as políticas de Selassié voltadas para os mesmos. A hipótese levantada é a de que interesses políticos, sociais e culturais *somali* criaram, em meio ao marco da independência da Somália, um ambiente propício à uma escalada de hostilidade entre somali e etíopes.

A análise de conjuntura elaborada por Flávio Lira Nascimento e Felipe dos Santos Oliveira, “COVID-19 e petróleo: panorama atual e rumos energéticos” apresenta conjunturalmente o panorama global do petróleo e, em menor escala, das energias renováveis no contexto de um mundo em pandemia. Na análise, são considerados dados sobre consumo, produção e preço deste hidrocarboneto, seguidos de uma discussão acerca do impacto sofrido pela indústria de petróleo e as perguntas que se colocam acerca da transição energética em 2020, e se delineiam possibilidades para a energia em um momento de adaptação à atual crise.

Já a resenha, de autoria de Julia Lucena Nishio e Bruno Andrade Teixeira, avalia o recém lançado livro “República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani”, com organização de Renatho Costa e Andrew Traumann. A coletânea apresenta textos de especialistas na temática iraniana, desde análises mais tradicionais sobre a influência da religião no processo revolucionário e a questão energética iraniana, até assuntos relacionados ao Irã na mídia brasileira e as mulheres na Revolução. A variedade de perspectivas converge entre si e fazem que se tenha uma visão mais ampla e qualitativa de como foi a Revolução de 1979 e suas consequências para a sociedade iraniana, o entorno regional e o sistema mundial até os dias atuais.

No segundo ponto em que avançamos, formamos uma equipe editorial que está dando apoio técnico e logístico ao periódico, criando uma rede de assistentes em três instituições de ensino superior públicas do Brasil, a quem agradeço nominalmente: Julia de Souza Lucena Nishio, mestranda em Segurança Internacional e Defesa na Escola Superior de Guerra (ESG), Joao Alípio Anastácio De Paula Correa, mestrando em Relações Internacionais na Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) e Bruno Andrade Teixeira, graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa.

Boa leitura a todos!

Fronteira da Paz, julho/2020.

## Outras inimizadas: o problema da guerra para Carl Schmitt e Pierre Clastres<sup>1</sup>

Rodrigo Duque Estrada Campos\*

**Resumo:** A literatura sobre as Novas Guerras impôs um desafio à compreensão clausewitziana da guerra como continuação da política no mundo contemporâneo. Não obstante, a abordagem deixa pouco especificada a caracterização da dimensão política da guerra, isto é: uma decisão existencial irreduzível a modelos racionais. No século XX, o jurista alemão Carl Schmitt estipulou a especificidade política da guerra clausewitziana como sendo a realização extrema da inimidade, inscrevendo a guerra como um corolário das relações amigo-inimigo. Assim, o político permanece central à compreensão da guerra, acompanhando também as transformações históricas e estruturais do sistema internacional. No entanto, o caráter político da guerra schmitteana permanece aplicável invariavelmente? Para Pierre Clastres, a guerra é uma estrutura sociológica onipresente nas sociedades ameríndias, e que também adquire sua tonalidade através da definição do inimigo. Neste artigo visamos responder à pergunta, comparando Schmitt e Clastres, se seus conceitos de guerra e inimidade residem em concepções cosmológicas distintas, abrindo uma indagação sobre a natureza e a realidade do poder soberano tal como exercido nas sociedades ocidentais e ameríndias de acordo com a interpretação de cada autor.

**Palavras-chave:** Guerra; Carl Schmitt; Pierre Clastres; Inimidade.

### Introdução

A busca por um *telos* da guerra parece ser inevitável na reflexão humana. “A guerra é a mãe e rainha de todas as coisas”, proclamara Heráclito. Ela exerce um fascínio quase místico sobre as pessoas, especialmente quando confrontados com sua virtual onipresença em todas as esferas da vida social; em sendo força simultaneamente destrutiva e gerativa de natureza incomparável: “A guerra, como uma centrífuga societal, tem o poder de envolver recursos (intelectual, científico, social, econômico, cultural e político) e de desfazer e recriá-los de maneira imprevisível” (BARKAWI & BRIGHTON 2011, p. 137). Assim, o fenômeno da guerra escapa à definição técnica de mero “emprego da força” ou da ênfase na “batalha decisiva” para constituir-se, ao lado de preocupações tático-estratégicas, como um problema verdadeiramente filosófico das ciências sociais e humanas: o que pode ser dito sobre a *natureza* da guerra e que desafios existem para *conhecê-la*? Ao que se

---

<sup>1</sup> O presente artigo é uma adaptação de trabalho realizado em 2015 na disciplina de mestrado “Guerra e Estratégia”, ministrada pelo professor Hector Luís Saint-Pierre, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Agradeço aos quatro revisadores anônimos que comentaram este trabalho, dois deles antes da submissão ao presente periódico, e ao debate que o texto ensejou em GT no 3º Seminário de Relações Internacionais da ABRI (2016) em Florianópolis.

\* Doutorando em Política na Universidade de York, Reino Unido. Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (rodpanzera@gmail.com).

complementaria: nosso aparato conceitual é suficiente para *apreender* essa natureza? Neste artigo, oferecemos uma via de reflexão sobre a problemática da guerra, comparando dois modos de teorização sobre o fenômeno da violência organizada em sociedades separadas no tempo e no espaço. Especificamente, comparamos a guerra na filosofia política de Carl Schmitt e na etnografia de Pierre Clastres.

A necessidade de uma filosofia que explique, quando não sirva meramente de pretexto ou justificativa, a função e o significado da guerra como fenômeno social universal constitui uma pretensão antiga ainda muito viva entre intelectuais, estendendo-se das escrituras Vedas a Tucídides, de Sun Tzu a Maquiavel e de Clausewitz aos pensadores contemporâneos, como Carl Schmitt, Liddel Hart, Charles Tilly, Kenneth Waltz, entre outros. Mais recentemente, a busca por uma compreensão abrangente da guerra foi reacendida com os debates sobre as chamadas “Novas Guerras”.

Um dos elementos reflexivos que essa literatura (bem como as críticas a ela) impõe gira em torno precisamente da possibilidade de estabelecer postulados universais sobre o fenômeno da guerra: se, por exemplo, esta responderia a necessidades morfológicas da espécie humana; se constituiria um fato social total, que afeta e é afetado por outras dimensões sociais; ou se, como é mais recorrente supor, refere-se a um *meio* para um *fim* político determinado, tal como estipulado pela célebre fórmula do general prussiano Carl Von Clausewitz (2007, p. 28): “a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizadas por outros meios”.

Tomando a tese clausewitziana como referência, encontramos na literatura mais recente pelo menos duas incursões críticas que relativizam pretensões de universalidade dos principais preceitos de *Von Kriege*, circunscrevendo-os ao desenvolvimento histórico particular de sua época. Primeiro, que sua noção da guerra como instrumento da política refere-se a uma intervenção normativa para subordinar a guerra a um curso de ação racional. A trindade da guerra clausewitziana (a estrutura de povo, exército e governo) diria respeito, neste sentido, à política do Estado moderno e à consolidação de uma cultura regimental em disputa no então Estado prussiano, e não a uma representação uníssona e invariável do fenômeno (BARKAWI & BRIGHTON 2011, p. 140; KEEGAN 2006, p. 19).

Segundo, mesmo se mantendo a fórmula clássica, diversos analistas do fenômeno da violência organizada, como Creveld (1991) e Munkler (2005), apontam que ocorreu uma transformação estrutural do fenômeno da guerra no mundo globalizado, não mais correspondendo às distinções clássicas da guerra interestatal, tais como guerra/paz, meios/fins, combatentes/não combatentes. Isto é perceptível seja no âmbito da “Guerra ao Terror” – uma guerra absoluta contra um inimigo absoluto – ou no caso da privatização das áreas de defesa e segurança, o que tem levado alguns analistas a postularem a ideia da guerra como continuação da economia (KEEN 2000) ou como prestação de serviços (UESSELER 2008).

Se tais abordagens questionam a validade analítica da fórmula clássica da guerra interestatal para o contexto atual, elas deixam, não obstante, pouco especificada a caracterização da *dimensão política da guerra* – a decisão concreta e excepcional (portanto não pré-definida ou articulada em fórmulas racionalistas) de uma coletividade política que assume o risco existencial do confronto. Deve a política permanecer necessariamente atrelada ao Estado? Seguindo a indagação de Alberto Montoya (2015), isso não limitaria a compreensão da guerra em sociedades sem Estado, como o caso das sociedades indígenas? No entanto, se seguirmos pelo caminho comparativo (o problema político da guerra em sociedades estatais e em sociedades sem Estado, apartadas no tempo e no espaço), podemos incorrer no risco do relativismo cultural segundo o qual a *causa* da guerra se daria por fatores culturais imanentes ao invés de processos sociais (MALEŠEVIĆ 2008, 2010; NEWMAN 2004)<sup>2</sup>. Desta forma, um caminho conceitual permaneceria aberto para refletir sobre o fundamento da guerra clausewitziana, isto é, sua dimensão polêmica e existencial, sem cair seja no universalismo ou no relativismo, ou ainda, no normativismo que prega incondicionalmente sua abolição.

O alemão Carl Schmitt e o francês Pierre Clastres, dois pensadores do século XX apartados tanto ideologicamente quanto do tipo de sociedade que buscavam interpretar, podem oferecer um ângulo interessante para esta problemática. Schmitt, de tradição liberal-autoritária (CRISTI 1998), estipulou a especificidade política da guerra clausewitziana

---

<sup>2</sup> Concepções identitárias e religiosas estão de fato no centro das premissas analíticas das Novas Guerras. Mary Kaldor (2011, p. 6) afirma que há uma “clivagem política emergente entre [...] cosmopolitismo, baseado em valores inclusivos, universalistas e multiculturais, e a política de identidades particulares”. De forma semelhante, Herfried Münkler (2005, p. 24) observa uma “ideologização da violência com base em, principalmente, fontes religiosas”.

como sendo a realização extrema da inimizade, inscrevendo-a assim como um corolário das relações amigo-inimigos. Clastres, de tradição esquerdista e anarquista, compreendeu a guerra como uma estrutura sociológica onipresente nas sociedades ameríndias e que adquire sua tonalidade através da definição do inimigo. Para ambos, a função ou o sentido da inimizade possui um caráter decisivo, estando *pressuposto no tecido social como condição existencial dos tipos de sociedades interpretadas*. O objetivo deste artigo é analisar os pontos de encontro e desencontro nos conceitos que dão significado à guerra no pensamento de Carl Schmitt e Pierre Clastres, e, partindo da hipótese de uma afinidade temática e não normativista entre ambos, compreender o fundamento político no qual divergem, o que impõe um problema quanto ao regime de poder em que se insere cada sociedade representada. Importa compreender, especificamente, o significado que a inimizade tem para o fenômeno da guerra, de acordo com cada autor estudado.

Metodologicamente, trata-se aqui de um estudo comparativo do pensamento de Schmitt e Clastres com relação ao problema da guerra, realizado através de uma análise interpretativa do significado que o conceito de inimizade tem para cada um no tocante às sociedades por eles estudadas. A comparação é amparada teoricamente na concepção cosmológica do político, o que permite ir além da mera aproximação conceitual entre Schmitt e Clastres a fim de postular o fundamento sobre o qual se baseiam e também divergem. A pergunta que guia nosso estudo, portanto, é: os conceitos de guerra e inimizade residem em concepções cosmológicas distintas em ambos os autores? Se sim, qual seria o fundamento cosmológico que os separa?

A próxima seção estabelece os pontos de encontro na definição conceitual da inimizade entre Schmitt e Clastres; a terceira seção oferece uma discussão sobre o fundamento político no qual divergem, evitando o relativismo cultural e inserindo suas interpretações sociais com base na perspectiva cosmológica da guerra e da inimizade; a última seção identifica o fundamento cosmológico da inimizade para cada autor, como substrato da diferenciação conceitual da guerra, a partir do trinômio comunidade-inimizade-guerra. Ao que segue uma conclusão sobre a relevância da categoria do inimigo para a atual conjuntura.

#### **A centralidade do inimigo para Schmitt e Clastres**

No século XX, o jurista alemão Carl Schmitt – geralmente rotulado como a “Coroa

Jurídica do III Reich” por sua filiação ao partido nazista e legado teórico favorável ao fascismo<sup>3</sup> – especificou o fundamento político da guerra clausewitziana como sendo a realização extrema da inimizade. Desta forma, Schmitt inscreveu a guerra como um corolário das relações amigo-inimigo, denotando o “grau máximo de uma união ou separação, de uma associação ou dissociação” (SCHMITT 2007, p. 26)<sup>4</sup>, critério pressuposto de seu conceito do político:

A guerra não é, absolutamente, fim e objetivo, sequer conteúdo da política, porém é o **pressuposto sempre presente como possibilidade real**, a determinar o agir e o pensar humanos de modo peculiar, efetuando assim um comportamento especificamente político (SCHMITT 1992, p. 60; grifo nosso).

Com esta fórmula, o político permanece central à compreensão da guerra, acompanhando também as transformações históricas e estruturais do sistema internacional; pois ao político não corresponderia mais necessariamente o Estado (este entendido como manifestação histórica daquele), mas sim a *qualidade* da inimizade existencial; a guerra adquire, portanto, o sentido da “mais extrema consequência da inimizade” (SCHMITT, 2007, p. 33), fruto de uma decisão que não pode ser fundamentada com base em preceitos racionais pré-estabelecidos (base, por exemplo, para o “dilema da segurança”) ou nem por alguma regra geral ou terceiro ator. Como afirma Schmitt em seu *Teoria do Partisan*,

na teoria da guerra, trata-se sempre da diferenciação da inimizade, a qual **confere à guerra seu sentido e seu caráter**. Toda tentativa de cerceamento ou delimitação da guerra deve ter como suporte a consciência de que [...] a inimizade é o conceito primário e de que a diferenciação dos diversos tipos de guerra é precedida por uma diferenciação dos diversos tipos de inimizade (SCHMITT 2009, p. 209; grifo nosso).

Assim, para compreender a guerra, seu sentido e caráter, seria preciso, primeiro, compreender o inimigo, seja este real, virtual ou absoluto (SCHMITT 2009)<sup>5</sup>.

A etnografia ameríndia de Pierre Clastres apresenta uma interessante afinidade

---

<sup>3</sup> Sobre a apropriação de Schmitt nos estudos de segurança e problemas associados à sua recepção intelectual em círculos liberais no campo das Relações Internacionais, cf. Campos (2017).

<sup>4</sup> As relações de distinção amigo-inimigo operam como um critério do conceito do político de Schmitt. Isso implica que 1) não se trata de uma especificação de conteúdo substantivo da política (por exemplo, como realização de alguma natureza intrínseca da espécie humana); e 2) enquanto critério relacional, a ênfase se dá na intensidade de uma relação peculiarmente política, tipicamente “o mais intenso e extremo antagonismo, e todo antagonismo concreto se torna ainda mais político conforme chega ao ponto mais extremo, aquele do agrupamento político” (SCHMITT 2007, p. 29). Behnke (2013) chega a afirmar que o cerne do político para o Schmitt não é o inimigo enquanto tal, mas sim o *ato de distinção*.

<sup>5</sup> Para uma tipologia da inimizade baseada em Schmitt, cf. Thorup (2006, p. 108-117).

temática, bem como potencial problematização, ao conceito do político de Schmitt. Não por impor algum constrangimento normativo *a priori* quanto à inimizade, à violência ou à guerra. Pelo contrário. A guerra aparece como uma estrutura sociológica onipresente nas sociedades ameríndias. Conforme Clastres,

A guerra articula-se com a sociedade primitiva enquanto tal [...], é um modo de funcionamento dela. É a própria natureza dessa sociedade que determina a existência e o sentido da guerra, guerra que, em razão do extremo particularismo ostentado por cada grupo, **está presente de antemão, como possibilidade**, no ser social primitivo (CLASTRES 2014, p. 248; grifo nosso).

Como em Schmitt, a descrição do fenômeno da guerra não obedece à tentativa de desconstruí-la ou reprimi-la teoricamente, mas de inscrevê-la em uma lógica particular da própria morfogênese social. A guerra “não precisa ser comum, normal, algo ideal ou desejável. Mas deve, não obstante, permanecer uma **possibilidade real** enquanto o conceito do inimigo permanecer válido”, assevera Schmitt (2007, p. 33; grifo nosso). A guerra é pressuposta, portanto, porque é possível, não porque é inevitável<sup>6</sup>. Clastres nota que

há, imanente à sociedade primitiva, uma lógica centrífuga da atomização, da dispersão, da cisão, de modo que cada comunidade tem necessidade, para se pensar como tal (como totalidade una), da figura oposta do estrangeiro ou do inimigo, e assim a possibilidade da violência está inscrita *de antemão* no ser social primitivo; *a guerra é uma estrutura da sociedade primitiva* e não o fracasso acidental de uma troca malsucedida. A esse estatuto estrutural da violência corresponde a universalidade da guerra no mundo dos selvagens (CLASTRES 2014, p. 241).

Nesta afirmação, observamos um triplo encadeamento sociológico que constitui a base existencial das sociedades ameríndias: Comunidade-Inimizade-Guerra. Cada um dos três elementos operando numa lógica de interdependência, de maneira muito semelhante à teoria de Carl Schmitt. Para Schmitt, o inimigo tem um efeito ou uma função socializante sobre a comunidade política, de onde a guerra, como realização extrema desse atributo, assume seu sentido: “se deixa de existir essa diferenciação, deixa de existir então a vida política em geral. Um povo politicamente existente não é de maneira alguma livre para escapar [...] desta diferenciação prenhe de destino” (SCHMITT 1992, p. 77). Em outro trabalho, Schmitt assevera que “o inimigo é a encarnação de nossa própria questão”

---

<sup>6</sup> Não há, portanto, relação causal entre a possibilidade da guerra e sua realização, pois o desvio de uma para a outra não é regido pela necessidade, mas sim pela decisão concreta de assumir (ou não) o risco existencial do confronto (ARIDITI 2008, p. 426).

(SCHMITT 2012, p. 65; tradução nossa). A guerra, colocada no horizonte político como possibilidade, representa a negação existencial de um “outro” que, paradoxalmente, confere sentido à “nossa” própria existência enquanto unidade política. Clastres (2014, p. 185). é provocativo neste aspecto: “A guerra é o modo de existência privilegiado da sociedade primitiva enquanto esta se distribui em unidades sociopolíticas iguais, livres e independentes: se não houvesse inimigos, seria preciso inventá-los”.

O que se revela nessa discussão da guerra é que o “internacional” constitui uma das premissas do aparato teórico de ambos os autores, na medida em que a política é definida não em termos de identidade universal e homogênea da espécie humana; ao invés, assume a necessidade (bem como o risco) ontológica da diferença, que, por sua vez, congrega a possibilidade do conflito. Esta é, afinal, a definição que Schmitt dá à política como um pluriverso, pois

[n]a terra, enquanto existir um Estado [ou qualquer outra unidade política], sempre existirão vários Estados, e não pode haver um ‘Estado-mundial’ que englobe toda a terra e toda a humanidade. O mundo político é um pluriverso, e não um ‘universo’ (SCHMITT 1992, p. 80).

Podemos, portanto, observar uma lógica de continuidade entre Schmitt e Clastres: seria a natureza da sociedade que determina a existência e o sentido da guerra (Clastres), enquanto que um elemento determinante da natureza de cada sociedade, ocidental ou ameríndia, residiria na qualidade distintiva da inimizada (Schmitt). Conjugando tal lógica veremos a existência de um paradigma da guerra similarmente estruturante no pensamento de ambos os autores, ainda que calcados em representações de sociedades ortogonalmente separadas no espaço e no tempo: neste caso, a inimizada schmitteana destinando-se à filosofia política da tradição liberal-colonial-autoritária do cristianismo ocidental (CRISTI 1998) e a inimizada clastreana destinando-se à filosofia política ameríndia.

Não obstante essa equivalência descritiva, é necessário problematizá-la a fim de não cair em qualquer universalidade ou funcionalismo genéricos. Assim, o questionamento posto na introdução à Clausewitz pode permanecer válido também para Schmitt, por este se inserir na mesma tradição de pensamento ocidental: *que* inimigo e para *quem*? O caráter político da guerra schmitteana permanece invariável, correspondendo a uma determinação conceitual universal e atemporal? Ou, por outro lado, não seria o conceito do político de Schmitt, com seu corolário da guerra, representativo de uma *cosmologia particular* que o

autor atribui ao tipo de sociedade ou civilização que estuda? De acordo com Viveiros de Castro,

O problema liminar colocado por qualquer tentativa de identificar um equivalente ameríndio para ‘nossa’ filosofia é o de **pensar um mundo constituído pelo Inimigo enquanto determinação transcendental**. Não o amigo-rival da filosofia grega, mas a *imanência do inimigo* da cosmopraxis ameríndia, onde a inimizade não é um mero complemento privativo da amizade, nem uma simples facticidade negativa, menos ainda um **a priori identitário do conceito de ‘político’ ao modo de Carl Schmitt**, mas uma estrutura de direito do pensamento, que define uma outra relação com o saber e um outro regime de verdade [...] (VIVEIROS DE CASTRO 2015, p. 226; grifo nosso).

Nosso objetivo, entretanto, não é encontrar o substrato “real” que diferencia o arquétipo do trinômio comunidade-inimizade-guerra nas sociedades representadas por Schmitt e Clastres – se, por exemplo, a guerra e a inimizade cumpriram uma função social específica na estrutura de comunidades indígenas guerreiras (FERNANDES 2013), enquanto que, nas sociedades ocidentais capitalistas, cumpriram uma função de acumulação de capital e centralização coercitiva no âmbito do processo de construção dos Estados nacionais (TILLY 1985). Nossa pretensão é mais modesta, visando desvelar o substrato de diferenciação tal como interpretado pelos próprios autores: que regime verdade ou de poder Schmitt e Clastres atribuem às sociedades que interpretaram e que, por sua vez, fundamentam a respectiva análise sobre a guerra e a inimizade? Na próxima seção, esclareceremos o modo pelo qual a interpretação de cada autor se baseia não no relativismo cultural, mas em concepções cosmológicas distintas sobre a guerra.

### **Do culturalismo à cosmologia da guerra**

Apesar da originalidade e da capacidade camaleônica da tese de Clausewitz em adaptar-se aos dias atuais, não é difícil evidenciar o ponto até o qual seu pensamento sobre a natureza da guerra esteve predominado por uma concepção característica da violência organizada europeia. Bastaria um exemplo para salientar esta ideia. Quando Clausewitz (2010, p. 13) afirma que a “guerra não é nada mais do que um duelo em grande escala”, o pensador não está recorrendo meramente a uma metáfora auxiliar e desprovida de significação histórica.

A antropomorfização<sup>7</sup> da guerra segue uma linha histórico-filosófica de grande relevância para o pensamento político ocidental, na medida em que se refere ao surgimento de um novo complexo político (o Estado soberano absolutista), que, argumenta-se, teria sido capaz de superar o *justum bellum* (guerra justa, isto é, a moralização da guerra) da cristandade medieval ao introduzir o conceito de *justus hostis* (inimigo justo, isto é, a desmoralização da guerra), e cujo efeito teria sido a aplicação de um princípio não-discriminatório da guerra (no sentido de que inimigos passam a reconhecer-se como iguais). Trata-se da formação uma nova ordem espacial (o primeiro “*Nomos da Terra*”, nos termos de Schmitt), cuja importância reside em ter delineado também um novo direito da guerra, viabilizado juridicamente pelo recurso da antropomorfização<sup>8</sup>:

Um passo decisivo para a nova grandeza ‘Estado’ e para o novo direito das gentes interestatal consistiu em representar como *peessoas* as formações de poder territorialmente fechadas. Assim elas obtiveram a qualidade que conferia sentido à analogia da guerra como um duelo. Foram representadas como ‘grandes homens’, *magnie homines* [...] Isso tem um grande significado, pois somente por essa via a guerra se torna uma relação entre pessoas que se atribuem mutuamente determinada posição. Os soberanos se reconhecem como tais, ou seja, como agentes de reconhecimento mútuo (SCHMITT 2014, p. 153).

Portanto, aquilo que Schmitt compreende como um fenômeno marcadamente eurocêntrico que tornou possível a “circunscrição” da guerra – sua suposta “humanização e racionalização”, comparativamente às guerras religiosas do século XVI (SCHMITT 2014, p. 126) – é exatamente análogo com a afirmação de Clausewitz de que “se as guerras das nações civilizadas são menos cruéis e destrutivas que as guerras entre selvagens, a razão reside nas **condições sociais dos Estados e em sua relação uns com os outros**” (CLAUSEWITZ 2010, p. 14; grifo nosso)<sup>9</sup>. Se tal interpretação, vista em seu conjunto, reside em alguma mistificação

---

<sup>7</sup> Antropomorfização (ou personificação) refere-se à projeção de qualidades inerentes ao comportamento humano para entidades abstratas ou não-humanas.

<sup>8</sup> Sobre a teoria e o legado da antropomorfização nas Relações Internacionais, cf. Luoma-aho (2012).

<sup>9</sup> O argumento de ambos os pensadores, no entanto, e a despeito do consenso que dispõe nos meios acadêmicos, tem se tornado cada vez mais problematizado por revisões historiográficas diversas, especialmente no campo da sociologia histórica. De acordo com um destes críticos, “[...] a soberania absolutista deu ao conflito militar um caráter ilimitado, irracional e desumanizado que não podia ser controlado pela coleção amorfa de textos [...] que constituíam o *ius publicum* [...]” (TESCHKE 2011, p. 203). No mesmo sentido, a diferenciação entre guerra “civilizada” e guerra “bárbara”, tipicamente etnocêntrica, reside na falsa suposição de que os povos do Novo Mundo não se submetiam a regras sobre a conduta da guerra ou que não reconheciam a figura do inimigo justo. No caso das sociedades ameríndias, por exemplo os povos Tupinambá, tal concepção estaria equivocada, na medida em que a guerra, não sendo um instrumento político, mas sim uma relação social daqueles grupos indígenas, “necessita de normas e regras (por exemplo, o *ius in bello*) sem as quais os combates não poderiam ocorrer entre os beligerantes, reciprocamente iguais entre si (*hostis*)” (MONTROYA 2015, p. 4).

histórica, isso permanece como um ponto aberto à discussão; o fato inequívoco é que Clausewitz é representante de uma consciência filosófica específica sobre o fenômeno da guerra, sobretudo no que tange ao seu dever-ser<sup>10</sup>.

Uma das principais vozes a denunciar a relatividade do discurso de Clausewitz, e de fato a provincializar sua filosofia da guerra, foi o historiador britânico John Keegan. Para ele, Clausewitz discursava não de um ponto de vista neutro ou desapaixionado, mas como ator participante das transformações estruturais que ocorriam então na Prússia, especialmente na esfera militar:

embora fosse um bom historiador, Clausewitz permitiu que as duas instituições - Estado e regimento - que circunscreviam sua percepção do mundo dominassem seu pensamento de tal forma que não conseguiu observar quão diferente a guerra pode ser em sociedades nas quais tanto Estado como regimento são conceitos alienígenas (KEEGAN 2006, p. 28).

O tipo de abordagem que Keegan está advogando, principalmente ao contrastar o sentido da guerra clausewitziana com aquela dos polinésios da Ilha de Páscoa, dos zulus da África do Sul e dos samurais japoneses, é a ideia da guerra como perpetuação da cultura por seus próprios meios: “a guerra abarca muito mais do que a política, que é sempre uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura” (KEEGAN 2006, p. 18). Apesar dos méritos dessa abordagem (talvez por descentralizar Clausewitz), ela padece de deficiências sociológicas que a subscreve a uma metodologia *relativista*, da qual buscamos afastar-nos para a análise comparativa entre Schmitt e Clastres.

Keegan não especifica o que entende por cultura. O único esboço de uma definição (sequer conceito ou teoria) da cultura consta ao final do primeiro capítulo de *Uma História da Guerra*: “[...] a cultura – o grande carregamento de crenças, valores, associações, mitos, tabus, imperativos, costumes, tradições, maneiras e modos de pensar, discurso e expressão artística que lastreia toda sociedade [...]” (KEEGAN 2006, p. 47). Assim, sua difusa noção de cultura adquire sentido mais como uma estrutura determinista e estática coagindo grupos sociais do que como uma dinâmica de mediação socialmente instanciada. A insuficiência desse quadro analítico para a compreensão da violência organizada tem sido interpretada

---

<sup>10</sup> Consciência esta que Carl Schmitt admitidamente defendeu e representou: “Yo soy el último representante consciente del *jus publicum Europaeum*, su último teórico e investigador en un sentido existencial [...]” (SCHMITT 2012, p. 55).

por alguns estudiosos como uma “falácia naturalista”, explorando menos os mecanismos socioculturais responsáveis por ativar a solidariedade grupal do que um tipo de essencialismo cuja manifestação mais extrema se exprime em um “choque de civilizações” à la Huntington (MALEŠEVIĆ 2010).

A utilização dessa abordagem torna-se ainda mais problemática quando se trata do estudo da guerra ameríndia. Em outro trabalho, Keegan (1996) pôs-se a estudar a guerra entre os povos indígenas das Grandes Planícies norte-americanas. O que sua metodologia culturalista aí revela são suposições ontológicas sobre a natureza humana. Conforme avalia Beier (2005, p. 162),

Percebe-se [em Keegan] a convicção em um ‘senso comum’ decididamente Ocidental nesta análise dos fatos putativos da guerra nas Planícies. Central a esta sabedoria amplamente acreditada é o familiar impulso hobbesiano que, encontrando na condição aborígene nada aparentado com o Estado como um meio pelo qual a ordem política possa ser equipada, advoga, em seu lugar, um estado de guerra perpétuo e de insegurança.

Assim, intrínseco ao postulado de Keegan reside a tradicional distinção ontológica entre natureza e cultura. Basicamente, nesta interpretação existe uma única natureza sendo interpretada por diversas culturas e pontos de vista. Epistemologicamente, trata-se sempre de sujeitos conhecedores de objetos com propriedades fixas e atemporais. Neste quadro, a cultura em questão pode ser supostamente medida evolutiva ou biologicamente através da existência ou não de mecanismos sociais (qualquer coisa semelhante a um Estado) que reprimam os desejos irrefreáveis e sede de poder dos indivíduos, tal como dita o imperativo do estado de natureza<sup>11</sup>: “[d]e todas as construções científicas, a doutrina de Hobbes do estado de natureza dos *magnies homines* mostrou ter mais força e verdade histórico-espiritual”, assevera Schmitt (2014, p. 156). Sob esta ótica antropocêntrica – de fato, um individualismo metodológico – a guerra ameríndia só poderia aparecer como um tipo “primitivo” de guerra empreendida por “selvagens” que ainda não desenvolveram plenamente a consciência de sua individualidade (“alma”) – e daí o repugno geralmente expresso pelo ocidente judaico-cristão pela antropofagia como prática medular da inimizada ameríndia. A guerra indígena não poderia, portanto, ter qualquer significação própria,

---

<sup>11</sup> Interessante notar que, apesar de hipótese dedutiva, o estado de natureza de guerra perpétua de todos contra todos fundamentava-se numa projeção que o próprio Hobbes atribuía aos nativos do Novo Mundo. Como observa Schmitt (2014, p. 98), “o estado de natureza de Hobbes é uma terra de ninguém, mas não é, nem de longe, um lugar nenhum. **É localizável, e Hobbes o localiza, entre outros lugares, no Novo Mundo**” (grifo nosso).

senão representar a manifestação de uma aberração cultural às margens da história escrita e civilizada, ou, de modo mais determinante, um fenômeno pré-político e sem institucionalidade.

Assim, atribuir a diferença de significado da inimizade e da guerra nas interpretações de Schmitt e Clastres como expressão da relatividade cultural da violência organizada em sociedades separadas no tempo e no espaço, resultaria em um etnocentrismo no qual uma medida específica da cultura – a cultura ocidental, com todos os corolários de individualismo, liberalismo, cristianismo, colonialismo – se estenderia como referência gravitacional para outros povos que ou 1) a desconhecem ou 2) a negam continuamente. Contra esta visão, propomos comparar a filosofia política de ambos a partir de outro regime de verdade e poder – que entendemos aqui sob o rótulo solto da cosmologia. Importa, portanto, decifrar suas filosofias políticas a partir da cosmologia que cada autor atribuiu às sociedades que interpretou. Como veremos, a dicotomia amigo-inimigo, embora permaneça central à cosmologia ameríndia, de acordo com Clastres, opera sobre um plano de realidade distinto que precisa ser melhor qualificado (isto é, compreendido em seus próprios termos) e não apenas referido como expressão relativa de uma natureza única.

O que é a cosmologia? De acordo com Bleier (2005, p. 45),

como uma teoria do universo, a cosmologia especifica aquilo que é e aquilo que não é, o que pode ser dito e o que não pode. A cosmologia, entretanto, raramente é reconhecida e submetida ao escrutínio. Ao invés, ela opera, em grande medida, para além da nossa acuidade, ditando um relato da ordem natural, um relato de tudo que há ou que pode ser.

Utilizar a cosmologia como um elemento compreensivo para a reflexão sobre a guerra significa levar a sério uma perspectiva que desvele um verdadeiro pluriverso de sujeitos e entidades em relações. Em parte, isso retém semelhança com a ideia de pluriverso de Schmitt, para quem a “unidade política pressupõe a possibilidade real do inimigo e com isso pressupõe outra unidade política coexistente” (SCHMITT 1992, p. 80). Ao mesmo tempo, porém, trata-se também de um pluriverso *cósmico*, no qual não há apenas unidades políticas idênticas coexistindo (o que estaria próximo à conceituação schmitteana); mas em cada unidade (ou conjunto de unidades), o próprio mundo de sujeitos pode ser experienciado de modo completamente diverso do outro: um mundo de sujeitos relacionados não pela mistificação social que caracteriza o processo de acumulação do

capital – nos termos de Marx, o fetichismo da mercadoria que retira a consciência de classe no processo de troca –, mas por qualquer outra relação social não mediada pelo objeto fantasmagórico do capital. Carlos Lenkersdorf (2008), que etnografou os Tojolabales do sudeste mexicano, identificou que a estrutura sintática da língua desse povo era intersubjetiva, no sentido de que não há objetos, apenas uma pluralidade de sujeitos que entram em relações mútuas – configurando assim um tipo de relação sujeito-sujeito (e não sujeito-objeto, tradicional à metafísica liberal) de conhecimento, onde tudo, incluindo não-humanos, se torna potencialmente relacional<sup>12</sup>.

Numa linha semelhante, Viveiros de Castro avança a hipótese de que os povos ameríndios conhecem uma metafísica ortogonalmente oposta à ocidental, constituindo a base para sua relação com a realidade e seu meio social: “o objeto cuja existência aqui se afirma são os *conceitos* indígenas, os *mundos* que estes conceitos constituem (mundos que assim os exprimem), o fundo virtual de onde eles procedem” (VIVEIROS DE CASTRO 2015, p. 219). Diferente de uma abordagem *relativista* de sistemas socioculturais sobre os quais a guerra pode ser compreendida, trata-se da proposição inversa de uma *qualidade perspectiva*, ou melhor, *multinaturalista*:

Esse reembaralhamento das cartas conceituais levou-me a sugerir a expressão ‘multinaturalismo’ para designar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias ‘multiculturalistas’ modernas: enquanto estas se apoiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas [...], a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A ‘cultura’ ou o sujeito seriam aqui a forma do universal, a ‘natureza’ ou o objeto, a forma do particular (VIVEIROS DE CASTRO 2015, p. 43).

A cultura como contínuo sócio-espiritual dado “desde sempre”, portanto; e a natureza como variedade perspectiva. O ideal epistemológico ameríndio seria também inverso: enquanto a cosmologia ocidental se baseia na capacidade de objetivar tudo quanto possível, o ideal de conhecimento ameríndio se nutre da capacidade máxima de subjetivação:

conhecer é ‘personificar’, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido. Ou antes, *daquele*.; pois a questão é a de saber ‘o *quem* das

---

<sup>12</sup> A respeito da cosmovisão, o autor sugere que ela está tão enraizada que “al hablar de la percepción del mundo nos referimos a los cinco sentidos, pero también a la razón, a la imaginación y a la representación. Así, el estómago está tan relacionado con la cosmovisión y condicionado por ella como los ojos” (LENKERSDORF 2008, p. 16).

coisas (Guimarães Rosa), saber indispensável para responder com inteligência à questão do ‘por quê’. A forma do Outro é a pessoa [...] o conhecimento verdadeiro visa à revelação de um máximo de intencionalidade, por via de um processo de ‘abdução de agência’ sistemático e deliberado (VIVEIROS DE CASTRO 2015, p. 50-51).

Essa perspectiva abre espaço, portanto, a uma consideração cosmopolítica em que o conceito de inimigo possui um valor cardinal na vida social nas sociedades consideradas. Este reconhecimento é importante para a compreensão comparativa da guerra na medida em que a inimizade assume uma característica sociomórfica que afeta e é afetada por toda cosmologia indígena: na medida em que tudo é sujeito em potencial (humanos e não-humanos), as relações entre as espécies assumem sempre uma dimensão social, pois os seres do mundo indígena existem em formas coletivas. E a guerra, como possibilidade pressuposta dessa socialização interespecífica, deriva de uma lógica cosmologicamente imanente às sociedades indígenas: a divisão entre amigos e inimigos, de acordo com Clastres (2014, p. 139). Qual seria, portanto, a diferença cosmológica que fundamenta as interpretações de Schmitt e Clastres, respectivamente?

### O sentido da guerra entre Pierre Clastres e Carl Schmitt

Apesar da estrutura de semelhança no que se refere ao critério pressuposto da guerra para ambos os pensadores, Clastres é ainda mais categórico do que Schmitt. Em suas palavras (CLASTRES, 2014, p. 250): “a guerra é seu fundamento, a própria vida de seu ser, sua finalidade: a sociedade primitiva é *sociedade para a guerra*, ela é, por essência, guerreira...”. Schmitt apenas reconhece essa possibilidade através de uma decisão excepcional:

O Estado como uma unidade essencialmente política pertence ao *jus belli*, isto é, à possibilidade real de, num dado caso, determinar, em virtude de sua própria decisão, o inimigo e combatê-lo. Com que meios técnicos a luta será travada, que organização das forças armadas existe, quais são as perspectivas de vencer a guerra, é aqui indiferente, enquanto o povo unido politicamente estiver pronto a lutar por sua existência e sua independência, sendo que ele mesmo determina, em virtude de decisão própria, em que consiste sua independência e sua liberdade (SCHMITT 1992, p. 71).

O critério diferenciador no pensamento de ambos reside precisamente no *caráter* dessa decisão política. O decisionismo de Schmitt evoca sua teoria da soberania: “soberano é aquele quem decide sobre a exceção” (SCHMITT 2005, p. 5). Esse soberano, que se encontra simultaneamente dentro e fora do ordenamento jurídico, determina o caso

excepcional da designação de quem é o inimigo existencial e da guerra, como forma de garantir a autonomia da ordem política. “A exceção revela mais claramente a essência da autoridade do Estado” (SCHMITT 2005, p. 13), isto é, a ordem política depende diretamente da autoridade soberana. Percebemos aqui a natureza da comunidade política de referência no pensamento de Schmitt, aquela da autoridade de um poder vinculante que se encontra *separado* da sociedade. Trata-se da simbologia política superlativa do decisionismo: “*Auctoritas, non Veritas*. Nada aqui é verdade: tudo aqui é comando” (SCHMITT 1996, p. 55). Assim, essencial ao pensamento de Schmitt é a dialética entre mando e obediência<sup>13</sup>.

Acompanhemos melhor esse aspecto. Na elaboração de Schmitt (2007, p. 52),

Se um povo tem medo das provações e dos riscos implicados em existir na esfera da política, então outro povo aparecerá e assumirá estas provações, protegendo-o de inimigos externos e, conseqüentemente, tomando o governo político.

Em nota pouco citada a esta passagem, Schmitt revela como esta concepção de poder vinculante está intrinsecamente ligada à tradição de reflexão da qual representa:

Nenhuma forma de ordem, nenhuma legitimidade ou legalidade razoáveis podem existir sem proteção e obediência. **O *protego ergo oblige* é o *cogito ergo sum* do Estado.** Uma teoria política que não se torne sistematicamente atenta a esta sentença permanece um fragmento inadequado. Hobbes designou isso [...] como o verdadeiro propósito de seu *Leviatã*, instilar no homem outra vez ‘a mútua relação entre Proteção e Obediência’; a natureza humana, assim como o direito divino, demanda sua observação inviolável (SCHMITT 2007, p. 52).

Percebemos esta mesma lógica atuando na definição da trindade da guerra de Clausewitz, composta

da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega; do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; **e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão.** O primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente ao povo; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo (CLAUSEWITZ 2010, p. 30; grifo nosso).

Essa diferenciação funcional entre povo, exército e governo é reveladora não apenas da estrutura de mando-obediência, mas do quão atrelado o trinômio ocidental

---

<sup>13</sup>Mando-obediência é o primeiro pressuposto da essência do político para o pensador francês Julien Freund (1968, p. 121), que se fundamenta tanto em Schmitt quanto em Raymon Aron. Os outros pressupostos são: público-privado e amigo-inimigo.

Comunidade-Inimizade-Guerra está ao desenvolvimento histórico europeu, isto é, da instituição de um exército permanente e da emergência da categoria “povo”. A própria figura do *partisan* (guerrilheiro), para Carl Schmitt, seja o combatente irregular territorialmente vinculado (telúrico) ou o revolucionário da guerra absoluta de classes, tem seu ponto de partida histórico na guerra civil espanhola de 1808 contra a invasão do exército napoleônico (SCHMITT 2009, p. 152), isto é: a figura “povo” nasce e torna-se possível apenas a partir dessa dupla diferenciação moderna. Por outro lado, a questão decisiva para o comparativo com Clastres é que tais diferenciações inexistem nas sociedades ameríndias, e, de modo ainda mais significativo, inexiste a condição de poder vinculante como postula o decisionismo schmitteano. Como afirma Clastres (2013, p. 20),

Encontramo-nos [...] confrontados com um enorme conjunto de sociedades nas quais os detentores do que alhures se chamaria de poder são de fato destituídos de poder, onde o político se determina como campo fora de toda coerção e de toda violência, fora de toda subordinação hierárquica, onde, em uma palavra, **não se dá uma relação de comando-obediência**. Eis a grande diferença do mundo indígena e o que permite falar das tribos americanas como universo homogêneo, apesar da extrema variedade de culturas que aí se movimentam (grifo nosso).

Essa passagem clama pela pergunta: em que consiste, para Clastres, o decisionismo ameríndio? Em última instância, qual o sentido de guerrear?

Segundo o autor, uma definição etnológica das sociedades ameríndias é que “elas não têm órgão separado do poder, *o poder não está separado da sociedade*” (CLASTRES, 2014, p. 138). Desse motivo deriva, por exemplo, o fato dos grandes guerreiros tupinambá, os morubixadas, destituídos de poder vinculante, não se enquadrarem na definição de “gênio guerreiro” de Clausewitz (MONTROYA 2015, p. 11)<sup>14</sup>. Assim, se continuarmos acompanhando Clastres, poder-se-ia afirmar que, na sociedade ameríndia, o poder *é a própria sociedade*. O chefe indígena exprimiria apenas a vontade coletiva:

da boca do chefe não saem palavras que sancionariam a relação comando-obediência, mas o discurso da própria sociedade sobre si mesma, discurso por meio da qual ela se autoproclama comunidade indivisa e vontade de perseverar nesse ser indiviso (Clastres 2014, p. 141).

---

<sup>14</sup> Montoya (2015, p. 12) observa que, “não havendo um corpo militar segmentado e à parte da sociedade ‘civil’, menos ainda ‘generais’ entre os tupinambá, não faz sentido falar em submissão do estratégico ao político, ou do militar ao civil, já que a condição de ser ‘cidadão’ é a de ser guerreiro; não há caserna ou gabinetes”.

O conceito do político segundo a cosmologia atribuída por Clastres aos povos ameríndios diria respeito, assim, à decisão sobre o amigo-inimigo como forma de garantir permanentemente sua indivisibilidade interna e evitar o aparecimento de um órgão separado de poder da sociedade. De maneira concreta e existencial, seria uma política deliberada contra a existência do poder soberano (schmitteano), uma forma de manter-se ao mesmo tempo *totalidade e unidade*:

Totalidade porque é conjunto acabado, autônomo, completo, atento em preservar a todo instante sua autonomia, sociedade no sentido pleno do termo. Unidade porque seu ser homogêneo persevera na recusa da divisão social, na exclusão da desigualdade, na interdição da alienação. Sociedade primitiva é totalidade uma porque o princípio de sua unidade não lhe é exterior: ela não deixa nenhuma figura do Um **destacar-se do corpo social para representá-la, encarná-la como unidade**. (CLASTRES 2014, p. 238; grifo nosso).

E para que ela seja de tal modo indivisa, a sociedade ameríndia precisa da figura oposta do inimigo para existir, e, para combatê-lo na eventualidade de uma luta armada, precisa ser indivisa. Este é, afinal, o sentido da guerra nessas sociedades ameríndias:

Assegurar a permanência da dispersão, da fragmentação, da atomização dos grupos. A guerra primitiva é o *trabalho de uma lógica centrífuga*, de uma lógica da separação, que se exprime de quando em quando no conflito armado. A guerra serve para manter cada comunidade em sua independência política. Enquanto houver guerra, há autonomia: é por isso que ela não pode, não deve cessar, é por isso que ela é permanente (CLASTRES 2014, p. 251)

Tomando emprestado um termo schmitteano, o *pluriverso* da cosmologia ameríndia, segundo a interpretação de Clastres, é ao mesmo tempo garantia da autonomia política, ou seja, de fazer as decisões por si mesma, e também da luta permanente contra a lógica de unificação advinda de um poder exterior a ela: “recusa da unificação, recusa do Um separado, sociedade contra o Estado” (CLASTRES 2014, p. 252).

Alcançamos, deste modo, compreensão tanto do ponto de contato quanto de afastamento das abordagens de Schmitt e Clastres sobre o fenômeno da guerra, mais especificamente, da inimizada como critério pressuposto da cosmologia política de cada sociedade interpretada.

### Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo comparar o pensamento de Carl Schmitt e Pierre Clastres no tocante ao fenômeno da guerra para as sociedades por eles estudadas.

Confirmando a hipótese de uma afinidade conceitual e não normativista entre ambos, rejeitamos a concepção culturalista da guerra como substrato comparativo e lançamos mão da perspectiva cosmológica da guerra, identificando que embora semelhante do ponto de vista conceitual (o trinômio comunidade-inimizade-guerra), seu significado depende de um regime de poder e realidade incompatíveis, a saber: a dialética mando-obediência para Schmitt (sociedades ocidentais) e a indivisibilidade do corpo social para Clastres (sociedades ameríndias). Enquanto o poder de decisão excepcional é exterior à sociedade no primeiro caso, no segundo tal poder é intrínseco e inseparável da mesma.

Embora aqui pudemos apenas expressar, de maneira simples, os modos de conceitualização que cada teórico fez das sociedades e do marco histórico que estudou – sem comprometer-nos, portanto, com proposições acerca da *realidade* política destas sociedades –, o engajamento comparativo com pensadores à primeira vista tão improváveis resultou em instigante espaço de reflexão e de aproximação entre linhas de pesquisa geralmente incomunicáveis. A partir dos trabalhos de Schmitt e Clastres, novas frentes podem ser dissecadas na interlocução entre filosofia política e antropologia política. Esta aproximação conceitual guarda um potencial ainda não explorado para o estudo do fenômeno da guerra nas Relações Internacionais, constituindo também uma interessante alternativa metodológica às tendências culturalistas na literatura contemporânea, especialmente aquela vinculada às Novas Guerras. Pois ela abre caminho, por um lado, para considerar o fenômeno do antagonismo político e sua intensidade manifesta na teoria da inimizade, não como estruturas “sistêmicas” e atreladas invariavelmente ao Estado, mas como expressões de coletividades políticas que visam afirmar sua autonomia e modo de ser no “pluriverso” político. É sobretudo com o estatuto *polêmico* da vida política que aqui buscamos perscrutar analiticamente. Por outro lado, esta perspectiva também interessa acerca do problema da guerra como fenômeno intrínseco à vida social. Vivemos em uma era onde nunca se criminalizou tanto a guerra, ao mesmo tempo em que ela é experimentada em níveis cada vez mais intensos e desumanos.

A discussão Schmitt-Clastres, portanto, traz à tona a necessidade de revisitar os pressupostos do internacionalismo liberal e seu desejo de abolir a guerra – seja através da retórica, seja pela força, em uma “guerra absoluta para abolir todas as guerras”, como parece evocar a imagem das guerras contra o terrorismo ou mesmo contra as drogas. Como vemos

em ambos os autores, não vivemos sob um globo pacificado ou sob a égide de uma unidade mundial que abarque todas as demais ao ponto de neutralizá-las politicamente. Neste sentido, conceitos e imagens como humanidade, paz mundial, segurança internacional, etc., são ainda tão relativas quanto à quantidade de unidades políticas presentes no pluriverso constitutivo da política.

Em um mundo marcado pela pós-política, que reduz conflitos políticos a transações malsucedidas a serem superadas pela lógica de mercado (MOUFFE 2018), nem a guerra ou a figura do inimigo foram abolidas, mas deslocadas para outras esferas, escondidas sob rótulos moralizantes como “meritocracia”, “empreendedorismo”, “Estados falhidos” e “intervenção humanitária”. O inimigo é não apenas despolitizado no imaginário neoliberal, mas sua rebelião potencial é crescentemente neutralizada pelo complexo industrial militar e de segurança, que opera uma guerra global contra a classe trabalhadora na simbiose cada vez mais explícita entre acumulação de capital e repressão social (ROBINSON 2014). Nesse sentido, a relevância do estudo da categoria do inimigo não equivale a defender as estruturas de poder nas sociedades aqui representadas pelo pensamento de Schmitt e Clastres, muito menos a clamar pela figura do inimigo como condição do fazer político. Mas relembra que o inimigo, tão difuso quanto esquecido nos círculos de esquerda, pertence ao horizonte real da práxis política, seja em sua versão liberal-autoritária que nos legou o fascismo, seja em sociedades separadas no tempo e no espaço pela expansão capitalista, seja ainda pela guerra atualmente em curso pelo neoliberalismo tardio visando implantar um sistema de acumulação e exploração calcado na repressão autoritária e com sustentação na extrema-direita em ascensão mundialmente. Que papel terá o inimigo na cosmologia de uma renovada esquerda revolucionária, consciente da classe social que representa, e existencialmente decidida em arcar com as consequências da liberdade política? A pergunta é retórica; a resposta, nem tanto.

*Recebido em 22 de abril. Aprovado em 19 de maio.*

### Referencias bibliográficas

ARIDITI, Benjamín. Sobre o “Político”: Com Schmitt e apesar de Schmitt. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, 2008, pp. 423-438.

- BARWAKI, Tarak; BRIGHTON, Shane. Powers of War: Fighting, Knowledge, and Critique. **International Political Sociology**, v.5, 2011, pp. 126-143.
- BEIER, **International Relations in Uncommon Places**: Indigeneity, Cosmology, and the Limits of International Theory. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.
- BEHNKE, Andreas. **Nato's Security Discourse After the Cold War**. Oxon: Routledge, 2013.
- CAMPOS, Rodrigo D. E. **Do Política à Segurança e de volta outra vez: Carl Schmitt nos Estudos Críticos de Segurança**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) em abril de 2017, 143 páginas.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de Antropologia Política. São Paulo: CosacNaify, 2013.
- CLAUSEWITZ, Car Von. **On War**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- CREVELD, Martin Van. **The Transformation of War**: the most radical reinterpretation of armed conflict since Clausewitz. Nova York: The Free Press, 1991.
- CRISTI, Renato. **Carl Schmitt and Authoritarian Liberalism: Strong State, Free Economy**. University of Wales Press, 1998.
- Fernandes, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo Livros, 2013.
- FREUND, Julien. **La Esencia de lo Político**. Madrid: Editora Nacional, 1968.
- KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- \_\_\_\_\_. Warfare on the Plains. **The Yale Review**, vol. 84, n. 1, 1996, pp. 1-48.
- KEEN, David. Incentives and Disincentives for Violence. *In*: Mats Berdal, David M. Malone (eds.), **Greed & Grievance: Economic Agenda in Civil Wars**. Colorado: Lynne Rienner, 2000.
- LENKERSDORF, Carlos. **Cosmovisiones**. D.F., México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.
- LUOMA-AHO, Mika. **God and International Relations: Chritian Theology and World Politics**. Nova York: Bloomsbury, 2012.

- MALEŠEVIĆ, Sinisa. **The Sociology of War and Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. The Sociology of New Wars? Assessing the Causes and Objectives of Contemporary Violent Conflicts. **International Political Sociology**, vol. 2, 2008, pp. 97-112.
- MONTOYA, Alberto C. A Vingança como chave explicativa dos ciclos de Guerra nas Relações Internacionais: a contribuição funcionalista de Florestan Fernandes. **V Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”**, 18 páginas, Novembro, 2015.
- MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. London, England: Verso Books, 2018.
- MÜNKLER, Herfried. **The New Wars**. Cambridge: Polity Press, 2005.
- NEWMAN, Edward. The ‘New Wars’ Debate: A Historical Perspective Is Needed. **Security Dialogue**, v.35, n.2, 2004, pp. 173-189.
- ROBINSON, William I. **Global Capitalism and the Crisis of Humanity**. Cambridge University Press, 2014.
- SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- \_\_\_\_\_. **The Concept of the Political**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O Nomos da Terra no direito das gentes do *jus publicum europaeum***. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Ex Captivitate Salus**. Buenos Aires: Struhart & Cía, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Political Theology: four chapters on the concept of sovereignty**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. **The State Theory of Thomas Hobbes: Meaning and Failure of a Political Symbol**
- TESCHKE, Benno. Fatal attraction: a critique of Carl Schmitt’s international political and legal theory. **International Theory**, v. 3, n. 2, 2011, pp. 179-227.
- THORUP, Mikkel. **In Defence of Enmity: Critiques of Global Liberalism**. PhD dissertation, Institute of Philosophy and the History of Ideas, Department of the History of Ideas, University of Aarhus, Denmark, 402 páginas, 2006.
- TILLY, Charles. War making and state making as organized crime. In: Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, Theda Skocpol (eds.), **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pp. 169-191.

UESSELER, Rolf. **Guerra como prestação de serviços**: a destruição da democracia pelas empresas militares privadas. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

## A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa

Anna Carletti\* e Maurício Luiz Borges Ramos Dias\*\*

**Resumo:** O presente artigo possui como objetivo geral compreender a condução da política externa japonesa de Shinzō Abe a partir de sua eleição como primeiro-ministro do Japão em 2012 até 2019. Concomitantemente a esse período, tem-se como objetivos específicos examinar o processo de remilitarização japonês, analisar as políticas econômicas aplicadas através das Abenomics e, por fim, investigar como a política externa de Abe afetou as relações japonesas com os Estados Unidos, China, Coreia do Sul e Coreia do Norte. Nesse sentido, a hipótese desse trabalho é a de que, ao longo da construção de uma política externa japonesa mais assertiva, o Japão está criando fricções geopolíticas em seu entorno. Como resultado, o Japão se fortaleceu militarmente diante da conjuntura regional, aplicou diversas políticas econômicas usadas para seu crescimento e, até mesmo, favorecimento do partido de Abe, assim como gerou o afastamento japonês na península coreana ao passo que a relação de Abe com Xi Jinping e Donald Trump se manteve sem grandes atritos.

**Palavras-chave:** Shinzō Abe; Remilitarização; Abenomics.

### Introdução

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, apesar de mudanças estruturais internas como a promulgação da Constituição Japonesa de 1947 que retirava o direito nipônico à beligerância e a troca do sistema de governo imperial pelo democrático, a Terra do Sol Nascente ascendeu no cenário internacional durante a Guerra Fria, consolidando-se como uma potência econômica até os dias de hoje. Em contrapartida, em virtude de sua desaceleração econômica desde a década de 1990 e de alterações geopolíticas, tais como, por exemplo, o crescimento da China como potência e a instabilidade na península coreana, uma nova estratégia de inserção japonesa no Sistema Internacional se demonstrou necessária.

A partir do retorno de Shinzō Abe ao escopo político japonês como primeiro-ministro e filiado ao Partido Liberal Democrata (PLD), em 2012, estimou-se o início desse processo baseado na denominada Doutrina Abe. Conforme Hughes (2015), mediante esse conjunto orientador, pretendeu-se formular uma política externa japonesa mais assertiva, de alto nível e de alto risco, possuindo como pilares centrais a revisão do artigo 9º da

---

\* Doutora em História e pós-doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). (annacarletti@unipampa.edu.br).

\*\* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). (mauriciolbrdias@gmail.com).

Constituição do Japão, uma maior relação na aliança entre Japão e Estados Unidos da América (EUA), a reestruturação econômica japonesa e, por fim, a criação de uma “diplomacia orientada por valores”. De acordo com Dobson (2017), essa orientação diplomática apreciou a democracia, a liberdade, a economia de mercado, os direitos humanos e o Estado de Direito, possibilitando a cooperação com Estados com valores similares, tais como, por exemplo, os EUA, a Índia e a Austrália.

Nesse sentido, ao constatar a construção de uma política externa japonesa militarizada, mais proativa e com desejo de crescimento econômico, tem-se como problema de pesquisa depreender qual política externa Shinzō Abe está arquitetando para o Japão e quais são as suas consequências geopolíticas. Para tanto, o objetivo geral desse artigo é compreender a condução da política externa japonesa de Abe, entre 2012 e 2019, enquanto que os objetivos específicos são examinar o processo de remilitarização japonês, analisar as políticas econômicas aplicadas mediante as Abenomics e, por fim, investigar como a política externa de Abe afetou o relacionamento japonês com os EUA, China, Coreia do Sul e Coreia do Norte. Ao final, pretende-se corroborar a hipótese de que, no decurso da construção por Abe de uma política externa japonesa mais assertiva e com novas orientações, o Japão está causando fricções geopolíticas em seu entorno. Metodologicamente, foi-se aplicada uma análise hipotético-dedutiva e uma abordagem qualitativa, além da utilização de uma pesquisa bibliográfica, documental e secundária.

### **Shinzō Abe e a Remilitarização Japonesa**

Em relação à remilitarização do Japão, vale ressaltar o discurso de posse de Shinzō Abe no dia 26 de dezembro de 2012. De sua fala, puderam ser evidenciados diferentes focos da política externa de Abe, tais como a expansão das relações japonesas ao redor do globo e o fortalecimento da aliança histórica entre Tóquio e Washington, assim como o maior enfoque na segurança regional, destacando a sua preocupação com a China e a Coreia do Norte, ao considerar que a segurança do Japão é uma crise que deve ser resolvida (JAPÃO, 2012).

Além dessa perspectiva que demonstrava a importância de maiores relações do Japão com outros Estados para que a segurança do povo japonês fosse garantida, Abe (2013a) avaliou que a política externa nipônica deveria consolidar a sua capacidade de defesa nacional e ser firme em sua capacidade militar, ponderando, em especial, a nuclearização

norte-coreana que colocava em risco a segurança da região do Pacífico, assim como a expansão dos valores da diplomacia japonesa. Ademais, Abe (2013b) visualizava como necessário aumentar o orçamento militar japonês, devido aos seus compromissos com Washington e ao acelerado crescimento militar chinês. Conseqüentemente, teve-se, em 2013, o acréscimo na área da defesa de 1,2% se comparado com o ano de 2012. Dessa maneira, a datar de 2013, Abe contribuiu para o desenvolvimento da defesa do Japão, desde revisões de diretrizes militares a reinterpretções jurídicas.

Em maio de 2013, Abe propôs a revisão do artigo 96 da Constituição Japonesa, tendo como alvo final a modificação do artigo 9º. Devido à existência da primeira norma citada, as emendas constitucionais ocorrem se forem aprovadas por dois terços dos membros de cada Casa e, ao serem submetidas à ratificação, se obtiverem maioria dos votos da população em um referendo ou em uma eleição convocada pela Dieta (JAPÃO, c2012). Desse modo, como forma de facilitar mudanças constitucionais, Abe defendeu que o processo para a adição, ou não, de emendas deveria ser aprovado por maioria simples da Dieta (MASLOW, 2015), retirando a população japonesa do encadeamento decisório. Apesar do impedimento dessa manobra através da opinião pública e da resistência do partido aliado Novo Komeito, Abe logrou a aprovação da controversa Lei de Sigilo do Estado, em dezembro de 2013, na qual o governo passou a poder reter da população informações militares que pudessem colocar em risco a segurança nacional, visando aprimorar as redes de inteligência japonesas com os EUA e outros parceiros ao demonstrar o Japão como um Estado confiável para o recebimento de dados confidenciais (HUGHES, 2015).

Após esse episódio, iniciou-se um maior foco em reinterpretar o conceito de defesa coletiva. Para que isso fosse possível, em dezembro de 2013, Abe substituiu o Conselho de Segurança criado em 1986 pelo Conselho de Segurança Nacional cujo aparato “conferência dos quatro ministros” possibilita o encontro periódico entre o primeiro-ministro, os ministros da defesa e de assuntos estrangeiros e o secretário-chefe do gabinete para decidir a política estratégica do Japão, assim como tópicos relacionados com a segurança nacional e com a diplomacia japonesa (NAKANISHI, 2015). Logo, a implementação de novos planos estratégicos relacionados à segurança passaram a ter um aparato burocrático que permitiu a maior relação entre figuras políticas essenciais.

Como resultado, antes do final de 2013, inaugurou-se uma nova Estratégia de Segurança Nacional (ESN) e reformularam-se as Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa (DNPD). Conforme os três objetivos principais da ESN, o Japão passou a focar no incremento da sua capacidade e de seu papel em assuntos relacionados à segurança internacional, no fortalecimento da aliança Japão-EUA e da cooperação com demais Estados parceiros e, por fim, na contribuição proativa do Japão para a construção de uma comunidade internacional pacífica, estável e próspera (JAPÃO, 2013a). Nesse plano estratégico, observou-se um Japão que baseava a sua inserção de segurança internacional a partir da manutenção de sua aliança e com a busca da intensificação de suas relações na área da defesa com outros Estados.

Enquanto isso, as DNPD de 2013 demonstraram a importância de maior articulação entre as operações aéreas, terrestres e navais nipônicas ao criarem o conceito “Forças Dinâmicas de Defesa Conjunta” (LIFF, 2015) e priorizaram a capacidade de dissuasão do Japão em confrontos territoriais e econômicos que não possam causar guerras, tais como a questão das Ilhas Senkaku/Diaoyu disputadas com a China (NAKANISHI, 2015). Outrossim, as DNPD relataram a preocupação do Japão diante dos testes balísticos da Coreia do Norte e o investimento militar chinês que não possuía transparência em seus gastos, a priorização do investimento aéreo e naval ao averiguar que a China violou o espaço aéreo e marítimo japonês em diversas ocasiões, e, em consonância com a ESN, destacaram-se a importância da relação de Tóquio com Washington e outras nações (JAPÃO, 2013b). Como reflexo disso, Abe permitiu, em suas seguintes gestões, um aumento de orçamento no setor militar japonês, possibilitando o fortalecimento da marinha por meio de mísseis avançados e estruturas de defesa aéreas, assim como o aperfeiçoamento de equipamentos de transporte e vigilância da aeronáutica (MASLOW, 2015).

Perseverando com mudanças no escopo doméstico japonês em prol de uma maior militarização do Japão, ao longo de 2014, Abe revisou a Lei de proibição de exportação de armas de 1967, considerando que a revogação dessa lei possibilitaria uma colaboração militar tecnológica com parceiros regionais, ao passo que as vendas de armas aumentassem (LIFF, 2015). Por conseguinte, no dia primeiro de abril de 2014, aprovou-se “Os Três Princípios sobre Transferência de Equipamentos e Tecnologia de Defesa”. De acordo com essa norma, o Estado importador não pode estar participando em conflitos e não pode violar

obrigações internacionais compromissadas por tratados e acordos com o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Japão; em contrapartida a exportação é permitida se promover a cooperação internacional, a paz e a segurança japonesa, existindo a possibilidade da ESN avaliar casos significativos (JAPÃO, 2014).

Em junho de 2014, Abe iniciou o processo de uma de suas maiores conquistas, a reinterpretação do artigo 9º. Apesar de o Japão ter renunciado ao seu direito a guerra a partir da promulgação da Constituição Japonesa de 1947, desde 1954, o Estado nipônico possui as denominadas Forças de Autodefesa (FAD) responsáveis por garantir a mínima proteção necessária do território nacional. Nesse momento, Abe possuía o apoio da elite japonesa que estava preocupada se as FAD seriam o suficiente para proteger o Japão diante do avanço militar da Coreia do Norte e da China (LIFF, 2015). Dessa forma, em setembro de 2015, a Dieta Nacional aprovou o direito de autodefesa coletiva que pode ser aplicado caso o ataque a um Estado parceiro da Terra do Sol Nascente colocar em risco a felicidade, liberdade e vida da população japonesa e se a ação coletiva for a única resposta viável para a solução de um conflito (HUGHES, 2017). Como resultado, as forças militares japonesas, ao estarem de acordo com as duas condições anteriores, passaram a ter uma maior capacidade de abrangência ao poderem apoiar seus aliados.

Entre o período de aprovação da reinterpretação do artigo 9º, no dia 27 de abril de 2015, revisões foram realizadas nas “Diretrizes Japão-EUA para a Cooperação em Defesa”, possibilitando uma maior cooperação militar japonesa com Washington. Conforme o Ministério da Defesa (JAPÃO, 2015a), perpetuou-se a obrigação dos EUA em defender o Japão em caso de ataques, mantendo o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, e expandiram-se as atividades militares entre esses dois aliados, passando a poder atuar, por exemplo, em operações de paz da ONU e em cooperações de caráter espacial e ciberespacial. Ademais, ressaltou-se que essa cooperação não se limita ao território japonês e seu entorno geográfico (HUGHES, 2017). À vista dessas modificações, em consonância com os objetivos da Doutrina Abe e das reformas feitas por Abe, constatou-se o robustecimento, a expansão e a maior complexidade da aliança Japão-EUA, permitindo o encaminhamento para a criação de uma política externa japonesa proativa para a paz, abarcando regiões aliadas e a defesa de seus valores orientadores.

Entre agosto e dezembro de 2018, Abe fez suas duas últimas mudanças

significativas na área da defesa japonesa até o momento analisado. Em agosto, o documento “*White Paper*” do Japão requereu um aumento de 2.1% do orçamento da área da defesa e institucionalizou o Comitê Explanatório cujo objetivo era o de atualizar as DNPd de 2013. Dentre umas das razões para essa necessidade, observou-se a questão geoestratégica, considerando a China, a Coreia do Norte e, em menor magnitude, a Rússia, que contestava ilhas encontradas ao norte do território japonês, e a complexidade militar que alcançou domínios como o espaço sideral e cibernético. Outrossim, vale considerar a eleição de Donald Trump (2017-atualmente) à presidência estadunidense como um agravante para a maior atenção de Abe na reestruturação militar japonesa, mediante a imprevisibilidade que esse presidente representa nas questões de segurança e as suas críticas referentes à atuação japonesa na aliança Japão-EUA (NISHI, 2019).

Perante essa conjuntura, em dezembro de 2018, a nova versão das DNPd foi aprovada, destacando como necessária a construção da defesa nacional pautada na cooperação entre entidades privadas e públicas, investimentos nas áreas tradicionais e novas da defesa com o objetivo de robustecer a força de multi-defesa nacional, a instrumentalização da pesquisa e criação de normas para o maior desenvolvimento da área cibernética, eletromagnética e espacial, além da abertura de cooperação e trocas defensivas no Sudeste Asiático, Leste Asiático, incluindo China, Ásia Central, Oceania, Europa, África e Oriente Médio (JAPÃO, 2018a). Não obstante, as DNDP de 2018 julgaram como prioridade analisar o envolvimento da ESN no processo de desenvolvimento de estratégia, respeitando o interesse nacional, desenvolver e melhor administrar as FAD a partir do estabelecimento de uma Sede Conjunta Permanente, incrementar a defesa de ilhas localizadas ao sudoeste do território japonês ao garanti-las acesso a armas e maior soberania, e, por fim, fortalecer a aliança Japão-EUA, através da cooperação regional (JAPÃO, 2018a).

Como reflexo, as DNPd de 2018 representaram um Japão em transformação que prezou, por exemplo, pela possibilidade de atividade militar em diversas regiões, ampliação e desenvolvimento da tradicional aliança entre Washington e Tóquio, promoção das FAD e a expansão do aparato tecnológico militar do Estado. Ademais, sua aprovação pode estar relacionada ao apoio popular na questão militar, haja vista que 40% dos 1930 japoneses entrevistados, em 2019, pelo jornal *The Japan Times* foram favoráveis à revisão do artigo 9º (POLLS..., 2019). Perante a manutenção ou aumento dessa porcentagem, novas

modificações militares poderão ser visualizadas em um futuro marcado por uma maior remilitarização japonesa.

### **Shinzō Abe e as Abenomics**

Como decorrência da estagnação econômica do Japão, desde a explosão de sua bolha especulativa em 1991 (NEZU, 2013), e dos custos do desastre natural de 2011 que atingiu a região de Tohoku e as usinas nucleares de Fukushima, Shinzō Abe possuiu como pilar em sua Doutrina a reestruturação econômica japonesa. Dessa maneira, conforme Abe (2013a), o retorno do Japão ao escopo internacional se daria pelo seu enfoque na área da defesa concomitantemente com a inauguração das Abenomics pautadas no lançamento forte, rápido e conjunto de “três flechas”, gerando o aumento da produção e da população empregada, além da modificação da estrutura econômica do Japão. Para que esse feito fosse possível, cada uma das flechas tem como alvo um pilar econômico, sendo eles:

(i) uma política monetária frouxa, com a meta de inflação de 2%; (ii) uma política fiscal expansiva, aumentando os gastos do governo a fim de estimular o consumo no país - aqui se incluem também o aumento dos gastos militares e a realização das Olimpíadas de 2020; e (iii) reformas estruturais para garantir o crescimento e a competitividade da economia no longo prazo (BRITESI; CATELLAN, 2016, p.17-18).

Em sua primeira flecha lançada em direção à expansão monetária e ao combate à deflação, no dia 5 de abril de 2015, o Banco do Japão (BoJ) começou a comprar do governo japonês títulos de curto a longo prazo, entre 2 a 40 anos (YOSHINO; TAGHIZADEH-HESARY, 2014), visando possibilitar o aumento da bolsa de valores ao criar uma maior expectativa no mercado em relação à diminuição das taxas de juros e ao aumento do capital dos investidores nacionais e da inflação (DOURILLE-FEER, 2015). Por conseguinte, ocorreu a depreciação do iene e o aumento no preço da bolsa, o que propiciaria, teoricamente, o aumento do consumo da população e das exportações das indústrias japonesas (NEZU, 2013).

Nesse ínterim, desejou-se a partir da segunda flecha, cujo pilar era a política fiscal expansionista, alcançar, até 2020, um crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 2% e a geração de 600.000 novos postos de trabalho (ABE, 2013a). Para tal fim, conforme Grabowiecki e Dabrowski (2017), em 2012, o BoJ se comprometeu em comprar 70% das emissões das dívidas públicas do Tesouro nos próximos dois anos, sendo que essa dívida

representava 229% do PIB japonês na época (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2019), e, em 2013, a Casa de Representantes destinou US\$116 bilhões para projetos relacionados à ampliação da infraestrutura japonesa, planejando impulsionar a economia local, criar vagas de emprego e estimular as indústrias. Outrossim, em 2014, a taxa sobre consumo subiu de 5% para 8%, visando o crescimento de 1.5% nas receitas tributárias no PIB desse ano (LECHEVALIER; MONFORT, 2016).

Por fim, a terceira flecha das Abenomics se baseou na premissa de que reformas estruturais eram necessárias para o crescimento econômico japonês. Dessa maneira, o governo promoveu políticas públicas visando, por exemplo, ampliar o número de creches, bolsas de estudos e orçamento para desenvolvimento científico e pesquisa, reduzir os impostos corporativos, propiciar um setor agrícola competitivo e aumentar o fornecimento de energia (YOSHINO; TAGHIZADEH-HESARY, 2014; DOURILLE-FEER, 2015). Em meio às reformas aplicadas, vale salientar que aproximações políticas foram feitas entre Abe e diferentes setores da economia. Dentre elas, pode-se citar a maior relação com grandes empresas, tais como a Toyota, tendo como objetivo aumentar os salários de seus empregados, e com o *lobby* agrícola, diante da liberalização de produtos como arroz e carne, expandindo a base de apoio do PLD no Japão (LECHEVALIER; MONFORT, 2016). Logo, percebeu-se que determinadas reformas estruturais do governo apesar de estarem relacionadas a políticas de crescimento econômico, não excluía a possibilidade de favorecimento partidário.

Sem embargo, as três flechas não alcançaram efetivamente os seus objetivos de reaquecer a economia japonesa, a partir da flexibilização monetária, da expansão fiscal e de reformas estruturais. Em relação à primeira flecha, somente entre 2013 e 2014 que a inflação se igualou e ultrapassou os 2% desejado, sendo seu ápice de 2.76% alcançado no último ano em questão, enquanto que em 2015 e 2016 a deflação retornou ao sistema econômico japonês (THE WORLD BANK GROUP, 2019b). De acordo com Nezu (2013), dois pontos devem ser considerados para esse efeito inflacionário e deflacionário, sendo eles a preferência das empresas japonesas em vender seus produtos nacionalmente ao invés de exportá-los, apesar do iene desvalorizado, e a inexistência de uma harmonia na relação entre a subida dos preços em face da inflação e o aumento salarial insuficiente. Conforme Shibata (2017), a soma do aumento salarial limitado mais a diminuição salarial dos

trabalhadores não regulares resultou na manutenção do subconsumo na sociedade japonesa. Dessa maneira, os níveis de consumo e de exportação não foram atingidos em um ponto que fosse possível sustentar a inflação, ainda que o BoJ estivesse comprando títulos do governo japonês.

No tocante à segunda flecha voltada para a expansão fiscal, teve-se um relativo sucesso, considerando que em 2013 o PIB atingiu a meta de crescimento de 2% (THE WORLD BANK GROUP, 2019a) e, de 2012 a 2015, meio milhão de empregos foram ocupados no Japão (DOURILEE-FEER, 2015). No entanto, o número de trabalhadores irregulares, que recebem salários baixos, abarcou ao redor de 40% da mão de obra japonesa em 2016 (PLIGHT..., 2016), podendo ser contestado se, de fato, a diminuição do desemprego garantiu o desenvolvimento e crescimento do Estado, considerando o que foi retrato nas falhas da primeira flecha.

Enfim, Herrero e Iwahara (2017) apontaram que a terceira flecha estava “quebrada”, haja vista que reformas vitais para o crescimento e competitividade econômica não foram aplicadas, tais como medidas referentes à imigração ao torná-la mais atrativa caso estrangeiros ocupassem cargos produtivos e qualificados, à desregulação do mercado japonês muito competitivo, em especial nos setores de energia e telecomunicação, e o costume das empresas, juridicamente, manterem cargos vitalícios. Embora as três flechas lançadas pelas Abenomics de Shinzō Abe não tenham obtido o êxito esperado, os seus resultados referentes ao crescimento do PIB, à relação inflação e deflação e à criação de empregos podem ser consideradas um grande feito, em uma economia marcada por duas décadas ecocômicas perdidas entre 1990 a 2010.

Após sua reeleição em 2015, considerando os pontos econômicos que não foram atingidos efetivamente em sua gestão anterior, Abe inaugurou as Abenomics 2.0 para suplementar a política econômica de suas primeiras três flechas, logo não as substituindo. Por conseguinte, suas três novas flechas, nomeadas como “esperança”, “sonhos” e “paz para a mente”, possuem como alvo, respectivamente, a promoção do crescimento econômico, maior assistência para as crianças e o melhoramento da segurança social através de maiores quantidades de centros médicos (DOURILLE-FEER, 2015). Por meio desses pilares, Abe aspirou obter um crescimento anual de 2% do PIB de 2015 a 2020 e manter a população, marcada pela baixa natalidade e mortalidade, em 100 milhões de habitantes (DOURILLE-

FEER, 2015).

Em relação à primeira flecha das Abenomics 2.0, o governo japonês começou a incentivar a inovação tecnológica, o investimento e surgimento de novos negócios a partir da redução da taxa corporativa, a promoção do mercado de exportação por meio da maior qualidade dos produtos japoneses e acordos comerciais com China, Coreia do Sul e EUA, a contratação de expatriados, mulheres e idosos, além do fortalecimento de economias regionais afastadas de áreas centrais do país através do turismo e da modernização de pequenas e médias empresas (JAPÃO, 2016). Ao passo que, por meio da segunda flecha, foram propostos maiores investimentos em creches e na educação e o aumento do benefício recebido pelas mulheres durante os seis meses anteriores à licença maternidade de 50% para 67.5% de seu salário (JAPÃO, 2016). Como resultado, desejou-se elevar o índice de natalidade de 1.4% para 1.8% e possibilitar o aumento das mulheres no mercado de trabalho (DOURILLE-FEER, 2015). Finalmente, a terceira flecha das Abenomics 2.0 visou permitir que menos pessoas tivessem que suspender sua vida laboral para cuidar de seus parentes a partir da expansão de investimentos na área da saúde de 16 trilhões a 26 trilhões de ienes em 2020 (JAPÃO, 2016). Nesses planos de complementação econômica, percebeu-se que medidas, principalmente, voltadas diretamente para a população foram tomadas e constatou-se, também, a generalidade e a falta de clareza das propostas feitas por Abe.

### **As Relações Internacionais de Shinzō Abe**

Na política externa de Abe, identificou-se que quatro atores principais influenciaram nas tomadas de decisão feitas pelo Estado japonês, sendo eles os EUA, a República Popular da China, a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia. Ao explorar as relações japonesas com esses Estados, foi possível compreender, de forma mais abrangente, a política externa do Japão e suas consequências geopolíticas, entre 2012 a 2019, assim como a figura e as características de Abe, tais como, a título de exemplo, seu nacionalismo e revisionismo histórico.

Desde o retorno de Abe ao cargo de primeiro-ministro em 2012, mudanças econômicas e militares referentes à aliança Japão-EUA e ao próprio Estado japonês foram influenciadas pela política internacional dos presidentes Barack Obama (2008-2017) e Donald Trump (2017-atualmente). Em 2012, diante do final da Guerra do Iraque, Obama iniciou sua estratégia denominada de “Pivô da Ásia”, focando-se em reestabelecer a sua

influência no Oceano Pacífico ao fortalecer suas alianças e comprimir o crescimento chinês (LEE, 2016). Dessa maneira, no tópico econômico, Obama continuou as negociações da Parceria do Transpacífico (TPP) em 2013, considerando que a presença dos EUA seria tonificada na Ásia devido ao aumento das trocas comerciais, principalmente, na região asiática (CHANLETT-AVERY *et al*, 2015). Conforme Solís (2019), o interesse japonês em participar no TPP estava pautado na política econômica nipônica que estava sendo aplicada, vide, por exemplo, a primeira flecha das Abenomics voltada para uma política monetária frouxa, o aumento da credibilidade de Abe ao expandir o mercado internacional através do multilateralismo e a possibilidade de aumentar a preponderância estadunidense na região, em detrimento da chinesa. Isso posto, o TPP foi assinado no dia 4 de fevereiro de 2016 (LEE, 2016).

No âmbito militar da aliança Japão-EUA, Obama possuía valores similares à “diplomacia orientada por valores” de Abe e estava propenso a elaborar cooperações estratégico-militares, possibilitando, por exemplo, a estratégia japonesa intitulada de Diamante de Segurança Democrática da Ásia cujo objetivo era garantir a proteção da paz através de relações militares entre Japão, EUA, Austrália e Índia (HUGHES, 2015). Outrossim, vale ressaltar que a política de remilitarização de Abe não sofreu entraves por parte de Obama, haja vista que ela reduzia a necessidade estadunidense de maiores encargos políticos na região asiática e estava de acordo com as demandas dos EUA em relação ao desenvolvimento das capacidades japonesas na região (LEE, 2016), além de diminuir as assimetrias da aliança Japão-EUA, fortalecer as relações entre esses Estados e combater de forma compartilhada a ascensão chinesa.

Todavia, o desenvolvimento militar e econômico encontrado na aliança Japão-EUA durante o segundo mandato de Barack Obama adentrou em um ambiente de incerteza diante da eleição de Donald Trump em 2017. Por meio da aplicação da política estadunidense “*America First*”, Trump tornou-se capaz de enfraquecer a ordem econômica estadunidense que se encontrava baseada no multilateralismo, em regras e em alianças perpetuadas por interesses e valores (SOLÍS, 2019), contribuindo para a saída dos EUA no TPP, em janeiro de 2017. Conseqüentemente, Abe se mostrou aberto a firmar negociações bilaterais com os EUA, enquanto se permaneceu aberto à multilateralidade com demais Estados. Em relação à guerra comercial entre EUA e China, Abe, diante da apreensão de

como a economia japonesa poderia ser afetada, buscou desenvolver sua relação bilateral com a China em busca de cooperação econômica. Por fim, a imprevisibilidade de Trump contribuiu para que as DNPD de 2018 fossem aprovadas, conforme exposto anteriormente.

Como resultado da suspensão de acordos bilaterais de alto escalão entre Japão e China na gestão do primeiro-ministro Noda Yoshihiko (2011-2012) perante contestação territorial das Ilhas Senkaku/Daiyou, o início do governo de Abe possuiu políticas de cooperação no pacífico que rodeavam o governo chinês, mas não o incluía. Dentre elas, pode-se citar a estratégia Diamante de Segurança Democrática da Ásia e as visitas de Abe aos Estados membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático em 2013, visando aumentar a liderança regional japonesa (HUGHES, 2015). Apesar do retorno das relações de alto escalão entre Japão e China em 2014, no ano seguinte a marinha e a aeronáutica chinesa passaram a ser mais ativas em regiões como o Leste do Mar da China e nas Ilhas Senkaku/Daiyou, área disputada pelo Estado japonês, contribuindo para a maior apreensão japonesa em relação ao seu vizinho (HE, 2017). Ademais, houve casos em que o espaço aéreo e marítimo japonês foi invadido por forças chinesas. Por conseguinte, diversas propostas relacionadas ao desenvolvimento militar foram aprovadas no Japão, considerando a ideia de perigo que a China representava à segurança nacional nipônica.

Todavia, a relação sino-japonesa sofreu um “*turning point*” positivo no ano de 2017, quando Shinzō Abe se ofereceu ao presidente chinês Xi Jinping (2013-atualmente) a participar da iniciativa de investimento e desenvolvimento chinesa de proporções continentais nomeada como *One Belt, One Road* (OBOR), levando em conta a estabilidade e prosperidade para a região asiática e o mundo (JAPÃO, 2017). Destarte, em 2018, a visita de Abe a Xi Jinping gerou acordos de cooperação privados e públicos em 52 áreas diferentes como saúde e infraestrutura (JAPÃO, 2018b). Antes da reunião do G-20 em Osaka, em 2019, o desejo de fortalecimento bilateral entre esses Estados foi reforçado pelos seus líderes ao ser apontada a importância de incrementar a comunicação e a cooperação Tóquio-Beijing, designar como o Japão pode participar efetivamente da OBOR e que ambos devem se ver como parceiros, não como ameaças (BAIJIE, 2019). Portanto, visualizou-se um Japão que, apesar das desavenças militares, está se esforçando para se inserir, especialmente, nos planos econômicos chineses, possibilitando o alcance de objetivos das Abenomics, tais como o aumento do comércio exterior e de projetos de infraestrutura, e o início de um

relacionamento mais estável entre esses Estados, apesar de temas sensíveis como a relação Japão-Taiwan não serem discutidos.

Nas relações internacionais entre Abe e a Coreia do Sul, assuntos tangentes ao passado colonial japonês na península coreana surgiram como feridas não cicatrizadas, contribuindo para empecilhos diplomáticos e para um forte sentimento anti japonês por parte da população sul coreana. Similarmente como no caso chinês, a incapacidade de Noda em resolver a contestação das Ilhas Takeshima/Dokdo, em 2012, contribuiu para que Abe começasse sua gestão distante do governo e da população sul-coreana (NISHINO, 2014). Destacou-se que essa situação se intensificou, em virtude do revisionismo histórico de Abe, que não reconhecia as violações japonesas na Segunda Guerra Mundial e a sua visita, em 2013, ao templo xintoísta Yasukuni, que homenageia os “heróis” japoneses da guerra, assim como a mídia sul-coreana que demonstrava o escopo político japonês como ultraconservador (NISHINO, 2014). Consequentemente, favoreceu-se a aproximação da presidenta sul-coreana Park Geun-hye (2013-2017) com Xi Jinping em oposição a Abe. Além disso, percebeu-se o isolamento do Japão em relação a outras grandes potências asiáticas entre 2012 e 2014.

Em contrapartida, por meio da medida estadunidense de fortalecer suas alianças asiáticas através da estratégia “Pivô da Ásia”, Obama pressionou Abe e Park para que desavenças coloniais fossem superadas (LEE, 2016), possibilitando, por exemplo, o encontro trilateral desses Estados referente à Cúpula de Segurança Nuclear e a cooperação militar entre Tóquio e Seul. Outrossim, a resolução sobre a questão das mulheres de conforto foi alcançada no dia 28 de dezembro de 2015, resultando em pedidos de desculpas por parte de Abe, apesar de terem sido proferidos pelo ministro das relações exteriores, aos danos psicológicos e físicos feitos a essas mulheres durante a Segunda Guerra Mundial, na doação de dinheiro a uma fundação sul-coreana que seria criada para auxiliar as vítimas ainda vivas e, por fim, que esse caso estava encerrado e era irreversível perante o consenso estatal japonês e sul-coreano (JAPÃO, 2015b). Porém, como nenhuma vítima foi questionada em como ela queria ser beneficiada, passou-se a impressão de que esse acordo foi feito somente para terminar o caso, o que gerou manifestações populares sul-coreanas contrárias ao Japão.

Em 2019, as relações entre esses dois Estados se deterioraram no governo de Moon Jae-in (2017-atualmente), em face da manutenção por parte da Suprema Corte da República

da Coreia de um caso, iniciado em 2018, referente ao pagamento de compensações de coreanos que foram forçados a trabalhar em empresas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, Abe aumentou as taxas de exportação de semicondutores para a Coreia do Sul, enquanto que Moon, como represália, retirou o Japão da lista de parceiros privilegiados, causando fricções econômicas e diplomáticas, além da apreensão de atenuação da cooperação militar entre Japão-Coreia do Sul (SOLÍS, 2019).

No que diz respeito à relação de Tóquio para Pyongyang, a questão vital é a segurança nacional japonesa. Entre os anos de 2013 e 2015, a Coreia do Norte lançou, respectivamente, 6, 19 e 15 mísseis, enquanto que a situação se tornou mais sensível e preocupante para o Japão entre 2016 e 2017 diante do lançamento de 45 mísseis (NUCLEAR THREAT INITIATIVE, 2019). Ressalta-se que, em 2017, foram enviados projéteis ao território japonês e à sua zona econômica, além de maiores tensões entre Trump e Kim Jong-un (2011-atualmente) terem surgido devido a mísseis com capacidades intercontinentais, podendo atingir Washington. Como reflexo, as ações militares norte coreanas favoreceram a aprovação de medidas nipônicas como a criação das ESN em 2013 e as DNPD de 2015. Da mesma maneira, essa conjuntura beneficiou, em 2017, a cooperação trilateral militar entre EUA, Japão e Coreia do Sul, apesar das pressões de Trump para que Abe e Moon desenvolvessem suas capacidades militares próprias (SMITH, 2018).

Ademais, Abe possuiu entraves políticos com o governo de Kim, haja vista os sequestros de japoneses que a Coreia do Norte realizou entre 1977 a 1982. Conforme exposto por Haruki (2019), Abe manteve, desde 2006, princípios para a resolução do problema das abduções, sendo eles que a resolução desse caso é a missão japonesa mais importante, demonstrando demagogia política, e que as relações com a Coreia do Norte somente serão normalizadas quando esse problema for resolvido perante o retorno de todas as 17 pessoas sequestradas, não aceitando a possibilidade de elas estarem mortas. Consequentemente, apesar de Abe ter se demonstrado aberto ao diálogo em 2018 e 2019, esses princípios contribuíram para maiores distanciamentos na relação, já fragilizada, entre Tóquio e Pyongyang de forma que Kim não demonstrou interesses diplomáticos no Japão. Logo, Abe se encontrou afastado regionalmente de uma questão securitária essencial para o seu Estado, assim como distante de alcançar avanços diplomáticos com a Coreia do Norte.

## Considerações Finais

Durante o governo de Abe entre 2012 e 2019, constatou-se, em consonância com a aplicação de sua Doutrina, um desenvolvimento militar japonês acelerado mediante a criação da ESN, a revisão das “Diretrizes Japão-EUA para Cooperação e Defesa” e as reformulações das DNDP em 2013 e 2018. Nessa orientação, percebeu-se a atenção de Abe em expandir as capacidades de defesa do Japão em diversos âmbitos, como a cibernética, promover a aliança Japão-EUA e fomentar o multilateralismo militar com outras nações. Outrossim, entre 2013 e 2015, em virtude da possibilidade japonesa de exportar equipamentos de defesa, da promulgação da Lei de Sigilo do Estado e da reinterpretação do artigo 9º, que expandiu a possibilidade de atuação das FAD, detectaram-se modificações econômicas e jurídicas visando o robustecimento militar

Na esfera econômica, observou-se o empenho de Abe em combater a estagnação econômica, a dívida pública e a deflação nipônica presente desde a década de 1990. Dessa maneira, perante a inauguração e a aplicação das Abenomics de 2013 e 2015, identificou-se a diminuição do desemprego sincronizado com o aumento dos empregos informais e menor consumo, a manutenção estável do PIB, a dificuldade em combater a deflação que retornou em 2015 e a relação entre determinadas reformas estruturais de Abe, tais como a agrícola e empresarial, voltadas para o fortalecimento do PLD. Em especial nas Abenomics 2.0, notou-se políticas voltadas para o aumento da natalidade e da mão-de-obra. Ademais, apesar do foco doméstico, observou-se o multilateralismo econômico na entrada japonesa no TPP e interesse na OBOR.

Nas relações exteriores japonesas, percebeu-se a manutenção da aliança Japão-EUA e a concordância estadunidense no tocante à remilitarização nipônica, possibilitando a integração militar desses dois Estados. Não obstante, ainda é incerto como a política “*America First*” e a imprevisibilidade de Trump poderá afetar a Terra do Sol Nascente. Na relação sino-japonesa, encontraram-se avanços diplomáticos e econômicos a partir de 2014, apesar da China, assim como a Coreia do Norte, ter sido considerada, ininterruptamente, uma ameaça para a segurança japonesa pelo governo de Abe. Todavia, no que diz respeito à península coreana, o desinteresse de Kim Jong-un em abordar a questão das abduções, impedindo sua maior relação com Abe, somado à aversão popular sul-coreana e a fricção entre Moon e Abe, contribuiu para o isolamento nipônico na Ásia Oriental.

Dessa maneira, concluiu-se que, entre 2012 a 2019, a política externa de Shinzō Abe e a aplicação da Doutrina Abe permitiram o aperfeiçoamento e a expansão de possibilidade de ação do aparato militar nipônico, a aplicação de uma variedade de políticas econômicas que, apesar de questionáveis, modificaram o setor doméstico e externo visando o crescimento do PIB, o enfraquecimento do artigo 9º, bem como a manutenção da aliança bilateral Japão-EUA mesmo com incertezas. Todavia, essa orientação assertiva causou rupturas com a Coreia do Sul e contribuiu para a não aproximação entre Abe e Kim. Logo, corroborou-se parcialmente a hipótese, tendo em vista que a política externa de Abe afastou-o da península coreana, embora tenha possibilitado avanços econômicos e diplomáticos com a China e mantido as relações tradicionais com os EUA. Por fim, ressalta-se que, em especial na questão militar, Abe foi e está sendo um importante ator de mudança na política japonesa, necessitando ser mais analisado pela academia.

*Recebido em 07 de abril de 2020. Aprovado em 19 de maio de 2020.*

### Referências bibliográficas

- ABE, Shinzo. Japan is Back. **Center for Strategic and International Studies**, s/p, 2013a. Disponível em: [https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/attachments/130222\\_speech\\_abe.pdf](https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/attachments/130222_speech_abe.pdf). Acesso em: 12 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Japan Is Back A Conversation With Shinzo Abe. [Entrevista cedida a] **Foreign Affairs**. **Foreign Affairs**, Congers, s/p, jul./ago. 2013b. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/interviews/2013-05-16/japan-back>. Acesso em: 11 out. 2019.
- BRITESI, Pedro Vinícius Pereira; CATTELAN, Pedro Henrique Prates. A política externa japonesa de Shinzo Abe: Revolução silenciosa? **Boletim de Conjuntura NERINT**, Porto Alegre, v.1, n.3, 2016, pp. 16-24.
- BAIJIE, An. Xi, Abe chart ties for new era. **China Daily**, Beijing, s/p, 28 jun. 2019. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201906/28/WS5d151607a3103dbf1432ab3d.html>. Acesso em: 18 out. 2019.

- CHANLETT-AVERY, Emma *et al.* Japan-U.S. Relations: Issues for Congress. **Congressional Research Service**, 2015, pp. 1-35.
- DOBSON, Hugo. Is Japan Really Back? The “Abe Doctrine” and Global Governance. **Journal of Contemporary Asia**, v.47, n.2, 2016, p.199-224.
- DOURILLE-FEER, Evelyne. Can the magic of Abenomics succeed?. **Working Paper Centre d’Etudes Prospectives et d’Information Internationales**, Paris, p.1-38, 2015.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **General government gross debt**. 2019. Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/GGXWDG\\_NGDP@WEO/WEO\\_WORLD/JPN?years=2019](https://www.imf.org/external/datamapper/GGXWDG_NGDP@WEO/WEO_WORLD/JPN?years=2019). Acesso em: 12 out. 2019.
- GRABOWIECKI, Jerzy; DABROWSKI, Mariusz. Abenomics and Its Impact on The Economy of Japan. **Optimum. Studia Ekonomiczne**, Białystok, v.89, n.5, 2017, p.23-35.
- HARUKI, Wada. The North Korean Peace Process and the Abduction Problem: A Japanese Role? Traduzido por Gavan MacCormack. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S.I.], issue 15, v.17, n.4, 2019, pp. 1-11.
- HE, Yinan. The Impact of Chinese National Identity on Sino-Japanese Relations. *In*: ROZMAN, Gilbert (Org.). **Joint U.S.-Korea Academic Studies - The Sino-Rok-U.S. Triangle: Awaiting the Impact of Leadership Changes**. Washington: Korea Economic Institute of America, v.28, 2017, pp. 82-94.
- HERRERO, Alicia García; IWAHARA, Kohei. Japan’s rosy short-term Outlook masks the failure of Abenomics. **Real Instituto Elcano**, Madrid, ARI 84/2017, 2017, pp. 1-18.
- HUGHES, Christopher W.. **Japan’s Foreign and Security Policy Under the “Abe Doctrine”: New Dynamism or New Dead End?**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.
- \_\_\_\_\_. Japan’s Grand Strategic Shift: From the Yoshida Doctrine to an Abe Doctrine?. *In*: TELLIS; Ashley J.; SZALWINSKI, Alison; WILLS, Michael (Org.). **Strategic Asia 2017-18: Power, Ideas, and Military Strategy in the Asia-Pacific**. Seattle: National Bureau of Asian Research, 2017, pp. 73-105.
- JAPÃO. Cabinet Public Relations Office. **National Security Strategy**. Tóquio: Cabinet Public Relations Office, 2013a. Disponível em:

- <https://www.cas.go.jp/jp/siryoku/131217anzenhoshou/nss-e.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. [Constituição (1947)]. Embaixada do Japão no Brasil. **A Constituição do Japão**. c2012. Brasília: Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministry of Defense. **NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES for FY 2014 and beyond**. Tóquio: Ministry of Defense, 2013b. Disponível em: [https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2014/pdf/20131217\\_e2.pdf](https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2014/pdf/20131217_e2.pdf). Acesso em: 11 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministry of Defense. **NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES for FY 2019 and beyond**. Tóquio: Ministry of Defense, 2018a. Disponível em: [https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2019/pdf/20181218\\_e.pdf](https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2019/pdf/20181218_e.pdf). Acesso em: 17 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministry of Defense. **THE GUIDELINES FOR JAPAN-U.S. DEFENSE COOPERATION**. Tóquio: Ministry of Defense, 2015a. Disponível em: [https://www.mod.go.jp/e/d\\_act/anpo/shishin\\_20150427e.html](https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/shishin_20150427e.html). Acesso em: 21 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministry of Foreign Affairs. **Announcement by Foreign Ministers of Japan and the Republic of Korea at the Joint Press Occasion**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2015b. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/a\\_o/na/kr/page4e\\_000364.html](https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page4e_000364.html). Acesso em 31 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministry of Foreign Affairs. **Japan-China Summit Meeting**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2017. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/a\\_o/c\\_m1/cn/page4e\\_000636.html](https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000636.html). Acesso em: 18 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministry of Foreign Affairs. **Prime Minister Abe Visits China**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2018b. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/a\\_o/c\\_m1/cn/page3e\\_000958.html](https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000958.html). Acesso em: 18 out. 2019.

- \_\_\_\_\_. Ministry of Foreign Affairs. **The Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2014. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/press/release/press22e\\_000010.html](https://www.mofa.go.jp/press/release/press22e_000010.html). Acesso em: 11 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. Prime Minister of Japan and His Cabinet. **Press Conference by Prime Minister Shinzo Abe**. Tóquio: Cabinet Public Relations Office, 2012. Disponível em: [https://japan.kantei.go.jp/96\\_abe/statement/201212/26kaiken\\_e.html](https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201212/26kaiken_e.html). Acesso em: 31 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. The Government of Japan. **Abenomics**. Tóquio: The Government of Japan, 2016. Disponível em: [https://www.japan.go.jp/sp/\\_userdata/abenomics/pdf/161111\\_abenomics.pdf](https://www.japan.go.jp/sp/_userdata/abenomics/pdf/161111_abenomics.pdf). Acesso em: 18 out. 2019.
- LECHEVALIER, Sébastien; MONFORT, Briec. Abenomics: Has it worked? Will it fail? **HAL Science de l'Homme et de la Société**, Paris, v.1, n.6, 2016, pp. 1-20.
- LEE, Dae Kyu. **Japanese Prime Minister Shinzo Abe's Two Administrations: Successes and Failures of Domestic and Security Policies**. 2016. Tese (Mestrado de Artes em Estudos de Segurança (Extremo Oriente, Sudeste Asiático, Pacífico)) – Naval Postgraduate School, Artes em Estudos de Segurança, Monterrey, 2016. 121f. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/1031033.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- LIFF, Adam P.. Japans Defense Policy: Abe the Evolutionary. **The Washington Quarterly**, Washington, v.38, n.2, 2015, pp. 79-99.
- MASLOW, Sebastian. A Blueprint for a Strong Japan? Abe Shinzō and Japan's Evolving Security System. **Asian Survey**, California, v.55, n.4, 2015, pp. 739-765
- NAKANISHI, Hiroshi. Reorienting Japan? Security Transformation Under the Second Abe Cabinet. **Asian Perspective**, Baltimore, v.39, 2015, pp. 405-421.
- NEZU, Risaburo. Abenomics and Japan's Growth Prospects. **Friedrich-Ebert-Stiftung**, Berlim, 2013. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/10289.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.
- NISHI, Masanori. Policy Implications of Japan's New NDPG. *In*: SCHOFF, Jaomes L.; ROMEI, Sayuri (Org.). **The New National Defense Program Guidelines**:

- Aligning U.S. and Japanese Defense Strategies for the Third Post- Cold War Era. Washington: Sasakawa Peace Foundation USA, 2019, pp. 21-26.
- NISHINO, Junya. Japan-Rok Relations: Overcoming the Challenges. *In*: TATSUMI, Yuki (Org.). **Japan's Foreign Policy Challenges in East Asia**. Washington: The Stimson Center, 2014, pp. 31-40.
- NUCLEAR THREAT INITIATIVE. **The CNS North Korea Missile Test Database**. 2019. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/cns-north-korea-missile-test-database/>. Acesso em: 31 out. 2019.
- OHNO, Kenichi. **The Economic Development of Japan: The Path Traveled by Japan as a Developing Country**. Tóquio: GRIPS Development Forum, 2006. Disponível em: <http://www.grips.ac.jp/forum/pdf06/EDJ.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- PLIGHT of irregular works. **The Japan Times**, Tóquio, s/p, 5 jan. 2016. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2016/01/05/editorials/plight-ofirregular-workers/#.XcCULZpKjIV>. Acesso em: 4 nov, 2019.
- POLLS shows 54% oppose revision of Japan's pacifist Constitution under Abe's watch. **The Japan Times**, Tóquio, s/p, 4 abr. 2019. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/04/11/national/politics-diplomacy/poll-shows-54oppose-revision-japans-pacifist-constitution/#.Xbx7M5pKjIX>. Acesso em: 31 out. 2019.
- SHIBATA, Saori. Re-packaging old policies? "Abenomics" and the lack of an alternative growth model for Japan's political economy. **Japan Forum**, Abingdon, v. 29, n.3, 2017, pp. 399-422.
- SMITH, Sheila A.. The U.S.-Japan-ROK Trilateral: Better at Deterrence than Diplomacy? *In*: ROZMAN, Gilbert (Org.). **Joint U.S.-Korea Academic Studies – A Whirlwind of Change in East Asia: Assessing Shifts in Strategy, Trade, and the Role of North Korea**. V.29, Washington: Korea Economic Institute of America, 2018, pp. 94-106.
- SOLÍS, Mireya. U.S.-Japan relations in the era of Trump: Navigating the turbulence of "America First". **México y la Cuenca del Pacífico**, Zapopan, v.8, n.24, 2019, pp.9-17.

THE WORLD BANK GROUP. **GDP growth (annual %) – Japan**. 2019a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2018&locations=JP&start=1961>. Acesso em: 12 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Inflation, consumer prices (annual %) – Japan**. 2019b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?contextual=default&end=2018&locations=JP&start=1960&view=chart>. Acesso em: 12 out. 2019.

YOSHINO, Naoyuki; TAGHIZADEH-HESARY, Farhad. Three Arrows of “Abenomics” and the Structural Reform of Japan: Inflation Targeting Policy of the Central Bank, Fiscal Consolidation, and Growth Strategy. **Asian Development Bank Institute**, Tóquio, ADBI Working Paper 492, 2014, pp. 1-19.

## A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas

Altacir Bunde\*, Kamilla Raquel Rizzi\*\* e Paulo Roberto Carvalho\*\*\*

**Resumo:** Este artigo realiza uma revisão da literatura acerca da definição de Desenvolvimento Sustentável. Interessa-nos o período histórico que compreende seu surgimento nos anos 1970 e contempla as Conferências das Nações Unidas de 1972, 1992, 2002 e 2012, especialmente. A emergência do Desenvolvimento Sustentável como projeto político e social tem promovido grandes esforços no sentido de viabilizar uma sociedade sustentável a partir das demandas, ações e negociações realizadas nas Conferências das Nações Unidas. Tendo esse contexto em vista, nosso objetivo é analisar como a realização dessas Conferências ampliou a discussão mundial sobre o desenvolvimento sustentável, fazendo-a extrapolar o patamar das preocupações estritamente ambientais para as de cunho sócio-político e econômico em todos os níveis do sistema mundial (local, regional, nacional e internacional) na transição para o período pós-Guerra Fria.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável; ecodesenvolvimento; Nações Unidas.

### Introdução

O presente artigo realiza uma revisão histórica e de literatura sobre a construção e maturação do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Desde que surgiu nos anos 1970 com o nome de Ecodesenvolvimento, esses termos – e os conceitos a ele relacionados – têm suscitado controvérsia crescente na literatura. Reflexões seminais sobre o desenvolvimento surgiram, em todo caso, na década de 1940, na forma dos esforços em promover a reconstrução econômica e social dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial. A noção hegemônica de desenvolvimento econômico pós-conflito associada ao progresso derivava, antes disso, das duas Revoluções Industriais (séculos XVIII e XIX) e partia da premissa de que esse padrão poderia ser universalizado.

Do fim da guerra até a década de 1970 entrou em curso um amplo processo de reconstrução econômica e social nas nações desenvolvidas do Norte; o movimento foi comandado pelos Estados Unidos da América, que ocupavam aí a posição de líder do bloco

---

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto de Economia Brasileira dos cursos de Ciências Econômicas e de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (altacirbunde@unipampa.edu.br).

\*\* Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (kamillarizzi@unipampa.edu.br).

\*\*\* Especialista em Desenvolvimento Territorial e Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade Santana do Livramento. Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela UERGS. (paulo0475.pc@gmail.com).

capitalista. Por um lado, desse processo surgiu gradualmente a preocupação com os limites dos recursos naturais, o que se manifestou em particular nas discussões do Clube de Roma, em 1972. No mesmo período, por outro lado, também se ampliava, a partir das teses defendidas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a discussão sobre desenvolvimento no Sul Global; entre os tópicos estavam a deterioração dos termos de troca, o sistema centro-periferia ou a própria noção de “subdesenvolvimento”. Para Cassol; Niederle (2016), citando Bielschowsky (2000, p. 35) há centralidade na “ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino” [...]. **Esta centralidade do Estado funda-se em razões sociais e históricas** estreitamente vinculadas à própria ascensão da teoria do desenvolvimento (CASSOL; NIEDERLE, 2016, p. 31, **grifo nosso**).

Tratava-se, nesse ponto, de uma noção de desenvolvimento mais identificada com o crescimento industrial e com a contestação das estruturas internacionais; a dimensão social ficava em um segundo plano. Para Romeiro (2012), até aquele momento,

[...] o grande embate sobre desenvolvimento econômico opunha, **de um lado, aqueles que viam o quadro de desigualdade mundial como um problema de estágios históricos do processo de crescimento econômico**; ou seja, cada país seria capaz de em dado momento iniciar uma trajetória de crescimento econômico sustentado, esse visto como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento social [...] **De outro lado estavam aqueles que viam tanto a desigualdade internacional quanto a desigualdade nacional (distribuição de renda concentrada em países pobres) como consequência de alguma forma de articulação perversa entre países ricos e pobres, em benefícios dos primeiros e de uma minoria, uma pequena elite, nos últimos**. Ou seja, a desigualdade era resultante, fundamentalmente, de causas exógenas, relacionadas à forma de inserção desfavorável dos países pobres na divisão internacional do trabalho (ROMEIRO, 2012, p. 68, **grifo nosso**).

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, no contexto político, econômico e social mundial dos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Tornou-se a principal organização internacional por abarcar objetivos amplos e a participação de praticamente todos os Estados do sistema mundial. Instituída para promover a segurança internacional, a ONU passou a destacar que a paz não é gerada somente por meio de ações militares, mas também por meio de “padrões de vida mais elevados, pleno emprego e condições de progresso econômico e social e de desenvolvimento [...]”, conforme artigo 55, da Carta de São Francisco.

Para Dervort, “[...] a emergência de uma comunidade mundial das nações com um conjunto funcional de diferenciadas instituições para tomada de decisões políticas e o conjunto de princípios legais que definem as suas funções é o mais importante desenvolvimento do século XX” (DERVORT, 1998, p. 9, tradução nossa). Desde 1945, o sistema das Nações Unidas tem, assim, imprimido no sistema mundial características importantes; conseqüentemente, pautas relativas à paz e segurança, desenvolvimento e processos de integração e cooperação bi, tri e multilateral se tornaram a essência das políticas externas dos Estados.

Durante parte da Guerra Fria, compreendida como conflito intersistêmico (HALLIDAY, 1999), questões sociais – como a do desenvolvimento – foram relegadas ao segundo plano, predominando em seu lugar o debate relacionado à segurança militar. Foi só a partir dos anos 1960 que os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (i.e., os países do Sul Global) passaram a objetar que essa ajuda propaga e perpetua sua própria situação de pobreza e dependência em relação aos países desenvolvidos. As descolonizações afro-asiáticas e a coexistência pacífica da Guerra Fria gradualmente alteraram o número e o *status* dos Estados-membros das Nações Unidas (notoriamente na Assembleia Geral), que passou a ouvir o crescente debate em torno do tema ambiental e de formas alternativas de desenvolvimento. Desse modo, o tema ambiental foi também, pouco a pouco, introduzido na pauta mundial, como se verá a seguir.

Antes de prosseguir, contudo, convém dissipar uma confusão entre os temas Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável — ainda que os dois pareçam equivalentes à primeira vista, de fato se referem a coisas diferentes. Sustentabilidade é a capacidade que um sistema tem de se adaptar às mudanças; Desenvolvimento Sustentável é a mudança intencional do sistema para responder às necessidades da população. Dito de outro modo, o desenvolvimento sustentável “é o caminho para se alcançar a sustentabilidade” (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 34).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável que se consolidou ao longo das décadas é muito amplo; desde 1970, ele vem incorporando diferentes interpretações em relação à cada área do conhecimento. Mesmo assim, pode-se dizer que algo se aproxima, a saber, o fato de quase todas as definições disponíveis na literatura terem como base a

interdisciplinaridade intrínseca, a relação triangular equilibrada economia-sociedade-ambiente e, como consequência, os princípios da sustentabilidade. Para Rodrigo (2015, p. 265), estes componentes “[...] son complementarios, interdependientes y están interrelacionados entre sí, cada uno de ellos es un objetivo parcial y requisito imprescindible para la consecución de los demás y del objetivo global del desarrollo sostenible”.

O termo ‘Sustentabilidade’ surgiu nos debates sobre recursos renováveis e foi posteriormente adotado pelo movimento ecológico, no contexto do qual passou a designar a existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana. No meio empresarial, a sustentabilidade ambiental é vista como a “desmaterialização da atividade econômica, já a sustentabilidade econômica é a manutenção de capital natural, condição necessária para não haver decréscimo econômico”. A ideia de Sustentabilidade implica três tipos de interesses: econômico (equalização das condições de vida), social (equalização das condições de vida entre ricos e pobres) e ambiental (interesses das gerações futuras não comprometidas pela satisfação da geração atual). Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado) (ROMEIRO, 2012).

Embora com diferentes entendimentos, deve-se passar para as gerações futuras pelo menos o que nossa geração herdou das anteriores. Deve-se levar em conta a situação e características de cada região (loca, regional, global), onde pode ocorrer eficácia em um local e não em outro, não devendo generalizar métodos utilizados. A sustentabilidade é um conceito que diz respeito à maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza; condiz com o crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO, 2012 *apud* SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). O conceito de sustentabilidade, atrelado ao conceito de desenvolvimento sustentável, introduz a exigência de resolução para três tipos de interesses ou conflitos, conforme SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014:

- (i) o interesse da geração atual em melhorar suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica), (ii) a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social), e (iii) os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela

satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental) (HORBACH, 2005 *apud* SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 5).

O presente artigo, assim, examina os contextos sociopolítico e econômico em que ocorreu e se aprofundou a construção da ideia de Desenvolvimento Sustentável desde a década de 1970, principalmente a partir das Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Seu objetivo é identificar como a construção e maturação do conceito de Desenvolvimento Sustentável ocorreu nas discussões e ações da própria ação da ONU, via Conferências. Como problema de pesquisa busca-se avaliar qual o papel dessas Conferências no aprofundamento do debate acerca do Desenvolvimento Sustentável, desde a década de 1970 no sistema mundial. Preliminarmente, a hipótese de pesquisa aponta que a realização das citadas Conferências da ONU desde 1972 foram fundamentais para o avanço da pauta ambiental na agenda internacional, consolidando-a como científica, político-econômica e social. Profundamente interdisciplinar, a temática proposta perpassa a análise de assuntos políticos, econômicos, sociais e ambientais e enfatiza o papel essencial dessa integração entre saberes para que se possa compreender o Desenvolvimento Sustentável. Compreende-se que usar a interdisciplinaridade como pressuposto de pesquisa significa dispor-se a desvendar, nesse objeto de estudo, as múltiplas determinações e conjunturas históricas que o constituíram. Assim, concordamos com Frigotto (2008) quando este afirma que

[...] Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. **É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável** (FRIGOTTO, 2008, p. 44, **grifo nosso**).

De forma semelhante, para Capra (1982 *apud* FRIGOTTO), a partir da década de 1970, a visão renovada da realidade local, regional, nacional e internacional, associada a uma “concepção sistêmica da vida baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão requer que se transcendam as fronteiras disciplinares e conceituais” (CAPRA, 1982 *apud* FRIGOTTO, 2008, p. 66).

Em complemento, metodologicamente, a pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, pois os dados analisados não são numéricos, e sim valores, conceitos, contextos,

relações político-econômicas e sociais. Interessa-nos, portanto, a interpretação e sua relação com o objeto de estudo. Para MINAYO (2001, p. 52), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Em lugar de nos dedicarmos a suas partes específicas, buscamos compreender, com esse método, a totalidade do fenômeno relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, analisando-o em seu contexto local, regional, nacional e internacional. Esta é uma pesquisa de cunho descritivo-explicativo quanto aos objetivos, baseada nos procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica ao longo da qual aplicamos o método hipotético-dedutivo.

### **A construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável desde o Ecodesenvolvimento: da década de 1970 a 1990**

A década de 1970 é um momento importante de transformações relativas ao conceito de desenvolvimento. Na virada de 1960 para 1970, o sistema mundial se pautava por um forte questionamento acerca do modelo ocidental de desenvolvimento, baseado no sistema capitalista-financeiro que emergira após a Segunda Guerra Mundial. Os EUA estavam envolvidos na Guerra do Vietnã, ao mesmo tempo, eram absorvidos por suas próprias tensões internas; a Europa Ocidental ainda era agitada pelas consequências de 1968. Os problemas, no entanto, não se manifestavam apenas nessas esferas e se faziam sentir no bloco socialista. As dificuldades enfrentadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Tchecoslováquia e a introdução de uma nova doutrina não conseguiram amenizar o agravamento da crise econômico-política que se tornaria irreversível posteriormente. Além desses polos de poder, havia também os países do Sul, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (designados como “Terceiro Mundo”). Alguns desses países se reuniram em torno do Movimento dos Países Não Alinhados, por meio do qual questionavam progressivamente a busca por soluções para os crescentes problemas sociais e econômicos.

Foi justamente a partir do ano de 1968 e de seus movimentos de contestação política, social e cultural que as preocupações ambientais em torno de um movimento organizado (“os verdes”) se ampliaram. Para Lago (2013), a real força desse movimento

ecológico foi consequência também dos efeitos negativos da industrialização (tráfego, poluição, barulho) nas classes médias dos EUA e Europa Ocidental: elas passaram a questionar esses efeitos sobre o meio ambiente, uma vez que tinham “supridas as suas necessidades básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação” e estavam prontas a “alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida” (LAGO, 2013, p. 24)

Em 1972, uma reunião do Clube de Roma<sup>1</sup>, em Estocolmo, gerou o “Relatório Limites do Crescimento”<sup>2</sup>. Esse estudo utilizou o World3, um modelo computacional desenvolvido por Jay Forrester para simular a evolução da economia mundial a partir da interação entre seres humanos e meio ambiente, o qual levou em consideração o aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais, um documento que apresentava o ponto de vista global em relação à distribuição de renda, êxodo rural, exploração abusiva dos recursos naturais e que teve impacto político internacional definitivo<sup>3</sup>. O documento deixou evidente, pela primeira vez, de forma explícita, o “caráter predatório do processo de civilização” (FURTADO, 1996, p.12).

As soluções apresentadas colocavam em questão aspectos centrais da sociedade industrial moderna, mas sugeriam ações drásticas nas áreas de crescimento populacional e de preservação dos recursos naturais – problemas diretamente associados aos Estados do Sul Global, o Terceiro Mundo. Os países do Terceiro Mundo, por sua vez, viam com receio o apoio do Clube de Roma às ideias de alguns setores do movimento ecológico que interpretavam o desenvolvimento do Sul como uma ameaça ao meio ambiente: “para estes

---

<sup>1</sup> As reuniões do Clube de Roma aconteceram a partir de 1968, por iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei e do cientista escocês Alexander King, com patrocínio de empresas multinacionais como Fiat e Volkswagen. Os encontros reuniam em torno de 70 cientistas, acadêmicos, industriais, economistas e representantes de instituições públicas de países desenvolvidos. As discussões giravam em torno da preocupação com alternativas que possibilitassem mudanças de paradigmas econômicos e sociais e, por consequência, o modo como afetam o meio ambiente.

<sup>2</sup> Também conhecido como “Relatório Meadows”, por ter sido elaborado por uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts/MIT, liderada por Dennis e Donella H. Meadows.

<sup>3</sup> Lançado em março de 1972, o livro analisava aspectos da tese segundo a qual a sociedade moderna se encaminha para a “autodestruição, visão cada vez mais explorada naquele momento, que fez com que diversos autores devolvessem popularidade às teorias de Thomas Malthus de que a população mundial ultrapassaria a capacidade de produção de alimentos” (LAGO, 2013, pág. 25).

setores, os países desenvolvidos poluem, mas, se os pobres se desenvolvem, a escala da destruição será muito maior” (LAGO, 2013, p. 26)<sup>4</sup>.

Em pouco tempo, com o relativo avanço das discussões sobre o meio ambiente e a necessidade de mudanças nas legislações ambientais (especialmente nos EUA e Europa Ocidental), os setores da indústria, agricultura e energia começaram a se opor às alterações nessas legislações, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento.

Em junho do mesmo ano – e no mesmo contexto – ocorreu a Conferência de Estocolmo organizada pelas Nações Unidas com o lema oficial “Uma só Terra”, um momento histórico ímpar, que finalmente deu relevância mundial à temática ambiental. Nessa ocasião, criou-se na ONU um órgão específico: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, Quênia, e liderado por Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência. Na cerimônia de abertura da Conferência, Strong declarou que Estocolmo lançava “um movimento de libertação, para livrar o homem da ameaça de sua escravidão diante dos perigos que ele próprio criou para o meio ambiente” (STRONG *apud* LAGO, 2013, p.21).

A partir dos debates promovidos na Conferência introduziu-se a noção de “codesenvolvimento”.<sup>5</sup> O termo designa a estratégia de desenvolvimento que rejeita o tipo de crescimento econômico que acarreta degradação ambiental. Inicialmente proposta por Strong e utilizada por Ignacy Sachs mais tarde (a partir de 1974), a ideia de codesenvolvimento preconiza que não apenas de crescimento econômico e preocupação social deveria se revestir uma estratégia de desenvolvimento, mas também da responsabilidade com a preservação ambiental. Sachs (economista polonês, naturalizado francês) propôs cinco dimensões da sustentabilidade, a ser entendida como, a) a economia do crescimento (que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados); b) o social distributivo (que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma

---

<sup>4</sup> Várias outras publicações foram lançadas nesse momento, com a temática ambiental como foco, e que causaram relativa polêmica e repercussão. Para maiores informações, ver Lago (2013).

<sup>5</sup> Com o lançamento do Relatório Brundtland, tem-se o abandono da nomenclatura ‘codesenvolvimento’ e a adoção do termo “Desenvolvimento Sustentável” como norma (ROMEIRO, 2012).

sociedade boa); c) o cultural como pertença local (incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área); d) o ambiental para preservação (intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida); e e) a especialidade do local (que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas).

Para Sachs (1981), o ecodesenvolvimento é um

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo como objetivo responder à problemática dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (SACHS, 1981 *apud* VARGAS; ARANDA; RADOMSKI, 2016, p.104).

Sachs tentava conciliar o caminho da expansão industrial e da movimentação da economia com uma espécie de pedagogia ambiental, ou seja, com a criação de uma consciência do uso adequado dos recursos em prol do bem-estar humano. Para ele

Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o **objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância** (SACHS, 2008, p. 14, **grifo nosso**).

Fica clara a preocupação com os aspectos econômicos associados com os problemas sociais e ambientais. Montibeller Filho (1993) argumenta que o Ecodesenvolvimento pressupõe

Uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento (MONTIBELLER FILHO, 1993, p.133).

Para Ribeiro (2012), a proposta de conciliação que o ecodesenvolvimento trazia era “[...] sobre como pode e deve ser o desenvolvimento: é possível manter o crescimento econômico eficiente (sustentado) no longo prazo, acompanhado da melhoria das condições sociais (distribuindo renda) e respeitando o meio ambiente” (RIBEIRO, 2012, p. 69). O autor entende que, no entanto, o crescimento econômico eficiente é visto como condição necessária, porém não suficiente, para o aumento do bem-estar humano, pois [...] a desejada distribuição de renda (principal indicador de inclusão social) não resulta automaticamente do crescimento econômico [...] são necessárias políticas públicas específicas desenhadas para evitar que o crescimento beneficie apenas uma minoria” (RIBEIRO, 2012, p. 69).

Entretanto, e apesar da visibilidade que o tema ambiental ganhara em pouco tempo, ele passou a ser discutido cada vez menos do ponto de vista da comunidade científica e cada vez mais a partir de um contexto político-econômico no âmbito da ONU. Conforme o relatório da Delegação brasileira à Conferência de Estocolmo, o “meio ambiente corresponde a [...] uma problemática essencialmente política. [...] o que realmente importa saber é quem toma as decisões, a quem estas últimas devem beneficiar e a quem deve caber o ônus” (MINISTÉRIO DO INTERIOR *apud* LAGO, 2013, p. 29).

Além dos resultados teórico-paradigmáticos, outro efeito da Conferência foi o aumento do embate político entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, presente desde as reuniões preparatórias da Conferência, persistindo mesmo após seu término. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos tinham dupla preocupação em relação à temática ambiental: equilibrar a opinião pública interna e internacional a fim de evitar para si próprios instabilidade política e econômica, além de incluir efetivamente na agenda das Nações Unidas, o tema do desenvolvimento como elemento possível de solução das questões relacionadas ao ambiente.

O embate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e subdesenvolvidos girou em torno da decisão de incluir ou não a temática ambiental no contexto do desenvolvimento econômico e social, “[...] uma de suas prioridades tradicionais no âmbito das Nações Unidas, um dos famosos três “D” – Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento – do discurso de Araújo Castro na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1963” (LAGO, 2013, p. 43).

Na parte preparatória da Conferência, Strong realizou viagens a países em desenvolvimento e convocou – em junho de 1972, em Founex, Suíça – o Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente<sup>6</sup>.

O Sistema das Nações Unidas saiu fortalecido da Conferência de Estocolmo, pois passou a ter uma nova e atualizada linha mestra de ação (o meio ambiente, com a criação do PNUMA) e porque outras conferências complementares passaram a ocorrer em sequência (Conferência da População, em Bucareste, 1974; Conferência das Mulheres, no México, em 1975; e a Habitat em Vancouver, em 1976). Além disso, a partir de 1972 passou a crescer gradualmente a criação de órgãos nacionais para a causa ambiental em países que ainda não o tinham; junto disso, registrou-se o fortalecimento das organizações não governamentais (ONGs) desse setor. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos passaram a participar de forma permanente no PNUMA, nos processos de negociação e nos instrumentos posteriores de cooperação. A ideia do ecodesenvolvimento (resultante de Estocolmo) foi a base para que posteriormente surgisse um novo conceito a partir do qual se pôde confeccionar o modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos países – o desenvolvimento sustentável.

Em 1974 realizou-se um simpósio de especialistas presidido por Barbara Ward, em Cocoyoc, México, organizado pelo PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). No evento ocorreram avanços no tocante ao modelo sugerido por Sachs: os debatedores estabeleceram aí a conexão entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas (devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição) e sublinharam a necessidade de alteração dos padrões de produção e consumo dos países industrializados, assim como da busca por maneiras de se construir na prática o que Sachs denomina como

---

<sup>6</sup> Na ocasião, reuniram-se 27 peritos de diversas áreas e foram apresentados 9 *working papers* que articulavam as relações entre meio ambiente e desenvolvimento. Segundo o Relatório do Grupo, intitulado “Report on Development and Environment”, se a degradação ambiental nos países desenvolvidos derivava do modelo de desenvolvimento, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, eram resultado desse subdesenvolvimento e da pobreza, como: “Em algumas áreas, questões ambientais abrem novas possibilidades para países em desenvolvimento. As mudanças estruturais na produção e no comércio, e a realocação geográfica de empresas produtivas como consequência de considerações ambientais, devem fornecer novas oportunidades para suprir algumas das necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 1972, p. 4)

ecodesenvolvimento. O documento intitulado “Declaração de Cocoyoc” tornou-se importante na nova percepção da relação entre sociedade e natureza; desse modo, ao citar ainda uma “nova ordem econômica mundial” e um “consumo sustentável”, incorporou à discussão a ideia de que existem limites ambientais e sociais para o desenvolvimento que devem ser respeitados. De acordo com a Declaração,

[...] el desarrollo no debería estar limitado a la satisfacción de las necesidades básicas. Hay otras necesidades, otras metas y otros valores; o derecho a dar y recibir ideas y estímulos. Hay una profunda necesidad de participar en la formación de la base de existencia de uno mismo, y hacer alguna contribución en la consolidación del futuro del mundo (DECLARAÇÃO *apud* GUTIERREZ-ESPELETA, 2002, p. 110).

Além dessa Declaração, em 1975 foi lançado o “Relatório Dag-Hammarskjöld”<sup>7</sup>, patrocinado pela Fundação de mesmo nome, ao lado do PNUMA e de outros 13 órgãos da ONU<sup>8</sup>. Em 1977, o PNUMA promoveu reunião em Washington para discutir o problema da degradação da camada de ozônio e as mudanças causadas pelas atividades humanas. Como um dos resultados, criou-se pelo PNUMA e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) um Comitê de Coordenação sobre a Camada de Ozônio, que passou a apresentar atualizações semestrais sobre o estado da camada. Em 1981, um grupo de trabalho *ad hoc* passou a preparar a Convenção-Quadro sobre a proteção da camada de ozônio, que ocorreu em 1985, em Viena, Áustria, quando foi formalizada a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.

Em linhas gerais, o texto da Convenção enunciava uma série de princípios relacionados à disposição da comunidade internacional para propor instrumentos de proteção ao ozônio da camada estratosférica, sugerindo obrigações jurídico-administrativas aos Estados. A Convenção de Viena contribuiu para o surgimento, em 1987, do Protocolo

---

<sup>6</sup> Em referência ao diplomata sueco Dag Hjalmar Agne Carl Hammarskjöld (1905-1961), Secretário-Geral da ONU de 1953 a 1961, quando morreu num acidente aéreo. Nesse mesmo ano, Hammarskjöld foi premiado a título póstumo com o Nobel da Paz.

<sup>8</sup> No Relatório apontou-se de maneira mais contundente a relação entre a atividade humana e a degradação ambiental.

de Montreal<sup>9</sup> sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 1989<sup>10</sup>.

Em paralelo, ainda em 1982, ocorreu a Conferência de Nairóbi, promovida pela PNUMA, onde se criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuja chefia foi exercida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Os resultados do trabalho foram lançados em 1987 em documento intitulado “Nosso futuro comum”, também conhecido como “Relatório Brundtland”. Concluiu-se no Relatório que não existe outra solução a não ser a instauração de um desenvolvimento sustentado, caracterizado como aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras. A partir dessa data, a expressão “desenvolvimento sustentável<sup>11</sup> substituiu quase que completamente “ecodesenvolvimento”. Conforme o Relatório,

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (RELATÓRIO, 1987 *apud* SENADO, S/D).

Ainda em 1986, na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, promovida pela IUCN em Ottawa, Canadá, o conceito de *desenvolvimento sustentável e equitativo* foi utilizado, tendo como princípios:

[...] integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; e manter a integridade ecológica (MONTIBELLER FILHO, 1993, p.135).

Para Montibeller Filho, esse conceito de desenvolvimento sustentável

[é] desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo. Pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações

---

<sup>9</sup> O Protocolo de Montreal estabeleceu metas de eliminação para todas as Partes, respeitando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Desta forma, em 1990, foi instituído o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal (FML) para prover assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento com recursos provenientes dos países desenvolvidos.

<sup>10</sup> O documento impôs medidas específicas; em especial, cobrou a progressiva redução da produção e consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação.

<sup>11</sup> Para Montibeller Filho (1993), o conceito desenvolvimento sustentável é de influência anglo-saxônica (“sustainable development”), utilizado pela International Union for Conservation of Nature (IUCN). O termo tem a tradução oficial francesa de “développement durable” (em português, “desenvolvimento durável”).

humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores sócio-culturais com a rejeição de todo processo que leva à desculturação. É sustentável, porque deve responder às necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas. (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 135).

De acordo com o Relatório Brundtland, que reafirmou esses princípios da IUCN, os limites ao desenvolvimento sustentável estariam não no modelo de crescimento, baseado na exploração dos recursos naturais e no estímulo ao consumo, mas nas “limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana”. Mas, continua o documento, “tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (RELATÓRIO, 1987, *apud* SENADO, s/p).

Outra causa para a destruição ambiental, segundo o Relatório, seria a pobreza, pois “um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza”. Para atender às necessidades básicas de todas as sociedades ao redor do globo terrestre, o documento recomenda “...um crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja um crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas”<sup>12</sup>. Conforme a análise do Senado Federal:

A ideia segue sendo desdobrada em uma lógica circular: onde as necessidades básicas já são atendidas, há desenvolvimento sustentável; se há desenvolvimento sustentável, ele é compatível com o crescimento econômico. E continua: “Mas o simples crescimento não basta. Uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza disseminada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso, **o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção, quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades**” (RELATÓRIO, 1987, *apud* SENADO, s/p, **grifo nosso**).

---

<sup>12</sup> Cabe lembrar que os efeitos do Relatório na discussão acerca do desenvolvimento sustentável também foram impulsionados pelo acidente na central nuclear de Chernobyl, na URSS, em 1986. Segundo Guimarães, [...] para os governos dos países industrializados, diante da pressão de sua opinião pública para reduzir níveis de poluição, há duas estratégias, que podem ser simultâneas ou alternativas: a) reduzir suas emissões [...] com custos políticos e financeiros consideráveis/ e/ou b) aumentar a pressão sobre os países subdesenvolvidos, para que reduzam sua pequena participação na degradação do meio ambiente, através de um processo de transferência e de magnificação de responsabilidades (GUIMARÃES, 1992, p. 15-16).

As conclusões do Relatório não poupavam de responsabilidade os países desenvolvidos e em desenvolvimento; oferecem, em todo caso, alternativas para ambos, conclusões comparáveis às do Relatório de Founex. A partir do Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável acima apresentado passou a ser amplamente aceito e levou às discussões posteriores, que culminaram em 1992.

### **As idas e vindas do Desenvolvimento Sustentável: da década de 1990 aos nossos dias**

No ano de 1992 ocorreu a Rio 92 (ou ECO Rio ou Cúpula da Terra), no Rio de Janeiro, Brasil. Foi, à época, a conferência mais importante promovida pela ONU no âmbito político-ambiental.<sup>13</sup> Para Maurice Strong, novamente Secretário-Geral da Conferência, esse era um “momento histórico para a humanidade”. Para Lagos, outro ponto fundamental foi a realização da Conferência em um país em desenvolvimento (Brasil),

[...] indicação de que o tema não era mais considerado um ‘luxo’ de países ricos, e, sim, uma questão que exigia um engajamento coletivo da comunidade internacional. Os objetivos os países em desenvolvimento e os dos países desenvolvidos continuavam, no entanto, sensivelmente diferentes, não obstante as mudanças de percepção quanto ao tema, as transformações radicais no cenário internacional e o novo papel que se parecia esboçar para as Nações Unidas, com a diminuição das tensões entre as superpotências (LAGO, 2013, p. 70).

A passagem da década de 1980 para a de 1990 marcou o final da Guerra Fria e novos temas e possibilidades passaram a pautar as relações domésticas e internacionais, pois expressavam-se, desse modo, expectativas positivas em relação ao meio ambiente, direitos humanos, paz e democracia. Além disso, a confiança exacerbada na capacidade de crescimento da economia mundial (especialmente com a abertura de novos mercados do Leste europeu, a implantação do neoliberalismo na América Latina e a gradual ascensão da China desde as reformas) contribuía para tal otimismo depositado nos rumos da Rio 92. De Estocolmo ao Rio, houve aprofundamento dos debates ambientais em todos os níveis – governamental, não governamental, acadêmico, empresarial e científico –, conjugados aos novos temas acima citados. Esses passaram a ser debatidos nos níveis comunitários,

---

<sup>13</sup> Ao reunir delegações de 172 países, levou ao Rio de Janeiro 108 Chefes de Estado ou de Governo, sendo credenciados aproximadamente 10.000 jornalistas e representantes de 1.400 ONGs; em paralelo, ocorria o Fórum Global, com membros de 7.000 ONGs.

regionais e nacionais dos países em desenvolvimento (sendo introduzidos de “baixo para cima”, portanto) graças à maior participação da sociedade civil.

A Rio 92 resultou na “Agenda 21”, um compromisso assinado por um conjunto de mecanismos internacionais que buscava envolver governos, empresas e organizações sociais para tratar dos problemas ambientais de maneira mais eficiente. A Agenda 21 tornou-se um plano de ação formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Para Louette, organizadora do Compêndio para a sustentabilidade (2008), a Agenda 21

[...] reflete um consenso mundial e compromisso político, que estabelece um diálogo permanente e construtivo inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e equitativa. Constitui a mais abrangente tentativa já realizada de orientação para um novo padrão de desenvolvimento no século 21, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas. A Agenda 21 segue o princípio de “**Pensar globalmente, agir localmente**” (LOUETTE, 2008, p. 52, **grifo nosso**).

A alta expectativa quanto ao resultado efetivo da Rio 92 (de que o desenvolvimento sustentável seria a tônica do mundo pós-Guerra Fria) contribuiu para fomentar uma ilusão que se sobrepôs ao processo de globalização:

O desenvolvimento sustentável não é necessariamente incompatível com a globalização: para muitos, ao contrário, a preocupação com o meio ambiente é uma das consequências da globalização. Entretanto, vários aspectos apontam para as dificuldades que a globalização representa para a tentativa de se impor o desenvolvimento sustentável como novo paradigma, como a incompatibilidade entre o crescimento das empresas transnacionais e a mudança dos padrões de produção e consumo (LAGO, 2013, p. 113-114).

Entre as críticas pontuais que a Rio 92 sofreu estão a Declaração de Princípios sobre Florestas (a qual avalizou aos Estados o direito de aproveitar suas florestas de modo sustentável)<sup>14</sup>, a diminuição do item referente à energia na citada Agenda 21, onde

---

<sup>14</sup> No entanto, tinha-se o propósito de aprovação de uma Convenção Quadro sobre as florestas, mas os principais países possuidores de florestas – incluindo o Brasil –, conseguiram aprovar uma declaração genérica de princípios.

prevaleceu o interesse dos países produtores de petróleo e consumidores de carvão e a pouca discussão sobre o crescimento demográfico.

Apesar do avanço da nova onda de globalização (e de suas consequências econômicas, sociais e políticas, especialmente nos países do Sul Global) desde o início da década de 1990, a pauta ambiental se aprofundou no âmbito das Nações Unidas. Um exemplo da lógica de ampliação da discussão sobre o desenvolvimento sustentável é o Protocolo de Kyoto, que se tornou um instrumento internacional para a redução das emissões de gases poluentes, responsáveis pelo efeito estufa e o aquecimento global. O Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima entrou oficialmente em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após ter sido discutido e negociado em 1997, na cidade de Kyoto, Japão, e ratificado em 15 de março de 1998. Na primeira fase do acordo (mais tarde renovado) um cronograma incluído no documento inicialmente previa que os países teriam de 2008 a 2012 para em 5,2% sua emissão de gases poluentes<sup>15</sup>. De maneira mais específica, o mesmo documento aponta alguns objetivos:

ARTIGO 2 - 1. Cada Parte incluída no Anexo I, ao cumprir seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões assumidos sob o Artigo 3, **a fim de promover o desenvolvimento sustentável**, deve:

Implementar e/ou aprimorar políticas e medidas de acordo com suas circunstâncias nacionais, tais como: (i) O aumento da eficiência energética em setores relevantes da economia nacional; (ii) A proteção e o aumento de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, levando em conta seus compromissos assumidos em acordos internacionais relevantes sobre o meio ambiente, a promoção de práticas sustentáveis de manejo florestal, florestamento e reflorestamento; (iii) **A promoção de formas sustentáveis de agricultura à luz das considerações sobre a mudança do clima**; (iv) A pesquisa, a promoção, o desenvolvimento e o aumento do uso de formas novas e renováveis de energia, de tecnologias de sequestro de dióxido de carbono e de tecnologias ambientalmente seguras, que sejam avançadas e inovadoras (PROTOCOLO, 1998, p. 02, **grifo nosso**).

Em 2002, na Rio+10 ocorrida em Johannesburgo, África do Sul, buscou-se reafirmar os compromissos da década anterior. O contexto da crise financeira – que se arrastava desde 1997/1998 – e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA ofuscaram o encontro. Esses, aliados à adoção dos princípios e resultados do Consenso de Washington e

---

<sup>15</sup> Os gases são dióxido de carbono, gás metano, óxido nitroso, hidrocarbonetos fluorados, hidrocarbonetos perfluorados e hexafluoreto de enxofre (estes últimos três são eliminados principalmente por indústrias).

ao processo da nova globalização pela maior parte dos países em desenvolvimento na década de 1990, minimizaram os resultados dos princípios do desenvolvimento sustentável. Ao procederem assim, evidenciam que o capitalismo atual tende a assumir as características de um capitalismo selvagem, em detrimento da alternativa, mais equilibrada e humanista, proposta pelo desenvolvimento sustentável em seus pilares (econômico, social e ambiental). A esperada diminuição de recursos para aporte militar e o sonhado aumento de aportes em projeto e programas de cooperação bi e multilateral – especialmente para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) – não ocorreram.

Como consta no Informativo da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio +10, obrigou-se os países desenvolvidos a alcançar os níveis convencionados de assistência oficial ao desenvolvimento, apoiar a criação de alianças regionais fortes para promover a cooperação internacional, afirmar que o setor privado também tem o dever de contribuir com o desenvolvimento sustentável e, por último, aderir ao chamamento para a criação de instituições internacionais e multilaterais mais eficientes, democráticas e responsáveis.

Embora tenha havido avanço substancial desde 1992 no que diz respeito às normativas ambientais nacionais e internacionais, à conscientização de governos e sociedades civis e ao debate sobre as mudanças climáticas, o grande obstáculo posto diante da Agenda 21 foi a reticência das partes quanto ao cumprimento dos compromissos. Para Lago,

[...] o descompasso entre a disposição dos governos de negociar e a vontade política de assumir os desafios criou na opinião pública um distanciamento que se justificaria na medida em que os principais atores manifestavam ceticismo nos meses que antecederam a Cúpula. **O sistema multilateral**, que parecia haver-se fortalecido no Rio, **torna-se referência de insucesso pela falta de resultados**: ‘como ocorre frequentemente, nossa compreensão – popular e científica – foi mais rápida do que a nossa resposta política’ (LAGO, 2013, p. 118, **grifo nosso**).

Apesar dos problemas levantados, a ampla participação e colaboração foram importantes para o bom andamento da Cúpula na África do Sul e, conseqüentemente, para o êxito do desenvolvimento sustentável. O relativo sucesso da Rio+10 expressou-se na ênfase a temas de desenvolvimento social (como a erradicação da pobreza, o acesso à água

e aos serviços de saneamento e à saúde<sup>16</sup>). Não se pode deixar de destacar que a realização da Conferência na África do Sul também foi simbólica, perante a nova postura doméstica e internacional do país, desde 1994. A questão da governança também avançou durante a Cúpula, especialmente em um momento no qual estimulava-se setores da sociedade civil a atuarem em projetos que independem de governos – o que, para alguns analistas, foi interpretado como uma “forma de privatizar as Nações Unidas, diminuindo a intervenção governamental e dando à iniciativa privada, às ONGs e à sociedade civil a capacidade de efetivamente acelerar os avanços na área ambiental” (LAGO, 2013, p. 133). Não resta dúvida que as ONGs saíram fortalecidas de Johannesburgo, assim como o setor empresarial se mostrou mais atento às mudanças ambientais, muito em razão do processo de globalização avançado. Ou seja, o sistema pós-Rio+10 era um mundo caminhando para ser globalizado, mas ainda sem uma transição clara para o Desenvolvimento Sustentável. Mesmo com essas conquistas, a Conferência foi considerada a menos produtiva das reuniões ambientais internacionais, porque os debates se focaram mais em geopolítica e as questões ambientais foram postas em segundo plano.

O “Relatório Stern” de 2006 representou um esforço de resposta ao impasse que se recolocava após 2002: concordando com os ambientalistas e economistas ecológicos, o Relatório assumiu a necessidade de identificar uma escala sustentável considerando-se uma elevação máxima de temperatura de 2º C no globo terrestre. O Relatório Stern (em razão de seu autor Nicholas Stern, economista britânico do Banco Mundial) foi um estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas pelas próximas cinco décadas<sup>17</sup>. Uma de suas principais conclusões foi que com um investimento de apenas 1% do PIB mundial seria possível evitar a perda de 20% do mesmo PIB num prazo de simulação de 50 anos. Stern rejeitou a ideia de crescimento zero como solução para o problema ambiental. Com uma abordagem que se assemelha à dos ecodesenvolvimentistas, Stern propôs um conjunto de políticas ambientais capazes de levar

---

<sup>16</sup> Assim, acordou-se reduzir à metade, para o ano 2015, a proporção de pessoas cuja renda seja inferior a US\$1 por dia; a de pessoas que sofrem de fome e a de pessoas que não têm acesso a água potável; e, por fim, fortalecer a contribuição do desenvolvimento industrial à erradicação da pobreza, garantindo, ao mesmo tempo, a proteção do meio ambiente.

<sup>17</sup> O Relatório foi apresentado em 30 de outubro de 2006. Com mais de 700 páginas, foi um dos primeiros estudos sobre o assunto encomendados por um governo a um economista e não a um cientista da área.

em conta o risco ambiental, mas com baixo “*trade-off*”<sup>18</sup> entre crescimento econômico e meio ambiente. Diferentemente, no entanto, ele apresenta essas políticas tendo como referência um quadro de cenários macroeconômicos em relação aos quais são estimados os custos ambientais da inação (conforme RIBEIRO, 2012).

Nesse ambiente de avanços e recuos, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, se realizou em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O objetivo da Conferência foi revigorar o compromisso com o desenvolvimento sustentável a partir da avaliação dos avanços e retrocessos na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas anteriores. O evento teve dois temas principais, a economia verde e a estrutura das instituições e buscou a discussão das lacunas no cumprimento de compromissos anteriores, estabelecidos na Rio 92 e na Rio+10<sup>19</sup>.

Comparativamente, a Rio+20 foi muito diferente da Rio 92 em vários aspectos, pois o sistema mundial do imediato pós-Guerra Fria, a nova onda liberal e o entusiasmo no processo da nova onda da globalização favoreceram as negociações e articulações em torno do tema ambiental, num viés multilateral amplamente aceito pelos países partes. Além disso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável saiu fortalecido e consolidado da Cúpula. Já na Rio+20, o contexto político e econômico mundial era de crise financeira desde 2008, o que gerou instabilidades e incertezas e colocou em xeque inclusive o processo multilateral por parte dos países desenvolvidos. Conduzida pela presidência brasileira, a Rio+20 buscou representar, no contexto acima exposto, a retomada da discussão em torno do desenvolvimento sustentável, como afirmou a Presidente Dilma Rousseff no discurso de abertura da Rio +20:

Somos governantes deste planeta. Pelas nossas mãos passam decisões políticas que impactam o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. Temos a responsabilidade, perante a História e perante os nossos povos, de fazer da Rio+20 o momento de firmar compromissos com a vida, com o bem-estar das pessoas, com o bem-estar de milhões de homens e mulheres que habitam este planeta. Compromisso que será concretizado com o desenvolvimento sustentável

---

<sup>18</sup> “Trade-off” pode ser traduzido livremente como “relação de compromisso” ou “perde-e-ganha”. O termo se refere, geralmente, a perder uma qualidade ou aspecto de algo, ganhando em troca outra qualidade ou aspecto.

<sup>19</sup> Os pontos desatendidos afetavam especialmente setores sensíveis para os países em desenvolvimento, como segurança alimentar, agricultura, acesso à água, energia, cidades e transportes, oceanos, saúde, emprego, biodiversidade e produção e consumo sustentáveis.

que se pode traduzir em três palavras: **crescer, incluir e proteger** (ROUSSEFF, 2012, s/p, **grifo nosso**).

No documento final do encontro, intitulado “O futuro que queremos”, constam os principais objetivos e metas a serem seguidos pelos Estados-membros da ONU<sup>20</sup>. Além do documento final, o evento produziu o legado da criação do Centro Rio+ (Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável), com sede no Rio de Janeiro (parceria entre o governo brasileiro e o PNUD, prefeitura e Estado do Rio de Janeiro, setor privado, academia e outras entidades da sociedade civil). Criou-se ainda o documento “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), um processo intergovernamental proposto pelo Brasil que foi concluído em agosto de 2015. Iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS foram concebidos para orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional pelos próximos quinze anos. A medida sucedeu e atualizou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O Brasil participou de todas as sessões da negociação intergovernamental. Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas e envolve temáticas diversificadas tais como: erradicação da pobreza; segurança alimentar e agricultura; saúde; educação; igualdade de gênero; redução das desigualdades; energia, água e saneamento; padrões sustentáveis de produção e de consumo; mudança do clima; cidades sustentáveis; proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres; crescimento econômico inclusivo; infraestrutura e industrialização; governança, e meios de implementação<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Compreendido pelos analistas como um alicerce para avanços futuros, o documento possui um tom político claro e retoma os compromissos da Agenda 21. Em paralelo à Conferência, ocorreram os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, onde aproximadamente 60 mil pessoas, virtual e presencialmente, discutiram temas da agenda do desenvolvimento sustentável em uma plataforma online criada em parceria com o PNUD e universidades brasileiras e estrangeiras.

<sup>21</sup> Os ODS são: “Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares / Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável / Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades / Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos / Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas / Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos / Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia / Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos / Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação / Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles / Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis / Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis / Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a

Os ODS atualizam e complementam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançados em 2000 e renovados em setembro de 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque. Propôs-se ali a Agenda 2030, intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nela constam uma Declaração, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável já mencionados e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de um mecanismo para avaliação e acompanhamento<sup>22</sup>.

2015 foi importante para a pauta do Desenvolvimento Sustentável. Realizaram-se nesse ano três Conferências importantes: a 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que ocorreu em Adis Abeba, em julho; a 21ª reunião da Conferência dos Partidos sobre as mudanças climáticas em Paris, do final de novembro a início de dezembro; e, especialmente, a reunião dos Chefes de Estado e de Governo da AGNU sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro, em Nova Iorque.

No âmbito da política internacional, o tema do Desenvolvimento Sustentável se consolidou como um delicado – porém necessário – equilíbrio entre os países desenvolvidos, de um lado, e os em desenvolvimento e subdesenvolvidos, do outro. Há um claro princípio atuante no debate, que atribui responsabilidades comuns às partes, ao mesmo tempo em que as diferencia em relação aos compromissos que cada uma delas pode efetivamente colocar em prática.

---

mudança do clima e os seus impactos / Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável / Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade / Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis / Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016, p.1).

<sup>22</sup> A agenda mostra-se como documento único, claro e com metas pontuais, direcionado aos Estados desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, reconhecendo que o fim da pobreza deve caminhar em paralelo a um crescimento econômico que responda às necessidades sociais (como educação, saúde, proteção social, oportunidades de trabalho, entre outros) ao mesmo tempo em que aborda as mudanças climáticas e proteção ambiental.

### Considerações finais

O artigo analisou os principais eventos globais (conferências, encontros, Relatórios) que contribuíram para o surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade, além de apresentar os principais autores e referenciais teóricos da área. Ficou claro que a maioria dos esforços no sentido de “humanizar” as noções de desenvolvimento partiu do sistema das Nações Unidas (e de acadêmicos ligados a ele). Esse foi o caso especialmente a partir da década de 1970, com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, a ONU se envolveu diretamente no aprofundamento da discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável, buscando levá-la a todos os seus Estados-membros, o que foi fundamental para o avanço da pauta ambiental na agenda internacional, consolidando-a como agenda científica, político-econômica e social.

Nesse breve retrospecto das conferências da ONU, nota-se que são dois os principais focos de discussão sobre os efeitos do esgotamento do desenvolvimento tradicional: a) a urgência em reduzir o crescimento econômico ou configurá-lo a partir de um modelo que privilegie a diminuição da exploração de matérias-primas ou a busca de alternativas menos impactantes, e b) a importância de conceder ao ambiente o estatuto de domínio em si mesmo, o qual deve ser pensado enquanto esfera distinta dos domínios econômicos, jurídico, político (VARGAS; ARANDA; RADOMSKI, 2016).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é muito amplo e, ao longo das décadas, assumiu formas ora mais progressistas, ora mais conservadoras. Não obstante, todas partiram da premissa de que é preciso haver uma relação triangular equilibrada entre economia-sociedade-ambiente. Nessa relação, a diminuição (e erradicação) das desigualdades sociais se torna a base da instrumentalização do Desenvolvimento Sustentável e o ser humano é, nesse processo, revalorizado.

Em paralelo ao papel ativo das Nações Unidas desde a década de 1970 e à realização das citadas Conferências e reuniões preparatórias que acabaram por internalizar nos Estados o tema ambiental, consolidou-se uma nova e complexa compreensão sobre o desenvolvimento, especialmente no meio acadêmico. Procuramos mostrar que os eixos

dessa mudança de perspectiva são os conceitos de ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, até a introdução da concepção de “desenvolvimento humano”<sup>23</sup> no debate.

Amartya Sen (2000, p. 28) argumenta que o desenvolvimento é um processo no qual se observa o aumento das liberdades de escolha individuais. Prova disso, para ele, é a própria riqueza, que em vez de conter valor em si mesmo na verdade nada mais é do que um meio para se alcançar a felicidade, pela expansão ilimitada das liberdades de escolha. Assim, tem-se que o mero crescimento econômico não pode ser o objetivo único de nenhum governo, pois ele por si só não é capaz de promover o bem-estar.

Na visão de Sen, o crescimento não pode sequer ser visto como base do desenvolvimento, pois ambos os processos seriam complementares: a expansão das liberdades de um indivíduo acarreta o aumento de suas capacidades, tais como trabalhar, auferir renda e consumir. Longe de se ater a uma abordagem meramente moral, Sen defende que o fim das desigualdades a partir da expansão das liberdades individuais é um elemento propulsor do crescimento econômico, além de ser o objetivo máximo de qualquer política de desenvolvimento<sup>24</sup>.

Já Serge Latouche, economista e filósofo francês, criticou a noção de Desenvolvimento Sustentável ao defender que essa justaposição das próprias noções de ‘desenvolvimento’ e de ‘sustentável’ à guisa de conceito não é mais que um jogo de palavras retórico. Para ele, a crise ambiental é sintoma da ineficácia do sistema capitalista, cuja premissa máxima é o crescimento pelo crescimento, numa acumulação ilimitada de capital. O autor propõe um decrescimento que se basearia no tripé de divisão e redistribuição de recursos, a partir de uma ética baseada em: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> O termo tem origens no trabalho teórico do paquistanês Mahbub Ul Haq, com a colaboração do indiano Amartya Sen. A ideia de desenvolvimento humano surge dentro de um contexto maior de ocorrência de diversas convenções e conferências internacionais de teor humanista realizadas durante a chamada “década social”. Encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Relatório de Desenvolvimento Humano deu início, em 1990, a uma série de publicações anuais, as quais passaram – por meio do “Índice de Desenvolvimento Humano”, IDH – a monitorar os processos de desenvolvimento no mundo.

<sup>24</sup> O autor traça uma estratégia de desenvolvimento de caráter interdisciplinar que contém cinco dimensões: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facultades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, todas interdependentes (SEN, 2000, p. 18).

<sup>25</sup> Sugere também o fortalecimento dos saberes locais e a construção de Universidades populares.

Esses autores trabalham com o tema de forma interdisciplinar com o objetivo de compreender a própria evolução e complexidade do conceito no sentido de identificar se há uma alternativa ao desenvolvimento tradicional. Ainda que apresentem críticas pontuais, suas posições no debate convergem em um aspecto fundamental: identificam o papel do ser humano nas ações que visam ao desenvolvimento, e fazem-no tendo em seu horizonte a diminuição das desigualdades sociais e entre regiões do mundo. Esse ângulo comum, produto de discussões conduzidas no meio acadêmico, informou muitas das discussões políticas no seio das Nações Unidas, especialmente desde a Rio+20, com os ODS e a Agenda 2030.

Por fim, os principais desafios do desenvolvimento sustentável são integrar economia, sociedade e ambiente de forma inseparável e considerar as consequências do presente para o futuro no que concerne à conscientização e o envolvimento da comunidade internacional. A trajetória de sociedade alguma deveria ocorrer de forma padronizada; em vez disso, cada sociedade deveria poder evoluir enquanto mantém características e experiências locais conducentes ao bem-estar (valorização dos saberes locais).

Não resta dúvida de que, por um lado, as Nações Unidas deram visibilidade e relevância ao tema ambiental no sistema mundial, por outro lado, também se constatou que as discussões avançaram profundamente no contexto político-econômico e foram relativamente minimizadas no aspecto científico-acadêmico, num jogo de avanços e retrocessos. Assim, as Conferências organizadas pela ONU não foram apenas ambientais, mas assumiram progressivamente um tom político; tal procedimento seguiu de perto as mudanças do sistema mundial, a partir da Rio 92. Na Rio+20, essa conjugação dual aproximou-se de se converter em uma única pauta, cuja força se comprovou no documento “O futuro que queremos”. Os ODS e Agenda 2030 podem se tornar, dependendo da vontade política dos Estados-partes, um significativo instrumento de estímulo, implementação e medida dos progressos da integração dos pilares econômico, social e ambiental, que são a base do desenvolvimento sustentável.

Embora possa parecer pouco do ponto de vista das análises da implementação e dos resultados efetivos, os avanços na temática ambiental desde a década de 1970 são notórios. Tanto a academia quanto a sociedade civil têm desde então dado ocasião a

discussões qualificadas e pertinentes a esse interesse. Essa abertura, por sua vez, permite viabilizações político-econômicas e, especialmente, melhor compreensão geral da necessidade de implementar os ODS como instrumentos essenciais e práticos para um mundo futuro onde o desenvolvimento sustentável seja a base para diminuir as desigualdades sociais.

*Recebido em 16 de abril de 2020. Aprovado em 3 de junho de 2020.*

### Referências bibliográficas

- AGENDA 2030. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2018.
- CASSOL, Abel; NIEDERLE, Paulo André. Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latinoamericano. In.: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.) **Introdução às teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016, pp. 29-37.
- CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; DE LIMA, Eli de Fátima Napoleão. **Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática**: Um estudo de caso. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n° 84, 2014, pp. 57-71.
- DERVORT, Thomas R. van. **International Law and Organization** – an introduction. London: Sage Publications, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, 2008, v.10 nº1, p. 41-62.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GUTIERREZ-ESPELETA, Edgar E. Indicadores sociales: una breve interpretación de su estado de desarrollo. In.: SOJO, Carlos (org). **Desarrollo social en America Latina**: temas y desafios para las políticas públicas. San Jose, Costa Rica. FLACSO: Banco Mundial, 2002.

- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2018.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasil: FUNAG, 2013.
- LOUETTE, Anne (org). **Compêndio para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Globo, 2008. Disponível em:<<http://www.institutoatkwjh.org.br/compendio/pdf/novo/compendio2008parte1.pdf>> Acesso em: 27 out. 2017.
- LATOUCHE, Serge. Existirá uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia**, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, 2014, pp. 217-230.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente: O Brasil e a preparação da Conferência de Estocolmo** (mimeo). Brasília, 1972.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf)> Acesso em: 25 fev. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Rio+20, United Nations Conference on Sustainable Development, 2012. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf)> Acesso em: 28 out. 2017.
- PROTOCOLO de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 1998. Disponível em:

<[http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo\\_Quioto.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quioto.pdf)> Acesso em: 31 out. 2017.

REDCLIFT, Michael. Desenvolvimento sustentável (1987-2005) – um oxímoro atinge a maioria. **Ecodebate**, 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/02/23/desenvolvimento-sustentavel-1987-2005-um-oximoro-atinge-a-maioridade-artigo-de-michael-r-redclift/>> Acesso em: 30 out. 2017.

RODRIGO, Ángel J. El desarrollo sostenible como uno de los propósitos de las Naciones Unidas. in RAFOLS, Xavier Pons (org.) **Las Naciones Unidas desde España**. Barcelona: Asociación para las Naciones Unidas en España, 2015. p. 265-291.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v.26, n.74, pp. 65-92, 2012.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura protocolar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**, 20 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-protocolar-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>> Acesso em: 10 mar. 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda e CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente e Sociedade**, v.17, n.1, 2014, pp. 01-22.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Do ecodesenvolvimento ao conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland, da ONU, documento que coloca temas como necessidades humanas e de crescimento econômico dos países, pobreza, consumo de energia, recursos ambientais e poluição. **Em discussão.** s/d. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>> Acesso em: 29 out. 2017.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara Paulina Cerpa; RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas Teóricas. NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.) **Introdução às teorias do Desenvolvimento.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. (p. 99-107).

## Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Fernanda da Silva\*

**Resumo:** O presente trabalho visa abordar a etnia somali em território etíope durante o regime do imperador Hailé Selassié (1930-1974) e como a independência da Somália a impactou. Parte-se do princípio de que, uma vez que configuram a mesma etnia, a libertação e fusão das somalilândias desestabilizou o Ogaden etíope por fomentar questões culturais e políticas em torno dos somali. Logo, questiona-se de que modo a conquista da independência da Somália se tornou um divisor de águas no comportamento dos somali etíopes e as políticas de Selassié voltadas para os mesmos. A hipótese aqui levantada é a de que interesses políticos, sociais e culturais somali criaram, em meio ao marco da independência da Somália, um ambiente propício à uma escalada de hostilidade entre somali e etíopes. Para este fim foi realizada uma pesquisa descritiva explicativa, por meio do método hipotético-dedutivo e seguindo uma abordagem qualitativa. O resultado encontrado foi a conclusão de que a independência da Somália contribuiu, de fato, para que houvesse um crescimento significativo nas hostilidades entre somali etíopes e o governo de Selassié, apesar do papel desempenhado recair majoritariamente nos espectros políticos e sociais.

**Palavras-chave:** Conflito; Etiópia; Somali.

### Introdução

O processo de colonização no Chifre da África retalhou uma das maiores etnias<sup>1</sup> da região: a somali<sup>2</sup>. O povo nômade, ficou marcado pelo desenvolvimento de um etno-nacionalismo<sup>3</sup> cultivado ao longo dos séculos que, no decorrer do século XX foi muito utilizado em suas campanhas políticas por independência e unificação. Isso ocorreu porque, ao serem fragmentados e colocados sob o poder de diferentes potências coloniais, parte do

---

<sup>1</sup> O conceito de etnia aqui utilizado é o cunhado pelo sociólogo Ellis Cashmore (2000, p.119) que a descreve como “grupo que possui algum grau de coerência e solidariedade composto por pessoas que, pelo menos de modo latente, estão conscientes de possuírem origens e interesses comuns” (tradução nossa). Não se trata, portanto, de um aglomerado de pessoas ou setor da população, mas de um “conjunto autoconsciente de pessoas unidas ou intimamente relacionadas por experiências compartilhadas” (CASHMORE, 2000, p. 119, tradução nossa) que usualmente são aquelas de privação.

<sup>2</sup> Ressalto aqui que a grafia do termo que designa a etnia e as tribos a ela pertencente, assim como outras etnias, tribos e clãs obedecerá as regras do “Manual de Redação Oficial da FUNAI”, produzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Desse modo, os termos que designam etnias africanas será sempre em minúscula e sem admitir flexões. Já as tribos e clãs iniciarão com maiúscula, apesar de também não admitirem flexão para o plural devido a sua origem não-portuguesa (FUNAI, 2016).

<sup>3</sup> Segundo Anthony Smith, o etno-nacionalismo nasce da politização de um grupo étnico minoritário. Se trata de um instrumento político utilizado por essas minorias que partem de um discurso pautado na cultura da etnia para legitimar suas demandas por status e poder (SMITH, 1971; 1981; YUN, 1990).

\* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI-UFSM). (fernandadasilva1997@gmail.com).

território somali na costa foi dividida entre franceses (mais ao norte), britânicos (no centro) e italianos (mais ao sul), enquanto os etíopes tomaram a porção oeste.

Apesar das dificuldades de organização, devido às desavenças entre clãs, os somali resistiram à ocupação colonial. Entre a primeira década do século XX e 1961, ano de independência e unificação da Somália, o que se viu foi o desenvolvimento da articulação de clãs somali para lutar contra o “inimigo”: as administrações coloniais. Com a conquista da independência da antiga Somalilândia Italiana, posteriormente unificada com a Somalilândia Britânica e a subsequente formação da Somália, o sonho de libertação da tutela colonizadora parecia ser possível para unir novamente todo o povo somali.

Nesse contexto, este artigo aborda como o sonho da Grande Somália atingiu os somali em território etíope a partir da desestabilização do Ogaden (região somali anexada pela Etiópia no início do período colonial). A independência da Somália é aqui trabalhada como um divisor de águas no comportamento dos somali etíopes e as políticas de Selassié voltadas para os mesmos. Logo, a hipótese levantada sugere que interesses políticos, sociais e culturais somali criaram um ambiente propício à uma escalada de hostilidade entre grupos somali e etíopes. Para este fim, foi realizada uma pesquisa descritiva explicativa, por meio do método hipotético-dedutivo e uma abordagem qualitativa.

### **Do contexto em que se deu a independência da República da Somália**

Nas primeiras quatro décadas do século XX, o Ogaden não tinha uma função maior do que servir como barreira para o avanço colonial ocidental. Essa região, anexada por Menelik II no fim do século anterior, configurava em sua maior parte um planalto semiárido habitado pelo povo somali e que não mostrava indícios de ser um território promissor. Logo, o desinteresse do Estado etíope na região levou à preservação, por décadas, de certo grau de autonomia e a manutenção de suas estruturas sociais indígenas. Assim, apesar de existentes, as tensões entre os somali e os etíopes eram mínimas (GOZÁLEZ, 2007).

Isso começou a mudar em meados da década de 1940, quando a expulsão dos italianos das terras somali na Segunda Guerra Mundial inflamou o povo nativo. Instaurou-se, naquele momento, uma impaciência crescente para que um Estado somali fosse formado.

## Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Ocorre que essa fatia do território somali invadida correspondia ao Ogaden e estava, portanto, sob a tutela da Etiópia. Consequentemente o país passou a ter que lidar com o desafio territorial derivado do desejo somali por independência (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Nos anos seguintes, as tensões escalaram e a partir da década de 1960 dois novos fatores passaram a preocupar o olhar etíope sobre a região. De um lado, a descoberta do potencial para agricultura e desenvolvimento mineral, assim como, a exploração dos recursos hídricos do Ogaden em seu potencial total chamam a atenção do governo central. A partir desse momento, percebia-se uma região com grande capacidade, mas que possuía pouca infraestrutura apropriada e carecia de investimento. Logo, a perda do território passava a entrar no espectro de um grande prejuízo econômico (TOUVAL, 1963)<sup>4</sup>.

Por outro lado, a Etiópia, à época, já vivia com o constante temor de uma secessão na região da Eritreia. Sendo um país multiétnico – no qual a formação é derivada da anexação de vários grupos étnicos que se distinguem em linguagem cultura e religião –, a concessão de independência a um povo poderia servir como combustível para que outra etnia se rebelasse (TAREKE, 2009; TOUVAL, 1963). Portanto, permitir a independência somali poderia significar a perda do território eritreu e vice-versa.

Ocorria que à época, o etno-nacionalismo somali era visto como um grande desafio no Chifre da África. Sua pauta política consistia em libertar todo o território somali colonizado e suas conquistas passaram por um período de avanço significativo no pós-Segunda Guerra. Afinal, a frustração dos britânicos ao fracassarem em sua tentativa de dominar a ex África Oriental Italiana após a Conferência de Postdam (1945), os levou a adotarem como estratégia a defesa dos somali para que, posteriormente, pudessem exercer forte influência ou controle sobre os mesmos. Sua proposta, conhecida como “Plano Bevin” (1946) consistia na unificação de todas as terras somali sob um único governo sob tutela britânica, a Grande Somália. Esse novo país dominaria territórios etíopes, assim como as

---

<sup>4</sup> Devido à escassez de literatura específica que retrata este recorte temporal, o presente trabalho traz como principal autor Touval. Se trata de uma obra escrita aproximadamente na mesma época e que é utilizada como base para literaturas posteriores. Aqui é priorizada por sua riqueza em detalhes e informações úteis.

Somalilândia Britânica, francesa e italiana. A proposta encontrou forte oposição da Etiópia, dos Estados Unidos da América (EUA), da França e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e falhou em seu objetivo (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

No entanto, naquele mesmo ano a Liga da Juventude Somali (LJS), criada em 1943, já contava com cerca de 25 mil membros, tornando-se rapidamente a principal defensora do nacionalismo somali. Beneficiada pelo apoio britânico, os somali tiraram proveito do breve período de domínio militar da Grã-Bretanha sobre outros territórios habitados por eles para fortalecer e enraizar sua ideologia nacionalista entre os jovens intelectuais. A manobra permitiu que, entre 1948 e 1949, enquanto a Itália negociava o domínio do território na Organização das Nações Unidas (ONU), uma onda de manifestações populares estourasse em Mogadíscio em claras demonstrações de sentimento anti-italiano (HRBEK, 2010).

O resultado foi o estabelecimento de uma tutela italiana de 10 anos no território correspondente à Somalilândia Italiana sob a supervisão da ONU, postergando a independência que a população desejava. Durante esse período, a LJS se tornou o partido político dominante, tomando a dianteira frente à outros partidos, que proliferaram-se mediante o retorno dos italianos. Em meio às hostilidades entre nativos e italianos, a LJS crescia. Na Somalilândia Britânica, no entanto, a Grã-Bretanha vetava a formação de um sistema representativo fundado em partidos políticos. A administração colonial reservava esse papel exclusivamente aos clãs e perseguia os partidos políticos fundados antes de 1950, como a Liga Nacional Somali (SNL) e a LJS (HRBEK, 2010).

Na mesma época, a devolução de terras militarmente dominadas pelos britânicos, como o Haud e a Zona Reservada, para a Etiópia, levou à mais uma onda de manifestações maciças e a organização de um movimento nacional, a Frente Nacional Unida. Enquanto a Etiópia encarava esse acordo como uma devolução de seu território e fim do domínio militar britânico sobre si, os somali desejavam o retorno do Haud e a independência. A campanha pelo território fracassou, mas o desejo de se tornarem independentes continuou vivo, tornando-se a principal preocupação de todos os partidos (HRBEK, 2010).

## Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Em meio à pressão crescente, em Mogadíscio, no ano de 1959 uma reunião de delegados de todos os partidos políticos da Somalilândia teve como fruto a formação do Movimento Nacional Pan-Somali. No ano seguinte, em 1960, a articulação política conquistou não só uma declaração de independência, marcada para o dia 1º de julho de 1960, como a fusão de seu território com a Somalilândia Britânica (HRBEK, 2010). A Somalilândia Abissínia (Ogaden) e a Somalilândia Francesa não foram contempladas na fusão.

À luz dos novos desdobramentos, a Etiópia temia ser alvo de interferências externas. Este era justificado nas tentativas italianas de conquistar o país entre 1930-1935 com o auxílio de somali irregulares; no incidente de Wal-Wal, provocado e utilizado como pretexto para que os italianos declarassem que a área lhes pertencia; e por fim, o uso da Somalilândia Italiana para invadir a Etiópia. Os britânicos também geraram tensões com sua administração militar no Ogaden até o ano de 1948 e no Haud, até 1955, mais de dez anos após o fim da guerra. A retenção desses territórios somada ao Plano Bevin fizeram com que a Etiópia suspeitasse das intenções da potência ocidental em questão (TOUVAL, 1963).

A nível regional o Egito também era visto com desconfiança, pois encorajava o etno-nacionalismo somali e suas campanhas com conteúdo islâmico influenciavam os somali e outras minorias muçulmanas presentes na Etiópia. Assim, havia um estímulo a demandas similares às somali por outros grupos étnicos anexados pelos etíopes, configurando uma ameaça à existência da Etiópia. Afinal, o país consistia em um conglomerado de etnias anexadas e/ou assimiladas pelos amhara (principal etnia etíope) (TOUVAL 1963).

Com sua integridade e estabilidade nacional ameaçada, Selassié traçou algumas estratégias. A primeira era fortalecer sua posição internacional por meio de sua política externa. Até 1958, o país era aliado do Ocidente na Guerra Fria, tendo enviado tropas para a Guerra das Coreias (1950-1953) e providenciado instalações para o estabelecimento de uma estação de comunicação militar estadunidense no território. Além disso, se posicionou de modo favorável aos Estados Unidos da América (EUA) até 1958, sendo contrário à admissão da China nas Nações Unidas. Todavia, conforme a situação somali se agravava, o imperador passou a desconfiar que o apoio ocidental não lhe favoreceria na causa. A troca

de estratégia se deu de fato quando os Estados Unidos apoiaram os britânicos nas negociações referentes à unificação da Somália e a Somalilândia Britânica. A partir daí, Selassie passou a demonstrar maior interesse em se aliar à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (TOUVAL, 1963).

Além disso, a possibilidade dos somali conquistarem auxílio da URSS ou da China gerava temor, pois com algum desses aliados o nível de ameaça representado pelos somali se tornaria muito superior ao patamar já enfrentado. Assim, antes que os somali ganhassem tais grandes aliados, o imperador etíope visitou Moscou em 1958 e aceitou a oferta soviética de assistência financeira. Em seguida, buscou reparar sua relação com os chineses, se abstendo em 1959, mas votando de forma favorável ao ingresso do país nas Nações Unidas pela primeira vez no ano seguinte (TOUVAL, 1963).

A Etiópia também buscou fortalecer sua posição dentro do bloco de Estados africanos independentes. Sendo, junto a Libéria, um dos dois únicos países que não foram colonizados e estando na posição de estado africano independente mais antigo, ela explorou a possibilidade de ser reconhecida como líder nesse bloco, demonstrando seu interesse nas questões africanas. Apesar da aspiração de se tornar uma liderança não ser um produto da preocupação com os somali, o aumento de seu interesse em intensificar sua influência no continente foi resultante dos pedidos firmes de apoio pela etnia nas conferências africanas (TOUVAL, 1963).

Em janeiro de 1960, os somali receberam suporte na *All African People's Conference*, em Tunis, mas sua tentativa de expor a questão na *Conference of Independent African States*, em Addis Ababa em junho do mesmo ano, foi rejeitada. Assim, quanto mais influente era a Etiópia dentro do bloco, menor era a probabilidade dos Estados africanos de apoiarem os somali. Entretanto, o suporte que os somali passaram a receber não possuiu grande importância prática, a Etiópia ainda seria colocada em uma situação desconfortável (TOUVAL, 1963).

Além disso, a Etiópia ofereceu como solução potencial para o problema somali a unificação do território sob a tutela etíope. Afinal, em diversos momentos o governo etíope alegou que toda a área do Chifre da África lhe pertencia, o que lhe dava direito sobre todo

## **Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope**

o território historicamente habitado pelos somali. Assim, com a saída das potências coloniais ocidentais, o território deveria ser devolvido. Ademais, havia os argumentos relacionados à necessidade etíope de acesso ao mar, assim como afinidades raciais entre etíopes e somali. Apesar das alegações e de suas manobras políticas, a Etiópia falhou em conquistar apoio no plano de anexação da Somalilândia Italiana (TOUVAL, 1963).

Portanto, a independência da República da Somália se deu em um complexo momento político no Chifre da África, mas mais do que isso: a conquista veio acompanhada por uma crescente ameaça ao secular Estado etíope. O país via no outro a possibilidade de ataque à sua segurança e, ao falhar em sua tentativa de anexação sobre as antigas somalilândias, a Etiópia passou a se concentrar na defesa da posse sobre o Ogaden, esforçando-se para impedir que as inspirações etno-nacionalistas somali sacassem-lhe a região.

### **Os somali etíopes e a Somália independente: de 1961 a 1974.**

A independência da Somália colocava em risco a região do Ogaden, que, à época, equivalia à um quinto do território etíope e era habitada quase exclusivamente por somali – com exceção de áreas nas quais a população era mestiça e as divisões étnicas haviam se tornado mais difíceis de detectar. Portanto, Selassié não mais podia permitir a preservação da autonomia da região. O imperador passou, então a investir em políticas cada vez mais agressivas para romper com a concentração da etnia na região e facilitar a assimilação dos somali pelos amhara (TOUVAL, 1963).

O desejo do imperador consistia em aplicar políticas que apaziguassem os somali e reduzissem as tensões dentro do território etíope mediante uma contínua tentativa de conquistar sua lealdade e assimilá-los. O plano, no entanto, esbarrava em alguns entraves. Um deles é a de que os etíopes, provenientes da etnia amhara, expandiram-se através da anexação e assimilação de outras etnias. No entanto, sendo os amhara cristãos, o processo gerou uma minoria muçulmana etíope, que pertencia a outros grupos étnicos incluindo os somali. Desse modo, uma política de assimilação mal conduzida ou o fortalecimento dos somali poderia levar ao rompimento do precário equilíbrio entre cristãos e muçulmanos no

império. Ademais, a intensificação do contato com os somali poderia causar um aumento no nível de consciência política daquelas etnias que pertenciam a grupos que não eram tão engajados anteriormente, levando ao fracasso da estratégia abordada em seguida pelo governo (TOUVAL, 1963).

Contudo, isso não significava que todos os somali eram politicamente engajados. Na realidade, à época, a consciência política dos indivíduos somali em território etíope variava de acordo com o clã e seus hábitos. Ademais, inexistiam organizações políticas somali ou partidos no país, o que dificultava o envio de respostas específicas provenientes do governo central (TOUVAL, 1963). Entretanto, isso não significava que a etnia se mantivesse alheia às questões que lhe diziam respeito. Na realidade, eles se mantiveram informados através das notícias e propagandas nacionalistas que eram levadas para a Etiópia pelos grupos que migravam sazonalmente através das fronteiras. Assim, puderam acompanhar, por exemplo, o processo de independência e unificação da Somália (TOUVAL, 1963).

Entre os clãs, Touval (1963) relata terem existido diferentes respostas a variar de acordo com a zona somali na Etiópia (ver mapa 01). Segundo ele, todos possuíam certo grau de afinidade com o etno-nacionalismo, mas o nível de identificação variava. Havia, portanto, casos como os dos clãs Marehan (Darood), Degodia, Gurreh e Ajoran (Hawiya), que habitavam o extremo sul da Etiópia, na divisa com Quênia e Somália, e não exibiam sinais de afinidade com o sentimento etno-nacionalista na época<sup>5</sup> (TOUVAL, 1963).

Na parte central da área somali, um clã nômade, os Ogaden (Darood) possuíam pouca afinidade com o etno-nacionalismo somali. Já os Gadabursi, os Absame (Darood) e os Jidwak (Darood) se encontravam mais engajados, apesar de serem considerados clãs moderados. Eles habitavam as proximidades de Jijjiga e a fronteira Etiópia-Somália como agricultores sedentários. Ao norte deles, na porção nordeste da Etiópia, entre Harar e a Somalilândia Francesa, um outro clã, os Issa, exibia um comportamento altamente pró-nacionalismo. Clã nômade, os Issa traziam consigo uma longa bagagem de antagonismo com

---

<sup>5</sup> Segundo Touval (1963), a ausência de informações sugere o nacionalismo dos somali da província de Sidamo não havia escalado para proporções violentas (TOUVAL, 1963).



vasta e rica em água e pastos que eles desejavam fortalecer e estender seus direitos. Isso, no entanto, fazia com que os Ogaden temessem a perda de seus direitos pré-existentes sobre as áreas que eles habitavam, suspeitando que a anexação da região pela Grande Somália levaria à perda de suas terras e recursos (TAREKE, 2009; TOUVAL, 1963).

As expressões do fervor nacionalista somali na Etiópia eram poucas e esporádicas. Usualmente eram provocações frente às autoridades etíopes, que rapidamente as suprimiam. Ademais, era difícil distinguir os incidentes politicamente motivados de ilegalidades comuns. De tempos em tempos, demonstrações públicas de desrespeito à bandeira da Etiópia durante a cerimônia de hasteamento ocorriam acompanhadas de declarações de que aquela não se tratava da bandeira somali e, portanto, eles não lhe deviam respeito, por exemplo (TOUVAL, 1963).

Confrontos armados entre membros dos clãs e as forças etíopes também ocorriam, apesar de usualmente não possuírem uma natureza clara na época. Apesar disso, o crescimento de incidentes na década de 1960 funcionava como lembretes de que o etno-nacionalismo somali poderia gerar maiores impactos no âmbito doméstico etíope. Afinal, inexistia outra etnia com o mesmo tamanho e coesão política ocupando uma área tão extensa naquela década (TOUVAL, 1963).

Ademais, o Estado etíope era marcado pelo atrito contínuo de cristãos contra muçulmanos e tribos pagãs; gerando antagonismos que, apesar de terem sido atenuados, persistiam enraizados tradicionalmente na população. Havia, em primeiro lugar, as barreiras criadas pelas divisões religiosas, as quais separavam a população no início da década de 1960 da seguinte forma: 40% era cristã; 40% era muçulmana e 20% era pagã. Sendo que, os amhara, principal etnia, eram cristãos, enquanto as minorias eram formadas pelos pagãos e muçulmanos. Além disso, eles se concentram no norte e no centro do território da Etiópia, enquanto as outras residiam nas bordas e se concentram em toda a região sul do país. Consequentemente, essas minorias mantinham relações com os povos do outro lado da fronteira. Logo, eram mais suscetíveis a aderir ou incorporar movimentos secessionistas, principalmente quando se considera os antagonismos históricos e as divisões culturais e religiosas (TOUVAL, 1963).

Além deles, acreditava-se que os oromo também poderiam ser encorajados por uma eventual secessão somali. Espalhados por todo o território e constituindo a maioria da população em algumas áreas, essa etnia guardava em alguns de seus setores as lembranças de sua antiga independência política, perdida no fim do séc. XIX. Desde o século XVIII, os oromos influenciavam a política etíope e seu suporte muitas vezes decidiam o resultado de rivalidades políticas internas. Apesar disso, não havia entre eles qualquer sentimento etno-nacionalista no início da década de 1960, pois eram menos conscientes de sua identidade que os somali (TOUVAL, 1963). Porém, Touval (1963) não desconsiderava a probabilidade de desenvolvimento de alguma autoafirmação na época.

Após a Segunda Guerra Mundial, a política de assimilação etíope tornou-se mais deliberada e compreensiva. As mudanças econômicas e políticas do país forçaram o abandono das táticas tradicionais, requerendo um novo modo de integração das minorias na teia econômica, social e política que vinha sendo desenhada. Os principais métodos utilizados para atingir esse objetivo eram através da educação e a designação de somali a cargos administrativos, sobretudo na província de Harar (TOUVAL, 1963).

No que tange à educação, houve uma atenção especial para o desenvolvimento de uma estrutura educacional em Harar. Escolas elementares foram construídas em diversos centros administrativos para que as crianças somali pudessem ter acesso à educação; porém, as características migrações das tribos dificultavam a frequência das mesmas no sistema educacional. Para lidar com o problema, algumas escolas móveis foram montadas e uma estrutura de ensino secundário também foi formada em Harar. Essa política auxiliou no crescente acesso à educação no país, sendo um passo importante para a melhoria na qualidade de vida no Ogaden. Além de ser um passo preventivo na questão pan-somali, essa iniciativa também aumentava a presença administrativa e securitária na região (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Sobre a política de designação de somali a cargos administrativos, o método era baseado no emprego e no status que os postos em serviços civis na província davam a alguns jovens que havia tido acesso à educação. Além disso, o governo acreditava que a presença

deles nesses cargos pudesse aliviar as tensões entre as tribos e o regime; assim como reduzir a atração que as administrações totalmente somali do outro lado de suas fronteiras geravam.

Essa medida era importante devido à ausência de registros de integração econômica e social devido ao isolamento das regiões habitadas pela etnia em contraste com o resto da Etiópia até 1960. Ademais, no campo político a participação deles no parlamento era relativamente baixa. Assim como não havia registro de tentativas significativas de conversão dos somali, pois a mesma provavelmente geraria conflitos (TOUVAL, 1963).

Contudo, Touval (1963) faz ressalvas. Na questão da educação, ele alega que era ingênuo acreditar que o acesso às escolas pelos somali os tornaria cidadãos leais, ou que o ensino de amárico para as crianças dessas tribos facilitaria sua assimilação. Além disso, apesar da implementação da primeira escola, em 1957, ter gerado esperança em Addis Ababa de que uma maior integração ocorresse, outras dificuldades surgiram com essa política (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Uma delas era a necessidade do governo em prover trabalhos adequados para essa nova parcela de jovens educados, pois havia a probabilidade de insatisfação dos mesmos caso alocados em trabalhos “inferiores” ao seu nível de educação. Sendo que, até o início da década de 1960, a oferta de emprego relativamente boa para quem possuía ensino secundário completo, mas conforme o número de formados aumentasse com a expansão do sistema educacional, a previsão era de que em algum momento se iniciasse uma escassez de emprego comparado ao número de formados (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Outro problema que surgiu era derivado do desinteresse etíope na região por décadas a fio, levando à inexistência de vias rodoviárias de qualidade que ligassem o Ogaden ao centro da Etiópia. Além disso, a realização do comércio na região se dava majoritariamente por meio de relações cruzando a fronteira, pois não havia meios para que se tivesse comunicação e relações econômicas adequadas com o resto da Etiópia. Até mesmo as autoridades etíopes na região recebiam suas provisões por meio da Somalilândia Britânica (TOUVAL, 1963).

Entretanto, o isolamento da região não era o único fator em jogo. Além dos antagonismos tradicionais entre grupos étnicos e religiosos, a questão dos empregos gerava tensões. A relação de desconfiança do governo para com a etnia, quando era ele o maior fornecedor de empregos, criava um entrave extra na busca dos somali por emprego. Tendo sua lealdade questionada, os indivíduos dessa etnia acabavam em uma situação de desvantagem social e em termos de desemprego considerável fora das áreas majoritariamente somali (TOUVAL, 1963).

Desse modo, ao prover educação para uma minoria somali, mas criar uma situação de carência de oferta de emprego condizente com a qualificação, os etíopes abriam margem para a geração de mais descontentamento e, conseqüentemente, o fortalecimento do nacionalismo somali. Por outro lado, o atraso deliberado no desenvolvimento de uma estrutura educacional voltada para eles também traria problemas para o Estado, pois induziria a população ao nacionalismo pelo contraste com o desenvolvimento social de econômico que a República da Somália iria gerar (TOUVAL, 1963).

A própria Somália tentou sacar o Ogaden da Etiópia. O país recém independente pautou-se no discurso de base cultural e étnica com o objetivo de anexar a Somália Ocidental (território que se estendia a partir do Rio Awash, abarcando a área de Hararghe e incluindo largas porções das províncias de Sidamo e Bale). Apesar das terras em questão serem tidas como multiétnicas, os somali negavam que assim o fosse e que se tratava de área em que os habitantes eram em sua maioria somali (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

A partir daí, além das táticas que haviam sido empregadas a partir da década anterior, o Imperador Selassié passou a investir uma quantia considerável de recursos para integrar e defender o Ogaden com mais afinco. Nessa nova fase, múltiplas bases militares foram instaladas na área na segunda metade da década. Contudo, as mudanças não foram bem recebidas pelos habitantes. Embora no início não tivesse havido uma explosão de hostilidades, a situação se agravou quando houve a imposição sistemática de impostos por cabeça. Essas taxas foram estabelecidas pela necessidade do imperador de encontrar vias alternativas de conseguir subsidiar os novos desenvolvimentos na região, pois arcar com os

custos somente por meio do comércio na região estava se tornando insustentável (GOZÁLEZ, 2007).

A imposição das taxas fixas para cada indivíduo acabou gerando um exercício de poder por parte do governo que afetou o modo de vida da população na região. Como consequência, os somali passaram a engajar em confrontos com o governo, iniciando sua primeira rodada de rebeliões violentas. Desse modo, estoura, em 16 de junho de 1963, a rebelião que serviria de embrião para a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF, na sigla em inglês), um grupo separatista somali (GOZÁLEZ, 2007).

A organização possuía três comandos, todos liderados pelo exército somali, e suas subdivisões que coincidiam com subclãs. As armas portáteis e os maquinários pesados utilizados para lutar também eram provenientes da Somália, apesar de uma fatia menor ter sido adquirida por meio de atividades ilegais da WSLF para complementar seus recursos (TAREKE, 2009).

Assim, a organização foi financiada, equipada e treinada pela Somália, além de ser submetida aos interesses do país em sua própria estrutura. Assim, a WSLF chegou a ocupar quase 70% do Ogaden; mas acabou por recuar quando, em agosto de 1963, os etíopes se reagruparam e direcionaram seus ataques para as fronteiras somali, bombardeando seus alvos no Ogaden e na Somália por oito semanas. Em novembro, com uma última grande ofensiva, a Etiópia assegurou o acordo de cessar-fogo com a Somália na Organização da Unidade Africana (OUA). O acordo, firmado em março de 1964, previa uma zona desmilitarizada entre seis e dez milhas território adentro em cada lado da demarcação da fronteira (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Assim, ambos os países iniciaram um breve período de calma entre si. Entre os fatores que contribuíram para esse recuo da participação da Somália na insurgência estava a eleição do Presidente Shemarke e o Primeiro-Ministro Igal, ambos membros de um partido mais moderado. Eles focaram suas políticas e discursos na ênfase ao sentimento pan-africanista, acalmando ou pelo menos suprimindo os ânimos pan-somali. Nesse período, o apoio à insurgência no Ogaden reduziu drasticamente, o que pode ser representado pela dissolução oficial da WSLF pelo Presidente Siyaad Barre em 1969. Entretanto, a decisão de

## Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Barre foi guiada pela necessidade de garantir estabilidade à Somália ao se prevenir de um possível ataque estrangeiro, pois seu governo retornaria a ênfase ao movimento pan-somali no decorrer da próxima década (GOZÁLEZ, 2007).

Apesar desta ação, o grupo entrou não entrou em inatividade. Pelo contrário: recusando-se a obedecer a jurisdição dos presidentes, Makhtal Dahir se posicionou de forma indiferente a eles e prosseguiu sua luta, pois acreditava que a WSLF independia de qualquer intervenção da Somália. Afinal, enquanto as relações Somália-Etiópia melhoravam, Selassié passou a empreender duras políticas econômicas para punir os somali nômades no Ogaden (GOZÁLEZ, 2007).

Essas punições foram desenhadas para desconstruir o modo de vida nômade e permitir um maior controle do regime sobre a região. Entre elas, inclui-se os ataques dos militares à pecuária, matando e confiscando os animais da região e comprometendo a fonte de alimentação do povo. Além desta, mudanças na política de registro de terras foram desenhadas como outra punição ao deixar de reconhecer a posse das terras utilizadas pelos somali nômades e permitir que os fazendeiros amhara se movessem do norte para esses locais. Ademais, outras políticas agravavam ainda mais a situação deles, como é o caso, por exemplo, das medidas contra o contrabando que tinham o intuito de prevenir que os somali utilizassem rotas de comércio antigas que necessariamente cruzavam a fronteira. E por último, houve o envenenamento das fontes de água utilizadas pelos somali, enquanto novas eram criadas para receber os amhara (GOZÁLEZ, 2007).

No curso dos cinco anos compreendidos entre o início de uma enorme estiagem na Etiópia, em 1970, e o conseqüente golpe de Estado que derruba Selassié em 1974, os somali nômades se viram presos no território etíope. Não tinham para onde fugir devido às medidas de contrabando, não tinha acesso a água potável devido ao envenenamento das fontes de água e não possuíam acesso à terras férteis para lhes prover sustento (GOZÁLEZ, 2007).

Assim termina a relação entre o governo do imperador Hailé Selassié e os somali em seu território. É notável que a independência da Somália acompanha uma intensificação das políticas etíopes voltadas para a defesa do Ogaden. De tentativas de assimilação ao

investimento na área militar, surge um fluxo de investimento que vem acompanhado por uma grande interferência no modo de vida da população.

Fica claro que a defesa do Ogaden foi efetiva ao impedir que a Somália, recém-independente, anexasse um território que aparentava ser tão promissor. Já no que tange à população em si, em especial os somali, o quadro retratado deixa de ser positivo. Ao invés da assimilação e integração da população, o que ocorreu foi uma perseguição ativa e etnocida, marcada por hostilidades crescentes e violação de direitos indígenas.

### **Considerações finais**

Dessa forma, é possível perceber que durante o curso do regime de Selassié o que se iniciou como um esforço para assimilar e integrar os somali durante o processo de conquista da independência da Somália tornou-se uma perseguição rigorosa aos grupos nos quais o fervor nacionalista era mais explícito. Muitas falhas nos planos executados pelo governo de Selassié podem ser identificadas, indo desde a dificuldade em prover educação e trabalho para os somali, passando pelo isolamento territorial e comercial do Ogaden derivado do desinteresse do Estado em investir na região, e, por fim, a maneira brusca em que se modificou o modo de vida da população local com a instalação de bases militares.

No plano internacional, a Etiópia falhou na anexação da Somalilândia Italiana e em se apropriar do Plano Bevin, mas obteve certa vitória ao manter o Ogaden sob seu controle e defendê-lo durante o governo de Selassié. Além disso, a existência de um grupo armado, a WSLF, serve como uma sinalização de que as mudanças bruscas na região acumularam tensões crescentes, as quais culminaram na explosão do conflito. A participação da Somália, treinando, financiando e equipando a organização demonstram a extensão dos interesses do país em anexar o Ogaden e como eles se aproveitaram das instabilidades geradas pelo conflito somali-etíopes para realizarem seus objetivos.

Assim, a Somália, em meio à sua ânsia por expansão e união da etnia, além das motivações econômicas, acabou por agravar a situação doméstica etíope. A consequência de sua ação, no entanto, levou ao agravamento da situação social dos somali etíopes. O apaziguamento das relações entre os dois países, geraram o acirramento das hostilidades no

## Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Ogaden. Os grupos nômades, identificados como tendo uma maior tendência etno-nacionalista, foram perseguidos e despidos de seus direitos, sendo colocados em uma situação de extrema vulnerabilidade até o fim do regime de Selassié, sem novas intervenções da Somália.

Portanto, a trajetória histórica exposta confirma a hipótese, pois apresenta alguns dos interesses políticos – tanto à nível de Estado, no caso das políticas aplicadas pelos governos; como organizações sociais que tomaram forma de partidos e grupos secessionistas –, sociais e aspectos culturais criaram um ambiente propício à uma escala de hostilidades entre somali e etíopes. No que tange aos interesses sociais, ressalta-se a questão da intervenção no modo de vida da população e como as políticas aplicadas pela Etiópia abalou profundamente o Ogaden, isolando-o em um primeiro momento, e atuando de forma agressiva no que diz respeito à qualidade de vida da população (emprego, saúde, direito a terras). Nos aspectos culturais, ressalta-se a questão religiosa, o nomadismo e o próprio sentimento etno-nacionalista alimentado em tempos de conflito.

Atualmente, essas questões aqui abordadas são importantes para compreender o silenciamento do povo somali em território etíope. Apesar de se tratar de um recorte que não contempla toda a complexidade envolvida na relação Etiópia-somali, é notável a transição na forma de tratamento da etnia nesse território. A hostilidade e as políticas repressivas aplicadas sobre o povo somali, em especial os nômades, não poderiam ser revertidas apenas com a queda de Selassié. Os governos seguintes prosseguiram com o sufocamento da etnia, apesar dos interesses e o grupo do poder serem substituídos por outros.

Se tratando de décadas de investimentos e intervenções no modo de vida da população, houve consequências à longo prazo tanto na integração dessa etnia, quanto nas restrições de acessos à muitos recursos. Outro ponto a ser ressaltado é o de que o governo de Selassié é, historicamente, recente, o que significa que as consequências de suas ações podem ser notadas ainda hoje. Concluo, então, que essa fração da história da etnia é suma importância para aqueles que desejam compreender o comportamento desse povo nos governos posteriores, incluindo os atuais.

*Recebido em 25 de junho. Aprovado em 8 de julho.*

### Referências bibliográficas

ADEGEHE, Asnake Kefale. **Federalism and ethnic conflict in Ethiopia: a comparative study of the Somali and Benishangul-Gumuz regions**. Leiden: Department of Political Science, Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University. 2009. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/13839>> Acesso em: 03 Fev. 2019.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança Regional no Chifre da África (1974-2017): Conflitos, atores, agendas e ameaças**. Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. 2019. “Orientação: Paulo Fagundes Visentini.”

GONZÁLEZ, Raúl C. Ethiopia (1976–1985). In: **Civil Wars of the World: Major Conflicts since World War II**; DEROUEN, Karl R.; HEO, Uk. (Editores), vol. I, 2007, p. 351-365.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Manual de Redação Oficial da Funai**. Organizado pela Comissão Especial de Elaboração do Manual – Portaria nº. 540/2015/ Pres-Funai. – Brasília: Funai, 2016. 87p. il.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1- 30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

TAREKE, Gebru. **The Ethiopian Revolution: War in the Horn of Africa**. New Haven: Yale University Press. 2009. 437 p.

TOUVAL, Saadia. **Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa**. Cambridge: Harvard University Press. 1963.

YUN, Ma Shu Yun. Ethnonationalism, ethnic nationalism, and mini-nationalism: A comparison of Connor, Smith and Snyder. In: **Ethnic and Racial Studies**, 13:4, p. 527-541.1990. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01419870.1990.9993688>>. Acesso em: 02 Dez. 2019.

## O combate ao Terrorismo como elemento de cooperação internacional

Victor Santos Mendes\*

**Resumo:** A transnacionalidade do Terrorismo é um fator relevante desse fenômeno, o que faz o mesmo representar grande ameaça à Sociedade Internacional. Dessa forma, entende-se que uma vez que essas atividades geram ameaças à paz e à segurança internacional, tem-se um aumento da propensão à cooperação por parte dos Estados ou aprimoramento de relações de cooperação já existentes, em busca de combater organizações terroristas. Com isso, busca-se com o presente artigo analisar as relações de cooperação internacional para combate ao Terrorismo, assim como o contexto em que essas ocorreram, além de seus efeitos. Por fim, é possível observar um grande incentivo por parte dos Estados a cooperarem internacionalmente no combate a atividades terroristas, visto que essas ameaçam a Sociedade Internacional, assim como uma eficácia significativa na luta conjunta contra as organizações terroristas.

**Palavras-chave:** Terrorismo; Cooperação internacional; Combate ao Terrorismo.

### Introdução

Desde o início do presente século, marcado pelo histórico atentado perpetrado pela Al-Qaeda contra os Estados Unidos, a atenção e os esforços de diversos Estados se voltaram de maneira significativa para a abordagem e compreensão do fenômeno do Terrorismo, além dele ganhar mais destaque na mídia internacional. Apesar desse ocorrido ser tido um marco histórico, outros atentados dessa natureza ocorreram antes, como as explosões contra embaixadas americanas em países africanos, a liberação de gás Sarin em um metrô de Tóquio e os atentados no Reino Unido e Espanha. Esses são vistos hoje, como sinais à época, da necessidade de melhora das medidas e esforços voltados para o combate ao Terrorismo (WARD, 2003, p. 289).

Dessa forma, para o desenvolvimento e compreensão do presente artigo, faz-se necessário conceituar o Terrorismo, visto que este é um termo central dessa pesquisa. O presente trabalho parte da análise do Terrorismo referindo-se ao Terrorismo moderno, pois apesar de se conhecer a existência das ramificações de tal fenômeno, as quais apresentam características distintas entre si, este estudo não tem como objetivo analisar o fenômeno em si nem casos específicos deste. Dessa forma, o Terrorismo moderno é entendido como a

---

\* Bacharel em Relações Internacionais pelo IBMEC-MG. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (PPGSID-ESG). (victorsantosmendes@gmail.com).

interseção entre violência e política com o objetivo de aplicar força em busca de exercer domínio, coerção, intimidação, controle e fundamentalmente, mudança política (HOFFMAN, 2006, p. 254-256).

Como o fenômeno do Terrorismo não é algo recente, diversas medidas, como convenções e protocolos internacionais, já vinham sendo negociadas e elaboradas anteriormente nas Nações Unidas, apesar de passarem a ser adotadas apenas em 1972 em reação a atividades criminosas com alcance internacional, as quais eram entendidas como Terrorismo internacional. Porém nenhuma delas foi implementada na devida proporção e seriedade (WARD, 2003, p. 290). Dessa forma, antes de 11 de setembro de 2001, não existia nenhuma forma de esforço em cooperação multilateral de combate a práticas que viabilizam o Terrorismo, como é o caso do seu financiamento (BIERSTEKER, 2004, p. 60).

Era possível observar movimentações nas Nações Unidas para aprimorar a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999), entretanto, isso se dava em um contexto após 25 anos de liberalização e desregulamentação do mercado financeiro, tendo assim pouco apoio político, o que resultou em melhorias frágeis (BIERSTEKER, 2004, p. 60). Além disso, a Resolução nº 1269 de outubro de 1999 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) demonstrava a grande necessidade de se adotar melhores medidas de combate ao Terrorismo, tanto a nível nacional quanto internacional (WARD, 2003, p. 290). Porém, segundo Ward (2003, p. 290-291) a Resolução sem caráter compulsório e o não monitoramento da aplicação das medidas por parte dos Estados, levou a mesma a ser significativamente ignorada.

Dessa forma, é possível observar que antes de 11 de setembro de 2001, apenas dois países haviam ratificado os vários instrumentos de combate às atividades terroristas elaborados desde a década de 1970, enquanto que, até meados de 2003, trinta e cinco países apresentavam ratificação dessas medidas (WARD, 2003, p. 291). Junto a isso, constata-se também grande adoção à Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (1997) e à Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999). Até 11 de setembro de 2001, 27 países aderiram à primeira e 4 países à segunda. Já no pós-11 de setembro esses números saltaram para 148 e 155, respectivamente (HAMILTON, 2007, p. 29).

Essa é uma situação que nos permite observar uma reação significativa da Sociedade Internacional diante das práticas terroristas. Porém, observa-se que essa se deu apenas após uma ação de terror de grande escala, levando potências a identificarem a real necessidade de se dar importância a esse fenômeno que já não demonstrava maiores dificuldades para alcançar o ocidente.

Para fins de análise do presente artigo, entende-se Sociedade Internacional como uma coletividade de Estados, os quais são conscientes da existência de interesses e valores comuns entre eles. Nessa, os Estados se encontram submetidos a um conjunto de regras que regulam as relações entre eles, além de serem levados a participar de instituições comuns (BULL, 2002, p. 13).

Diante do 11 de setembro, uma relevante resposta se deu por parte do CSNU, o qual aprovou resoluções que tangem o Terrorismo, como por exemplo a ação imediata após o atentado, aprovando em 12 de setembro de 2001, a Resolução nº 1368 para estabelecer bases legais para ações futuras contra o fenômeno (BIERSTEKER, 2004, p. 60). Ademais, essas medidas tinham como objetivo a maior segurança na Sociedade Internacional, além de representar a cooperação internacional para lidar com o Terrorismo, que se deve significativamente à capacidade das Nações Unidas de institucionalizar esse combate (HAMILTON, 2007, p. 29).

Considerando a transnacionalidade do Terrorismo e conseqüentemente sua capacidade de desempenhar ações internacionalmente, objetiva-se com a presente pesquisa alcançar respostas ao seguinte problema: como o Terrorismo impacta as relações entre os Estados na Sociedade Internacional? Dessa forma, busca-se responder essa pergunta analisando como o Terrorismo é capaz de conduzir atividades internacionalmente e conseqüentemente impactar as relações entre os Estados na Sociedade Internacional, gerando incentivos a esses atores. Assim, parte-se do pressuposto que esse fenômeno aumenta a propensão à cooperação internacional para combatê-lo, tanto direta e fisicamente, quanto indiretamente através do combate às suas formas de financiamento.

Por fim, o presente artigo se vale do método de estudo de caso. Assim será possível, após uma revisão bibliográfica baseada em múltiplas fontes, analisar o contexto a partir de informações tanto qualitativas, quanto quantitativas, para em seguida testar a hipótese

anteriormente apresentada. Este trabalho se baseia em artigos científicos, relatórios anuais, livros e documentos oficiais que contribuam para o tema em questão. Logo, o artigo se encontra dividido em três partes, além da introdução e conclusão: na primeira será analisado o Terrorismo e sua atuação internacional; na segunda serão analisadas as relações de cooperação internacional e alianças, já existentes, para combate ao Terrorismo; na terceira será apresentado o estudo de caso. Ao final, a conclusão apresenta os resultados e possíveis perspectivas sobre o tema.

### **O Terrorismo e sua atuação internacional**

O Terrorismo é um fenômeno sobre o qual não existe consenso acerca de sua conceitualização. A dificuldade de se alcançar uma definição para esse fenômeno se dá pela análise subjetiva e grande divergência de interesses entre quem o conceitua, fazendo com que a definição sirva a tais interesses (CRENSHAW, 2010). Entretanto, visto que o objetivo aqui não é discutir o conceito desse fenômeno, voltemos a atenção para alguns contextos em que o Terrorismo pode ser visto. Segundo Schmid (2004), o fenômeno pode ser empregado como crime, desempenhando interesses políticos, guerra, comunicação e fundamentalismo religioso.

Dessa forma, uma das principais características entre os grupos responsáveis pelos maiores números de morte nos dias de hoje, como ISIS (*Islamic State of Iraq and Syria*), Boko Haram e Taliban, é o aspecto fundamentalista religioso (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2017, p. 72), o que faz os mesmos justificarem a prática terrorista como um “sacrifício”, o que é uma característica chave de práticas religiosas, com o objetivo de fazer, o indivíduo que o realiza, ser oferecido aos deuses (SCHMID, 2004, p. 210). Dessa forma, a vida de inocentes é oferecida a essa causa, assim como os Direitos Humanos (DH), ou seja, as diversas mortes e a violação dos DH podem ser justificadas pela mesma (SCHMID, 2004, p. 211).

Ademais, os terroristas enxergam o mundo de maneira polarizada, a partir de uma dicotomia, onde um lado representa o problema e o outro a solução, ou as “forças divinas” e as “forças do mal”, ou o profano e o sagrado, entendendo não existir um meio termo entre essas posições, o que gera uma tendência à escalada de conflitos (SCHMID, 2004, p. 212). Consequentemente, esses grupos representam uma ameaça a todos os Estados e sociedades

que se encontram do lado “opressor” dessa dicotomia, uma vez que o Terrorismo é uma das várias formas de representação de força sobre quem oprime (SCHMID, 2004, p. 212).

Quando falamos nas “forças do mal”, Bernard Lewis (2003, p. 75-76) apresenta grande foco à aversão aos Estados Unidos, mencionado em “A Crise do Islã” também como “América”. Entretanto, tal restrição regional se dá devido ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando a economia europeia se encontrava basicamente eliminada e o Japão ainda não havia despontado economicamente (LEWIS, 2003, p. 75). Segundo Lewis (2003, p. 75), a “América” representava valores como liberdade, justiça e oportunidade, o que transplantado para as primeiras décadas do século XXI pode ser entendido também como, por exemplo, a Europa ocidental. Assim, tais países passam a ser considerados inimigos dos autores do terror e do próprio Islã, como aborda o autor em sua obra.

E então veio a grande mudança, quando os líderes de uma restauração religiosa ampla e em expansão tiveram êxito em identificar seus inimigos como os inimigos de Deus e deram a eles “um local de residência e um nome” no hemisfério ocidental. De repente, ou assim pareceu, a América havia-se tornado um arqui-inimigo, a encarnação do mal, oponente diabólico de tudo o que é bom e, especificamente para os muçulmanos, um oponente do islã (LEWIS, 2003, p. 76).

Além disso, os interesses políticos são outra importante característica dos grupos terroristas. De acordo com Schmid (2004, p. 199), a competição justa por votos é muitas vezes extrapolada, alcançando meios violentos e até mesmo escalando conflitos políticos, fazendo com que atos terroristas sejam também perpetrados nesse contexto. Em determinados cenários, certos partidos políticos podem representar interesses de grupos terroristas ou até mesmo criar esse tipo de organização, havendo relações ainda mais intensas entre esses (SCHMID, 2004, p. 199). Junto a isso, ainda que os atos terroristas representem interesses religiosos ou apenas criminosos, visto que essas organizações tendem a ameaçar o monopólio estatal da força e a proteção dos cidadãos daquele Estado, esses atos acabam, ainda assim, ganhando relevância política (SCHMID, 2004, p. 200).

Já a necessidade de financiamento é outro fator relevante entre os grupos terroristas, uma vez que sem recursos monetários tais organizações não são capazes de executar suas atividades nem manter sua estrutura, pois são demandados recursos financeiros. Por esse motivo, especialistas classificam o dinheiro como “o sangue vital das organizações

terroristas” (GUPTA, 2004, p. 28). A captação de recursos ocorre de diversas maneiras, como por exemplo através de patrocínio estatal, doações de apoiadores e simpatizantes da organização, práticas legais e atividades ilícitas. Deve-se ressaltar que grande parte do valor arrecadado se origina de práticas ilegais, como *revolutionary taxes*, extorsões, sequestros e cobranças por resgates, contrabandos e furtos (FREEMAN, 2011, p. 466). Além disso, outras fontes de financiamento são as taxas cobradas de empresas localizadas em território sob as regras do grupo, tráfico de drogas e pessoas, ilicitudes em negócios de mineração e transações financeiras (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2017, p. 83).

Essas últimas, quando utilizadas como financiamento das atividades terroristas, passaram a ser relacionadas de maneira mais concreta a regimes de fiscalidade privilegiada<sup>1</sup>, após setembro de 2001 (GALLANT, 2007, p. 454). Identificações como essas foram possíveis, em grande parte, devido aos esforços internacionais de resposta ao fenômeno do Terrorismo após esse período. Neste contexto, eleva-se o questionamento sobre os fatores que viabilizam as práticas terroristas e o aspecto financeiro das organizações terroristas passa a ser considerado um dos principais elementos.

Apesar do aspecto internacional do Terrorismo já ser conhecido (WARD, 2003), a movimentação entre diferentes sistemas financeiros, das quantias monetárias utilizadas pelas entidades terroristas, facilitou a internacionalização das mesmas. Segundo Gallant (2007, p. 454), tal caráter internacional viabiliza o planejamento e execução das atividades em diferentes Estados, com recursos atravessando diversas jurisdições intermediárias, o que contribui para a capacidade do fenômeno de impactar a Sociedade Internacional. Assim sendo, o ataque ao *World Trade Center* em 2001 apresentou consequências mundiais e a partir desse momento alcança-se um consenso sobre a ameaça à paz e à segurança internacional que o Terrorismo internacional apresenta (WARD, 2003, p. 292).

Com isso, diversos países se encontram ameaçados pelos objetivos políticos e fundamentalistas religiosos de determinados grupos terroristas e pela abrangência internacional de suas ações. Tal sentimento de ameaça e insegurança na Sociedade

---

<sup>1</sup> Os regimes de fiscalidade privilegiada (*Preferential Tax Regimes - PTRs*) são Estados que se valem de sua soberania e autonomia para estabelecer iniciativas e regras fiscais agressivas com o objetivo de atrair capital estrangeiro alocados em outras economias. Esses territórios são também muito conhecidos como paraísos fiscais (PALAN; MURPHY; CHAVAGNEUX, 2010, p. 17-21).

Internacional, possivelmente influencia a propensão à cooperação por parte dos Estados para se posicionarem contra uma ameaça e assim combatê-la (FEARON, 1998, p. 269). Além disso, as relações econômicas, sociais e de interdependência já existentes entre esses atores também intensificam a tendência à cooperação entre eles (KEOHANE; NYE, 1973, p. 159-160), visto que determinados eventos em um território acabam por gerar efeitos em demais jurisdições. Dessa forma, pode-se dizer que o Terrorismo após o início do século XXI se tornou de forma mais precisa, um fenômeno capaz de unir os Estados em torno de um objetivo comum, uma vez que eles se viram ameaçados por este fenômeno.

### **Cooperação internacional em combate ao Terrorismo**

A cooperação internacional é realizada através da institucionalização da relação entre atores e seus interesses, sendo as organizações internacionais (OIs), a forma preferencial entre os Estados para cooperar entre si por apresentarem duas grandes vantagens: (1) centralização e (2) independência (ABBOTT; SNIDAL, 1998, p. 4). A centralização das organizações internacionais abrange as atividades coletivas dos membros em uma estrutura concreta que possui um aparato administrativo e gera assim maior eficiência e melhora o alcance e impacto da organização nos entendimentos e interesses dos Estados membros (ABBOTT; SNIDAL, 1998, p. 10). Já a independência da OI tem origem nesses Estados, os quais transferem parcela de sua soberania à instituição para que seja capaz de decidir de maneira autônoma determinados assuntos, buscando representar os interesses de seus membros (ABBOTT; SNIDAL, 1998, p. 16).

Além disso, a institucionalização das relações de cooperação objetiva maior previsibilidade através da regularização das interações estatais, para assim facilitar o fluxo de informações e através de monitoramentos, fazer com que mecanismos e medidas necessárias sejam realmente adotadas (FEARON, 1998, p. 270). Esse tipo de cooperação pode ser observado entre diversos países ao se apoiarem em organizações internacionais, como as Nações Unidas, para cooperarem entre si e adotarem resoluções e outros mecanismos, ainda que os mesmos não sejam de caráter compulsório. Com foco na cooperação de inteligência e no combate ao Terrorismo, o sistema multilateral é assim denominado, menos devido à quantidade plural de Estados na relação de cooperação, mas

mais significativamente devido ao fato de os atores apresentarem relações abertas e automáticas quanto ao fluxo de informações (RUDNER, 2004, p. 195).

As relações de cooperação internacional voltadas para inteligência não são algo novo. Os Estados Unidos, por exemplo, cooperam em temas de inteligência há mais de cinquenta anos (RUDNER, 2004, p. 194). Entretanto, com o advento dos ataques realizados pela Al-Qaeda em território norte-americano em 2001, a cooperação internacional entre serviços de segurança e inteligência ganha maior importância com a Resolução nº 1373 do CSNU, a qual demanda relações ainda mais próximas e colaborativas entre os Estados no combate ao Terrorismo (SVENDSEN, 2010, p. 40-41). Mais especificamente, as Nações Unidas solicitavam que os Estados intensificassem e tornassem o compartilhamento de informação mais dinâmico e que cooperassem de modo mais abrangente para evitar ataques terroristas e agir contra os responsáveis (SVENDSEN, 2010, p. 40-41).

Segundo Rudner (2004), nesse período o nível de colaboração e troca de informação apresentou um aumento sem precedentes nas relações de cooperação, formando-se uma coalizão de inteligência de cerca de 100 países, a qual compreende diferentes abordagens dentro de uma mesma estrutura (RUDNER, 2004, p. 194). Tal cooperação abrange diferentes níveis de compartilhamento de informação, parcerias em diferentes temas e troca de expertise de acordo com as áreas de maior especialidade de cada membro.

A coalizão contraterrorismo formada após o 11 de setembro teve como base mecanismos prévios de cooperação internacional em temas de inteligência (RUDNER, 2004, p. 194). Apesar desses mecanismos serem altamente secretos, sendo difícil saber ao certo o nome dado a ele, assim como sua descrição e os países aderentes, de acordo com Martin (2004, p. 194-195) eles podem ser multilaterais, plurilaterais ou bilaterais. Os sistemas multilaterais de cooperação em inteligência compreendem alianças formais com alto nível de confidencialidade. Essas relações são baseadas em princípios de divisão de responsabilidades, compartilhamento de tecnologia, direcionamento e cobertura, cooperação operacional, acesso a ativos de inteligência de todo o acordo, assim como o alto nível de compartilhamento dos produtos de inteligência gerados a partir desse (RUDNER, 2004, p. 195).

Enquanto isso, de acordo com Rudner, a cooperação plurilateral “ocorre normalmente através de estruturas mais simples, redes informais, ‘grupos’ ou ‘associações’, para compartilhamento de inteligência” (tradução nossa). Apesar das redes plurilaterais de cooperação abrangerem muitos aliados, o compartilhamento de informações tende a ser mais facultativo e voltado para temas específicos de interesse comum dos membros (RUDNER, 2004, p. 195). Já a cooperação bilateral em inteligência varia entre relações regulares ou *ad hoc*, as quais facilitam a troca de material e serviços especializados capazes de atender a problemas e ameaças específicas (RUDNER, 2004).

Uma das alianças multilaterais de inteligência é a cooperação entre os Estados Unidos e o Reino Unido, já existente há algumas décadas, a qual conta também com a participação do Canadá, Austrália e Nova Zelândia (RUDNER, 2004, p. 195-196). Tal aliança já apresentou relevância significativa no combate ao Terrorismo islâmico. Com alcance global e capacidades criptanalíticas e de interceptação avançadas, essa aliança já realizou ataques bem sucedidos em dados de telefone e comunicação da Al-Qaeda, os quais viabilizaram a identificação e rastreamento do grupo e determinadas células, consequentemente prevenindo ataques terroristas, monitorando e interceptando transações financeiras, além de localizar e apreender líderes do grupo (RUDNER, 2004, p. 203).

Outro sistema multilateral de cooperação para inteligência é a aliança europeia, a qual foi criada com iniciativa da França e recebe logo depois, Alemanha e Itália, além de ser aberta para todos os outros membros da União Europeia (RUDNER, 2004, p. 196). Já a China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão formam outra aliança de cooperação em temas de inteligência, porém essa menos conhecida. Por fim, o bloco soviético juntamente dos governos europeus orientais, é outro exemplo de cooperação em inteligência.

Segundo Posen (2002), as relações de cooperação são essenciais para o combate ao Terrorismo, uma vez que a organização terrorista pode possuir bases, apoiadores e demais fatores, que viabilizam suas práticas, estabelecidos em diferentes países. Isso explica em partes, a necessidade à época, do governo de George W. Bush, de construir uma coalizão internacional, assim como fizeram outros vários governos após sofrerem com ataques

terroristas em seus territórios (POSEN, 2002, p. 43). Dessa forma, pode não ser interesse de um Estado atuar contra o grupo terrorista visto a distância territorial ou pelo mesmo não ser capaz de responder a organização da forma necessária, sendo relevante a sua aliança a um terceiro interessado e capaz de atuar em conjunto.

Essa relação de cooperação é importante, pois um Estado pode ter as informações que outro não possui ou ter conhecimento do território e da população em questão, da forma que o segundo não conhece, além das consequências originadas de um ataque terrorista serem enfrentadas de maneira mais eficiente pelo país alvo dessa operação de terror (POSEN, 2002, p. 43). Porém, existem os casos em que o Estado hospedeiro se posiciona em apoio à entidade terrorista e dessa forma o mesmo terá de ser considerado mais um adversário, além do próprio grupo terrorista.

Deve-se ressaltar que em uma relação de cooperação faz-se necessário o estabelecimento de uma estratégia a ser seguida para combater a instituição terrorista (POSEN, 2002, p. 43). Essa estratégia ressaltará as prioridades da ação em conjunto e desenhará as medidas a serem tomadas, além de demandar certos recursos, como dinheiro, tempo, capital político e capacidade militar, sendo o último considerado um dos principais fatores. Posen (2002, p. 46) ainda afirma que a inteligência como forma de combate ao Terrorismo também se trata de um fator crítico e muito importante, fazendo assim com que a cooperação seja ainda mais necessária, pois as trocas de informações entre os Estados lhes permitirão maior conhecimento sobre a questão, a instituição terrorista, seus apoiadores e outros fatores, realizando assim um trabalho mais eficiente de combate às atividades do grupo e sua própria estrutura .

Ademais, as cooperações multilaterais são significativas para compreender o fluxo dos recursos monetários uma vez que o Terrorismo possui caráter internacional (WARD, 2003) e transações internacionais de recursos financeiros, fator que facilita a sua internacionalização (GALLANT, 2007, p. 454). Dessa maneira os grupos terroristas conseguem se apresentar em diferentes territórios, o que faz o compartilhamento de informações entre Estados ser de alta relevância e contribuir para o combate a esse fenômeno através dos mecanismos de inteligência.

## Estudo de caso: Coalizão internacional americana em combate ao ISIS

Uma das ações em conjunto mais recentes contra grupos terroristas foram os ataques da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos ao Estado Islâmico, grupo terrorista fundamentalista religioso com maior relevância no plano internacional nos últimos anos (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2017, p. 72). Essa resposta contribuiu para que forças iraquianas e curdas recuperassem territórios chaves que se encontravam sob domínio do grupo, como discursou Obama quando ainda presidente dos Estados Unidos:

No mês passado eu ordenei nossos militares a tomarem medidas direcionadas contra o EIIL [Estado Islâmico do Iraque e do Levante] para interromper seus avanços. Desde então realizamos, com sucesso, mais de 150 ataques aéreos no Iraque. Esses ataques protegeram as equipes e instalações americanas, mataram combatentes do EIIL, destruíram armas e forneceram espaço para que as forças iraquianas e curdas recuperem territórios chaves (OBAMA, 2014, p. 2, tradução do autor).

Em seguida, após os ataques sofridos pela capital francesa em novembro de 2015, o governo francês acionou o Tratado de Lisboa para requerer suporte de aliados europeus para coordenar bombardeios contra o Estado Islâmico, além de ter tido apoio americano nos bombardeios aéreos contra territórios sob controle do ISIS (DWORKIN, 2016, p. 5). Tal resposta teve relevância significativa, uma vez que, possivelmente, influenciou a redução do faturamento do grupo, o qual saiu de USD 81 milhões por mês em 2015, para USD 16 milhões por mês em 2017, perdendo então capacidade relevante de atuação (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2017, p. 83).

Mais tarde, no início da administração de Donald Trump, os Estados Unidos continuaram executando ataques contra as instalações do ISIS na Síria e no Iraque (DALTON 2017, p. 3). Entretanto, ao longo do governo de Trump é possível perceber uma mudança na cooperação para combate ao Terrorismo, quando o presidente americano ameaça, por exemplo, reduzir a cooperação em contraterrorismo (QUESSARD; HEURTEBUZE; GAGNON, 2020, p. 102-104).

Apesar da mudança na postura americana, observa-se que a cooperação internacional para combate ao ISIS teve efeito significativo. A redução brusca das atividades do grupo em 2018, de 69% em comparação ao ano anterior e 85% em relação ao período de

maior atividade do ISIS, foi majoritariamente liderado pela coalizão internacional americana e forças locais, os quais, militarmente, derrotaram o grupo no Iraque e na Síria (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2019, p. 16).

### **Considerações finais**

Dessa forma, diante do exposto ao longo deste artigo, entende-se que o impacto das atividades terroristas na Sociedade Internacional, ameaçando a paz e a segurança da mesma, corroboram uma maior tendência à cooperação internacional para combater as organizações terroristas. Um exemplo claro disso é o aumento das ratificações dos instrumentos da Organização das Nações Unidas para combate às atividades terroristas, após o atentado de 11 de setembro de 2001, por meio, principalmente, de um compartilhamento de informação mais automático e dinâmico entre os Estados.

Como ressalta Rudner (2004, p. 195), apesar de serem basicamente imperceptíveis, as relações de cooperação em inteligência são altamente relevantes para a segurança coletiva, além de serem essenciais para a Sociedade Internacional (NOMIKOS, 2016, p. 179). Segundo Nomikos (2016), diante de eventos como o 11 de setembro e os atentados terroristas na Espanha e na Inglaterra em 2003 e 2005, respectivamente, inteligência e segurança passaram a apresentar, mais do que em qualquer outro período da história, relevância significativa em discursos políticos ocidentais, o que representa uma reação positiva desses países, visto que a cooperação em inteligência é vista como a ferramenta mais importante no combate ao Terrorismo internacional (NOMIKOS, 2016, p. 179).

Entre 2007 e 2011 é possível observar uma queda de 35% de mortes por ataques terroristas ao redor do mundo. Entretanto, a partir desse período esse número voltou a subir, devido ao início da proeminência do ISIS, o qual atingiu seu auge em 2014 (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2019, p. 35). Desde então, o Estado Islâmico começou a perder territórios e capacidade de atuação (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2019, p. 35), o que se deu em grande parte, como visto ao longo do estudo de caso, pela atuação de Estados em cooperação internacional. Além disso, se considerarmos os países atingidos por pelo menos um ataque terrorista fatal, enquanto em 2004 foram 39, entre 2012 e 2019 foram 60 países ou mais, que sofreram ao menos um ataque fatal por ano.

Em 2016, esse número apresenta aumento significativo para 79 países com pelo menos uma morte por atividade terrorista (INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2019, p. 35).

Diante desse aumento significativo do alcance das atividades terroristas desde o início do século XXI, entende-se que a cooperação internacional para combate ao Terrorismo continua sendo de extrema relevância, pois isso representa uma maior internacionalização do fenômeno, ou seja, uma maior capacidade de financiar, planejar e executar as atividades em diferentes territórios (GALLANT, 2007, p. 454). Além disso, acredita-se que os níveis de cooperação internacional, principalmente em temas de inteligência, para combate ao fenômeno, tendem a aumentar ou ao menos permanecer, visto que os Estados agem dessa forma por possuírem um objetivo comum, combater o Terrorismo internacional.

Por fim, considerando a recente mudança de comportamento dos Estados Unidos, o qual não o faz sozinho na administração de Donald Trump, mas sim acompanhado de um movimento internacional de relativo nacionalismo, podemos acreditar em uma tendência à redução dos níveis de cooperação internacional, como ameaçou Trump a reduzir a cooperação em temas de contraterrorismo, e como fez recentemente, ao efetivamente deixar a Organização Mundial da Saúde (OMS). Entretanto, como abordado ao longo do presente artigo, uma vez que o Terrorismo internacional ameaça a segurança da Sociedade Internacional e o seu combate consiste em um objetivo comum entre os Estados, crê-se em uma manutenção ou até mesmo aumento das relações de cooperação para combate ao Terrorismo, principalmente voltada para temas de inteligência, caso esse fenômeno volte a apresentar ameaças ainda mais eminentes e continue aumentando o seu alcance internacional.

*Recebido em 1 de julho. Aceito em 8 de julho.*

### **Referências bibliográficas**

ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. Why States Act Through Formal International Organizations. **Journal of Conflict Resolution**, v. 42, n. 3, 1998, pp. 3-32.

BIERSTEKER, Thomas J. **Counter-terrorism measures undertaken under UN Security Council auspices.** Business and Security. Public-private Sector Relationships in a new Security Environment, Oxford, 2004, pp. 59-75.

BULL, Hedley. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics.** New York: Palgrave, 2002.

CRENSHAW, Martha. **Terrorism in context.** Penn State Press, 2010.

DALTON, Melissa G. **Defiting Terrorism in Syria: A New Way Forward.** Center for Strategic and International Studies, 2017.

DWORKIN, Anthony. **Europe's New Counter-terror Wars.** European Council on Foreign Relations, 2016.

FEARON, James D. Bargaining, Enforcement, and International Cooperation. **International Organization**, v. 52, n. 2, 1998, pp. 269-305.

FREEMAN, Michael. The Sources of Terrorist Financing. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 34, n. 6., 2011, pp. 461-475.

GALLANT, Michelle M. Tax and terrorism: a new partnership? **Journal of Financial Crime**, v.14, n. 4, 2007, pp. 453-459.

GUPTA, Dipak K. Exploring Roots of Terrorism. In: BJORGO, Tore. **Root Causes of Terrorism: Myths, Reality and Ways Forward.** New York: Routledge, 2005.

HAMILTON, Lee H. **Uniting against terror: Cooperative nonmilitary responses to the global terrorist threat.** Cambridge: MIT Press, 2007.

HOFFMAN, Bruce. **Inside Terrorism.** Chichester: Columbia University Press, 2006.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2017.** Measuring and understanding the impact of terrorism. Sydney: Study of Terrorism and Responses to Terrorism, Novembro 2017. IEP Report 55.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index.** Measuring and understanding the impact of terrorism. Sydney: Study of Terrorism and Responses to Terrorism, Novembro 2019. IEP Report 69.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence. **Survival: Global Politics and Strategy**, v. 15, n. 4, 1973, pp. 158-165

LEWIS, Bernard. **A Crise do Islã: Guerra Santa e Terror Profano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NOMIKOS, John M. **The Transatlantic Intelligence Cooperation, the Global War on Terrorism, and International Order.** International Order in a Globalizing World, 2016, pp. 161-181.

OBAMA, Barack. **Statement by the President on ISIL**, publicado em Whitehouse.gov, [https://www.whitehouse.gov/the-pressoffice/2014/09/10/statement-presidentISIL-1].

PALAN, Ronen; MURPHY, Richard; CHAVAGNEUX, Christian. **Tax Havens: How Globalization Really Works.** New York: Cornell University Press, 2010.

POSEN, Barry R. The Struggle against Terrorism. Grand Strategy, Strategy, and Tactics. **International Security**, v. 26, n. 3, 2002, pp. 39-55.

QUESSARD, Maud; HEURTEBUZE, Frédéric; GAGNON, Frédérick. **Alliances and Power Politics in the Trump Era: America In Retreat?** Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2020.

RUDNER, Martin. Hunters and Gatherers: The Intelligence Coalition Against Islamic Terrorism. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 17, n. 2, 2004, pp. 193-230.

SCHMID, Alex P. Frameworks for Conceptualising Terrorism. **Terrorism and Political Violence**, v. 16, n. 2, 2004, pp. 197-221.

SVENDSEN, Adam D. **Intelligence Cooperation and the War on Terror: Anglo-American security relations after 9/11.** New York: Routledge, 2010.

WARD, Curtis A. Building Capacity to Combat International Terrorism: The Role of the United Nations Security Council. **Journal of Conflict & Security Law**, v. 8, n. 2, 2003, pp. 289-305.

## COVID-19 e petróleo: panorama atual e rumos energéticos

Flávio Lira\* e Felipe dos Santos Oliveira\*\*

**Resumo:** Esta é uma pequena apresentação conjuntural do panorama global do petróleo e, em menor escala, das energias renováveis no contexto de um mundo em pandemia. Nesta análise, serão trazidos dados sobre consumo, produção e preço deste hidrocarboneto, seguidos de uma discussão acerca do impacto sofrido pela indústria de petróleo e as perguntas que se colocam acerca da transição energética em 2020. Conforme se concluirá, a atual dinamicidade das mudanças no mercado energético ainda não permite previsões de monta acerca dos rumos do petróleo e, em menor escala, das energias renováveis, mas é possível delinear algumas possibilidades para a energia em um momento de adaptação à atual crise. Foram utilizados, primordialmente, dados da Agência de Informação Energética dos EUA (EIA) e da Agência Internacional de Energia (IEA). Esta pretende ser uma análise introdutória e não exaustiva acerca de um fenômeno que, no momento de sua escrita (junho de 2020), ainda se desenrolava.

**Palavras-chave:** Petróleo; Energias Renováveis; COVID-19.

### Introdução:

O panorama energético de curto prazo da Agência de Informação Energética dos EUA (EIA) apontava que o petróleo bruto tipo Brent custaria, em média, US\$ 61 por barril (b)<sup>1</sup> em 2019 e US\$ 65/b em 2020, sofrendo um aumento desde o fim de 2018, mas, no geral, com um preço menor que a média de 2018: US\$ 71/b. O preço do petróleo bruto do tipo West Texas Intermediate (WTI) foi US\$ 8/b a menos que o preço do Brent em dezembro de 2018, e era esperado que essa diferença diminuísse para US\$ 4/b no primeiro trimestre de 2019 e ao longo de 2020 (EIA, 2019a). Esperava-se que os preços regulares da gasolina no varejo nos Estados Unidos seguissem as mudanças no custo do petróleo, passando de uma média de US\$ 2,73<sup>2</sup> por galão em 2018 para US\$ 2,47 por galão em 2019, antes de subir para US\$ 2,62 por galão em 2020 (EIA, 2019a). Como cada barril de petróleo bruto possui 42 galões, uma variação de US\$ 1/b no preço do petróleo geralmente se traduz em uma variação de 2,4 centavos por galão no preço de produtos petrolíferos, como a gasolina (EIA, 2019a). Ainda, foi previsto que os estoques globais de petróleo e outros combustíveis líquidos

---

<sup>1</sup> 1 barril norte-americano = 158,9 litros.

<sup>2</sup> 1 barril norte-americano = 158,9 litros.

\* Pós-doutorando no Institute for Advanced Sustainability Studies em Potsdam, Alemanha. Professor Adjunto de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (flaviolira@unipampa.edu.br).

\*\* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (felipeoliveira.aluno@unipampa.edu.br).

aumentaram em uma taxa média de 0,4 milhão de barris por dia (mb/d) em 2018 e em cerca de 1,0 milhão b/d no quarto trimestre de 2018 (EIA, 2019a).

Em julho de 2019, a EIA produziu um relatório mostrando que o consumo de petróleo dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) seria menor do que o esperado. Isto se explica pelo clima ameno durante os meses mais frios na Europa, o que reduziu o consumo da mercadoria, concomitantemente à queda do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da OCDE. Porém, o consumo de combustíveis líquidos de países não membros da OCDE seria 1,1 mb/d maior do que o esperado (EIA, 2019b). Já sobre o ano de 2019, os dados fornecidos pela EIA no início de 2020 mostraram que o preço do petróleo bruto tipo Brent foi US\$ 7/b menor do que a média de 2018, assim como os preços WTI. A diferença foi no preço de cada referencial, pois, enquanto o Brent teve queda de US\$ 71/b para US\$ 64/b, o WTI teve queda de US\$ 64/b para US\$ 57/b (EIA, 2020a).

Em 2019, os EUA foram o país que mais produziu petróleo no mundo, concentrando 18% da produção mundial, seguidos de Arábia Saudita (12%), Rússia (12%), Canadá (6%) e Iraque (5%) (IBP, 2020). Dentre os maiores consumidores de petróleo e outros líquidos derivados do gás natural, tem-se EUA, China, Índia, Japão e Arábia Saudita (BP, 2020). Em relação à participação no total global, os maiores exportadores de petróleo foram Arábia Saudita (13,3%), Rússia (12,1%), Iraque (8,3%), Canadá (6,8%) e Emirados Árabes Unidos (6,6%) (WORLD'S TOP EXPORTS, 2020a). A diferença entre produtores e exportadores se explica pelo fato de que os EUA consomem grande parte da sua produção, diferentemente de outros países que têm sua economia baseada na exportação do petróleo e outros hidrocarbonetos. Os maiores compradores de petróleo bruto durante 2019 foram a China, os Estados Unidos, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul, representando, respectivamente, 22,6%, 12,5%, 9,7%, 6,9% e 6,6% das importações totais de petróleo bruto (WORLD'S TOP EXPORTS, 2020b).

Para o ano de 2020, previu-se, pela EIA, que os preços do petróleo bruto iriam cair no primeiro semestre, e então cresceriam até 2021. A agência considerou que, pelos eventos geopolíticos que haviam acontecido no fim de 2019 e no início de 2020 (ataques a navios

tanques no Golfo Pérsico), o preço do petróleo bruto teria um leve aumento, diminuindo, contudo, ao longo da primeira metade de 2020 e sofrendo um aumento posterior ao longo do ano (EIA, 2020b).

### A diminuição na demanda por petróleo em 2020

As medidas de isolamento e confinamento – o chamado *lockdown* – ao redor do mundo provocaram significativa queda na circulação de pessoas e mercadorias, o que fez com que os preços dos combustíveis diminuíssem consideravelmente e a demanda por petróleo caísse. O consumo de petróleo nos EUA chegou ao seu nível mais baixo em décadas, e a demanda ficou em 13,8 mb/d na terceira semana de abril, o pior nível desde o início dos anos 1990, além do valor do barril ter sido 31% menor em abril do que a média entre janeiro e março (EIA, 2020c). Em termos absolutos, a gasolina, que é o principal derivado do petróleo, teve queda de 40% em sua oferta nos EUA, caindo de 8,9 mb/d entre janeiro e março para 5,3 mb/d na semana do dia 17 de abril (EIA, 2020c).

De acordo com a IEA, a China, epicentro inicial da pandemia da COVID-19, seria o país que mais sofreria com a demanda de petróleo no primeiro trimestre de 2020, com uma redução anual de 1,8 mb/d; já a demanda global cairia 2,5 mb/d. Os planos de contenção do avanço do vírus na China permitiriam que, no segundo semestre, o país compensasse a queda na demanda em outros países e a melhora do cenário para o insumo dependeria das ações governamentais para conter o surto em seus respectivos países (IEA, 2020a).

### A guerra dos preços do petróleo

Além da emergência representada pela pandemia de COVID-19 – que provocou queda na demanda por petróleo devido à diminuição das movimentações rodoviárias e aéreas – já era esperado algum abalo nos preços do petróleo devido à crescente capacidade de refino que não vinha acompanhando o aumento da demanda, além das novas especificações para navios petroleiros. Há, ainda, uma questão geopolítica envolvida. Segundo a IEA, desde 2018, a produção de petróleo de Líbia, Irã e Venezuela<sup>3</sup> foi reduzida

---

<sup>3</sup> Países membros da OPEP+, aliança entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e países com produção significativa de petróleo, em especial a Rússia.

em 3,5 mb/d, pois, mesmo antes da crise da COVID-19, o mercado já enfrentava excesso de estoque. Assim, os membros da OPEP+ se viram obrigados a diminuir sua produção para manter os preços. Prevê-se que a demanda global por petróleo cresça a uma taxa anual média de pouco menos de 1 mb/d até 2025 e um acumulado de 5,7 mb/d, sendo a China e a Índia os maiores importadores, e que o fornecimento de petróleo por países não membros da OPEP+ cresça 4,5 mb/d, contra 1,4 mb/d dos países membros da OPEP+ (IEA, 2020a). A previsão se baseia na hipótese de que as sanções dos EUA contra a Venezuela e Irã permaneçam.

Em abril de 2020, a OPEP+ realizou uma videoconferência para tratar dos preços do petróleo. Ficou definido que haveria ajustes no nível da produção e que, de 1º de maio a 30 de junho, esta cairia para 10 mb/d; para 8 mb/d entre julho e dezembro; e, finalmente, para 6 mb/d de janeiro de 2021 até o fim de abril de 2022 (OPEP, 2020a). Porém, dias depois, houve correções para os ajustes, os quais seriam de 9,7 mb/d, 7,7 mb/d e de 5,8 mb/d, respectivamente, nos mesmos períodos. O ajuste, porém, não valeria para o Reino da Arábia Saudita e para a Federação Russa, com os níveis de produção configurados em 11 mb/d para ambos os países, com vigência até abril de 2022, prevista uma revisão de contrato para dezembro de 2021 (OPEP, 2020b). A situação entre Rússia e Arábia Saudita ocasionou uma crise dentro da OPEP+ (a chamada “guerra dos preços”) devido à a inflexibilidade da Rússia em diminuir sua produção diante da crise da COVID-19.

Apesar dos mercados relativamente estagnados, a crescente demanda asiática aparentemente permitiria que a oferta de petróleo se mantivesse estável. Assim, prevê-se que a produção de países da OPEP+ cresça com o tempo, a depender da abertura gradual das atividades afetadas pelas medidas de contenção da pandemia. Estima-se que a crescente demanda da China e da Índia permitam uma retomada no crescimento da produção da OPEP+ (IEA, 2020a). Assim, os países membros da organização, especialmente os do Oriente Médio, passam a ter maior controle sobre a produção mundial.

### **O crescimento dos modais renováveis durante a pandemia**

A demanda por energia mundialmente deve cair cerca de 6% em 2020 na esteira de uma eventual – e gradual – reabertura dos serviços e das atividades afetadas. A demanda por energia renovável cresceu cerca de 1,5% no primeiro trimestre de 2020, particularmente devido aos seus baixos custos operacionais. O setor de energias renováveis (S.E.R.) compõe 13% da oferta global de energia e 27,5% da oferta do setor elétrico (IEA, 2020b). Não é possível, porém, descrever um comportamento generalizado no S.E.R. no primeiro semestre de 2020 dada a variedade de modais que o compõem (como energia hidrelétrica, eólica, solar), além das idiosincrasias dos atores responsáveis pela sua implantação e operação.

Países nos quais a transição energética<sup>4</sup> se encontra mais avançada (como em diversos estados membros da União Europeia), a tendência é que, inicialmente, tais sistemas tenham sua participação fortalecida ou, ao menos, mantida na oferta de energia local. Já em estados nos quais a transição energética não atingiu grandes proporções e/ou nos quais a pressão dos grupos de poder vinculados às energias tradicionais vigora, é provável que se verifique, ainda que temporariamente, a manutenção ou o fortalecimento de modais antigos, dada a sua historicidade, agremiação de interesses e, comparativamente, menores custos operacionais. É importante atentar-se ao fato de que mesmo em regiões nas quais a transição energética foi mais bem-sucedida, a demanda decrescente por energia afeta a precificação de instalações do S.E.R. e das emissões de carbono, com uma consequente queda nos preços por unidade de CO<sub>2</sub> desde o início da crise (Weko e Lira *apud* Weko et al., 2020; ICAP, 2020).

Uma menor renda advinda da venda de energia renovável aos consumidores para pagamento às empresas produtoras pode significar outra queda para importantes atores do S.E.R., prejudicando a sustentação e a continuidade de vários projetos de energias renováveis. É relevante frisar que a velocidade de instalação de sistemas de energias renováveis tende a sofrer uma desaceleração devido à priorização de infraestrutura emergencial durante a pandemia; adicionalmente, verifica-se a interrupção de cadeias globais de valor de diversas indústrias, o que também afeta equipamentos de energia limpa.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada para descrever o abandono controlado das fontes tradicionais de energia em prol de energias mais limpas.

Cortes na oferta de grandes fornecedores de partes e maquinários, como a China, e cortes esperados na produção afetam significativamente empresas e trabalhadores do setor. Outro efeito deletério expressivo que se verifica no setor são os cancelamentos de leilões de energia, que, se por um lado afetaram projetos a serem desenvolvidos no setor de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), por outro também afetaram o calendário do desenvolvimento das renováveis, como ocorrido no Brasil em março do presente ano, quando importantes leilões tiveram que ser cancelados como resultado da pandemia (Brasil, 2020; ANP, 2020). No momento de escrita deste estudo, segue incerto como e quando tais certames retornarão.

### **Considerações finais**

Os preços do petróleo recebem especial atenção desde os famosos embargos sincronizados por países árabes na década de 1970. Os choques que se verificaram demonstraram não somente a grande dependência global em relação à commodity, como também trouxeram à baila novas formas de exercício de poder baseadas no controle de recursos energéticos estratégicos. Em outras palavras, apesar da dependência significativa de diversos estados e indústrias em relação ao petróleo já ser observada desde a primeira metade do século XX, o fortalecimento de determinados atores fornecedores capazes, a partir de então, de exercerem pressão de forma isolada ou coordenada foi uma novidade histórica. Atualmente, ao se constatar a crise dos preços do petróleo ocasionada tanto pela guerra de preços russo-saudita quanto pelas atuais medidas de contenção sanitária em um contexto de pandemia, um conjunto de desenvolvimentos colaterais deve ser observado ao se interpretar a situação contemporânea.

Cabe lembrar que os choques do petróleo ocorridos na década de 1970 impulsionaram o desenvolvimento massivo de biocombustíveis e de modais energéticos renováveis de forma ampla. Simultaneamente ao crescimento da retórica ambientalista desde a mesma década, aumentou-se a narrativa do *phasing out*, ou seja, do gradual abandono do petróleo (além de demais modais energéticos “tradicionais”, como a energia nuclear e o carvão) em prol de formas mais limpas de energia. Estes movimentos costumam crescer, de forma imediata, quando há crise em setores tradicionais. Ou seja, dada certa

perda da credibilidade do petróleo e de seus derivados como motores primordiais do funcionamento energético global, abriu-se a possibilidade do crescimento de iniciativas energéticas “alternativas” através da contestação do lugar-comum representado pela indústria dos hidrocarbonetos. Porém, assim como crises passadas não significaram o fim da utilização de petróleo – ou mesmo a diminuição de seu uso, de forma absoluta –, o atual cenário de crise petrolífera dificilmente desferirá um golpe derradeiro nessa indústria, a qual provavelmente tentará uma manutenção de sua posição através de segundas reinvenções. É sempre muito importante que se lembre da multiplicidade de interesses envolvidos na comercialização e na utilização de petróleo e derivados em todo o mundo, isto é, quantos (e quais) atores estão envolvidos nas etapas de exploração e comercialização. Neste âmbito encontram-se estados (petroestados e estados compradores), investidores, tomadores de decisão, grandes empresas e seu representantes. A indústria de petróleo e gás natural gera em torno de US\$ 3,3 trilhões em renda anualmente (McClay, 2020); as economias de diversos países dependem de sua manutenção; e a contínua busca por lucro de investidores neste grande mercado não raro adquire prioridade em relação ao “risco” de se investir em formas alternativas de energia.

Verifica-se atualmente, portanto, embates distintos ao redor de uma grande área-tópico, que é a energia: entusiastas dos combustíveis fósseis vs. entusiastas de energias renováveis; defensores de maior controle estatal sobre o gerenciamento energético vs. adeptos do livre mercado; defensores de quebras sistêmicas vs. defensores da gradualidade de uma transição energética. Estes exemplos não são exaustivos, mas ilustram parte da complexidade de se estimar mudanças no âmbito energético local e global – não menos em momentos de crise como a atual. Isto se dá, de forma simplificada, devido a movimentos que operam com lógicas e objetivos distintos. Tais dicotomizações servem mais como instrumentos de uma explicação pontual do que para elucidar dinâmicas mais profundas, dado que os interesses de atores como estados e investidores costumam ser complexos (manutenção da segurança energética; proteção ambiental e impactos na saúde pública; retorno, segurança e previsibilidade de investimentos). É importante, contudo, que se proceda a esse tipo de apreciação inicial para que não se perca de vista a constante existência de metas conflitantes no âmbito energético que podem levar: a) ao reforço do *business as usual* (ou seja, da forma historicamente comum de se operar a energia no cenário global e

local, com ênfase nos hidrocarbonetos, com participação secundária de fontes renováveis e/ou limpas) ou; b) a uma inflexão sistêmica (ganhos significativos e não retrocedentes dos modais renováveis e/ou limpos em detrimento dos hidrocarbonetos). Nesta possível bifurcação, dado o presente cenário, não há ainda clareza sobre qual panorama possui maior probabilidade de se materializar, mas acompanhar o comportamento dos atores, estatais ou não, que compõem a multiplicidade de interesses envolvidos é um importante passo inicial para se compreender as atuais transformações nesta área tão sensível e dinâmica da energia nas relações internacionais.

*Recebido em 25 de junho. Aprovado em 1 de julho.*

### Referências bibliográficas

ANP (Agência Nacional de Petróleo), 2020. **Rodadas de Licitação de Petróleo e Gás Natural: 17th Bidding Round**. 2020. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/en/17th-bidding-round>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BP, 2020. **Statistical Review of World Energy 2020**: 69th edition. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-oil.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Brasil, 2020. **Imprensa Nacional: Diário Oficial da União: PORTARIA Nº 134, DE 28 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-134-de-28-de-marco-de-2020-250263670>>. Acesso: 19 jun. 2020.

EIA (AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO ENERGÉTICA DOS EUA). 2019a. **EIA forecasts world crude oil prices to rise gradually, averaging US\$ 65 per barrel in 2020**. 16 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=38032>>. Acesso em: 23 maio 2020.

EIA (AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO ENERGÉTICA DOS EUA). 2019b. **Short-Term Energy Outlook (STEO)**. Jul. 2019. Disponível em: <<https://www.eia.gov/outlooks/steo/archives/jul19.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

EIA (AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO ENERGÉTICA DOS EUA). 2020a. **Crude oil prices were generally lower in 2019 than in 2018**. 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=42415>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

EIA (AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO ENERGÉTICA DOS EUA). 2020b. **EIA forecasts crude oil prices will fall in the first half of 2020, then rise through 2021**. 21 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=42535>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

EIA (AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO ENERGÉTICA DOS EUA). 2020c. **COVID-19 mitigation efforts result in the lowest U.S. petroleum consumption in decades**. 23 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=43455>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

IBP (INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS), 2020. **Maiores produtores mundiais de petróleo em 2019**. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/maiores-produtores-mundiais-de-petroleo-em-2019/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ICAP (International Carbon Action Plan). 2020. **Allowance Price Explorer**. Disponível em: <<https://icapcarbonaction.com/en/ets-prices>>. Acesso: 23 jun. 2020.

IEA (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA), 2020a. **Oil 2020**. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/oil-2020>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

IEA (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA), 2020b. **Global Energy Review 2020: The impacts of the Covid-19 crisis on global energy demand and CO<sub>2</sub> emissions**. Disponível em: <<https://webstore.iea.org/download/direct/2995>>. Acesso: 15 jun. 2020.

MCCLAY, R. 2020. **Investopedia. Commodities**. Oil. How the Oil and Gas Industry Works. 6 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/investing/oil-gas-industry-overview/B>:  
<<https://webstore.iea.org/login?ReturnUrl=%2fdownload%2fdirect%2f2995>>. Acesso em 27 jun. 2020.

OPEP (ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO). 2020a. **The 9th (Extraordinary) OPEC and non-OPEC Ministerial Meeting concludes**. 9 abr. 2020. Disponível em: <[https://www.opec.org/opec\\_web/en/press\\_room/5882.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/press_room/5882.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

OPEP (ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO). 2020b. **The 10th (Extraordinary) OPEC and non-OPEC Ministerial Meeting concludes**. 12 abr. 2020. Disponível em: <[https://www.opec.org/opec\\_web/en/press\\_room/5891.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/press_room/5891.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

Weko, S. Eicke, L. Quitzow, R. Bersalli, G. Lira, F. Marian, A. Süsser, D. Thapar, S. Xue, B. **Covid-19 and Carbon Lock-In: Impacts on the Energy transition**. Disponível em: <[https://publications.iass-potsdam.de/rest/items/item\\_6000187\\_3/component/file\\_6000192/content](https://publications.iass-potsdam.de/rest/items/item_6000187_3/component/file_6000192/content)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

WORLD'S TOP EXPORTS, 2020a. **Crude Oil Exports by Country**. 15 jun. 2020. Disponível em: <<http://www.worldstopexports.com/worlds-top-oil-exports-country/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

WORLD'S TOP EXPORTS, 2020b. **Crude Oil Imports by Country**. 23 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.worldstopexports.com/crude-oil-imports-by-country/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

## Resenha

Julia Nishio\* Bruno Andrade Teixeira\*\*

COSTA, Renatho e TRAUMANN, Andrew (org.) **República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. ISBN: 978-65-5531-062-7.

A República Islâmica do Irã, nos últimos 40 anos, se consolidou no cenário regional e internacional como um ator relevante, não apenas pela influência política, mas também pelos aspectos relacionados à sua situação econômico-política, de desenvolvimento de tecnologias nucleares e questões socioculturais e religiosas. A Revolução de 1979 fincou definitivamente esse país no centro do mapa geopolítico regional e seu processo histórico desde então tem sido marcado por fases mais fechadas e outras com tendências mais liberais em relação ao Ocidente.

A coletânea, que tem como organizadores os professores Renatho Costa, da Universidade Federal do Pampa e Andrew Traumann, do Centro Universitário Curitiba apresenta textos de diversas autoras e autores que trabalham com a temática do Irã e sua Revolução, em diferentes abordagens. O livro aborda desde análises mais tradicionais sobre a influência da religião no processo revolucionário e a questão energética iraniana, até assuntos relacionados ao Irã na mídia brasileira e as mulheres na Revolução. Neste ponto, é importante ressaltar a variedade de perspectivas, que se convergem entre si e fazem que se tenha uma visão mais ampla e qualitativa de como foi a Revolução de 1979 e suas consequências para a sociedade iraniana, o entorno regional e o sistema mundial.

O primeiro capítulo coloca em xeque a visão ocidental sobre a República do Irã. Intitulado “O Irã na mídia, as percepções da revolução iraniana através das revistas Manchete e Veja (1971-1979)” e escrito por David Anderson Zanoni, o texto analisa como as duas revistas brasileiras retrataram a Revolução no antigo território persa. O autor examina como a mídia ocidental é capaz de gerar visões distorcidas sobre determinado fato

---

\* Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (PPGSID-ESG). (julia.nishio@hotmail.com).

\*\* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (brunoteixeira.aluno@unipampa.edu.br).

e como isso implica sobre as culturas do Oriente Médio. Zanoni argumenta como a grande mídia consegue influenciar as massas, formando a opinião pública dessa população, listando uma série de reportagens de ambas as revistas como fonte de argumentação. Deste modo, é apresentada uma reportagem da revista Manchete em que fica claro a preferência da revista pela Revolução do Xá e ainda, apresenta o xiismo como um “fanatismo retrógrado”, muitas vezes aludindo o xiismo como uma forma de retrocesso. Além disso, a mesma revista oculta informações e distorce outras conforme seus interesses. Ademais, após a Revolução de 1979, a revista Veja — ao retratar o incêndio no cinema em um momento de tensão política dentro do Irã —, refere-se ao ato com duas hipóteses: a) poderia ser uma armação do próprio Reza Pahlavi, o qual poderia usar disso como incriminação da oposição xiita; ou b) traz fortemente a aversão da revista aos muçulmanos xiitas, quando ela diz que poderiam ter sido os “delirantes” muçulmanos xiitas.

Neste sentido, para o autor, as revistas apresentam a religião muçulmana, da ala xiita, como um fator catalisador das ações violentas, e o fundamentalismo não é um fator puramente islâmico, é um fator global em resposta aos problemas modernos e que seu conceito nasceu no ocidente, mais precisamente nos Estados Unidos pelos protestantes. O autor ressalta que realmente, conforme mostram as revistas, a religião e a questão política no Irã estão em constante vinculação, mas colocar as agressões da oposição contra o governo como ato por causa da religiosidade é uma forma de distorcer a realidade dos fatos, desconsiderando as reais razões dos possíveis ataques.

O segundo capítulo traz a abordagem sobre a influência da religião no processo revolucionário, da autora Patrícia Simone do Prado, que evidencia os cinco pilares que fundamentam a religião. O Islã surge como um vinculador entre a vida política e religiosa do indivíduo, isto é, conforme a autora, desde a raiz da religião, quando a fragmentação e releitura de determinados preceitos foram sendo feitos, como a questão relacionada a sucessão da liderança da Ummah após a morte do Profeta. Desta maneira, o capítulo analisa a influência do xiismo e seus aspectos como elementos que ajudaram no despertar da Revolução Iraniana. O xiismo tem como características a racionalidade (relacionando fé e razão), a espiritualidade e a justiça — esses elementos, desde que não danifiquem a fé, podem servir para o diálogo com o contexto atual. Além disso, um dos cinco pilares do Islã, a justiça, tem se estendido para outro entendimento, que busca uma justiça também social.

“De Sayyeda Zayanab às Basijis: a atuação feminina na preservação da Revolução Islâmica de 1979”, de Karina Arroyo, é o terceiro capítulo do livro e coloca em evidência a participação das mulheres muçulmanas no processo revolucionário. Fica evidente o marco da Tragédia de Karbala, a qual se inspira a cerimônia da *Ashura* e apresenta a figura de Zaynab Al-Kubra, irmã de Hussein, a qual é atribuída a origem da expressão do luto. A *Ashura* possui partes da sua cerimônia voltadas à teatralização, narrações reflexivas (elucidação de memórias), performances, entre outros elementos vinculados à mulher. Tal ritual, portanto, tem sua origem na mulher, sendo este ritual um símbolo de manutenção da identidade e da memória coletiva. A autora traz ainda que esta cerimônia xiita mesmo diante da variação de governos e seus limites, manteve-se presente nas populações xiitas do Oriente Médio, mantendo vivo, por conseguinte, os ideais de Revolução propostos por Hussein.

Não só os homens, mas também as mulheres camponesas estavam entre os manifestantes pró-Khomeini, ocorrendo depois de diversos conflitos e protestos, no dia 1º de abril de 1979 a proclamação da República Islâmica do Irã. A atuação feminina apresenta-se novamente na busca pela manutenção do ideário vivo de Revolução, sendo que em setembro de 1979 as mulheres lançam-se na Cruzada para Reconstrução (*Jihad-i Sazandegi*). Este ato surgiu de um incentivo às mulheres a levantar-se para Deus, seja com seus companheiros seja isoladamente, a partir de um verso, *Qur'an*. Neste ponto, a autora traz uma forte argumentação quanto à vinculação da religião ao ativismo político da mulher no contexto revolucionário. E hoje, mais do que isso, atuam como resistência à tendência ocidental de secularização e leitura euro-américa centrada do conceito de feminismo e liberdade.

Já o quarto capítulo é apresentado por Mário de Oliveira Albuquerque e Murilo Sebe Bom Meihya, intitulado “Sagrada escritura: a Constituição Nacional na formação do Irã Contemporâneo”. Com a Revolução Iraniana, Khomeini e seus aliados deveriam consolidar a Revolução e estabilizar sua liderança, sendo assim, a Constituição de 1979 seria uma forma de concretizar essa dinâmica. Isto baseia-se no fato de que após a Revolução, diversos grupos estavam prontos para tomarem o poder, sendo que seus ideais nem sempre eram convergentes. Khomeini buscava formar um governo islâmico, que tivesse como inspiração o ativismo político do xiismo duodécimo. A ideia de Constituição de Khomeini

foi aceita, incorporou-se o Alcorão e a lei do Islã, inclusive os códigos penais e civis. Ademais, apesar de dar grandes poderes ao líder, o texto abrigava uma série de conselhos e assembleias, as quais foram predominantemente ocupadas pelo clero duodécimo. Os autores afirmam que a Nova Constituição do Irã, de 1979, buscava também recuperar a posição central do clero na política nacional. Posteriormente os autores trazem os artigos da Constituição.

O capítulo “Da Guerra Contra o Iraque ao Programa Nuclear: 40 anos de Política Externa Iraniana”, dos autores Andrew Traumann e Devkub Biezu, inicia-se com o contexto da guerra do Iraque, em setembro de 1980, quando Saddam Hussein invadiu o Irã sob o pretexto de repúdio ao acordo de Argel (o qual definiu o limite de territórios do Irã e do Iraque). Hussein reivindicava um canal de 200 quilômetros ao redor dos rios Tigre e Eufrates, o que possibilitaria uma saída para o mar para o escoamento da produção de petróleo iraquiana. A relação dos dois países era relativamente pacífica após 1979, porém com a saída de Bazergan as relações foram se deteriorando. Neste mesmo enredo, um grupo radical iraniano, chamado Ad-Dawah cometeu um atentado contra o Ministro de Relações Exteriores do Iraque; em contrapartida, o governo do Iraque fez uma série de retaliações ao Irã, entre elas a deportação de xiitas do país.

Já nos anos de 1980, começaram as hostilidades, pois os dois lados possuíam interesses em conflito: o Iraque desejava, além da saída ao mar, ser o mais importante ator no Oriente Médio, achando que essa seria a melhor oportunidade, pensando que o Irã pós revolução estaria caótico; já o Irã de Khomeini percebia a guerra como uma maneira de unir a população em torno de um objetivo comum, já que após a Revolução havia grupos na disputa pelo poder. Durante a guerra o Irã mostrou-se não estar despreparado como o Iraque acreditava, além disso com ofensivas contra navios petroleiros e portos do Golfo Pérsico ocorreu interferência externa. O Irã conseguiu fazer o Iraque regressar às suas fronteiras originais. Os autores trazem que a relativa igualdade entre as forças, mesmo com um Irã ainda desordenado, era o uso da religião e de um objetivo comum como forma de fazer os cidadãos iranianos lançarem-se à guerra, muitas vezes sabendo que seria uma guerra só de ida. Em 1988, ambos os países aceitaram a Resolução da Organização das Nações Unidas e as fronteiras ficaram praticamente inalteradas. Além do que, durante a invasão norte-americana no Iraque, houve mais espaço para atuação do Irã na região. Vale ressaltar o jogo

de poder no Oriente Médio, onde há uma disputa por influência (visível, por exemplo, no apoio a forças não estatais, como o Hezbollah no Líbano) e busca por ser o principal ator entre os países da região. Neste sentido, as disputas com Iraque e Arábia Saudita são sempre percebidas no histórico dos países.

Igor Fuser afirma que o petróleo corresponde a 80% das exportações iranianas, sendo desta forma a principal fonte de renda do país no capítulo intitulado “Petróleo iraniano, da pilhagem britânica ao bloqueio estadunidense”. O autor contextualiza como o petróleo iraniano é cobiçado, fazendo com que o país sofra constantes turbulências no cenário internacional por causa da importância do bem para os países do centro: desde o domínio britânico, passando pelas revoltas e estatização, com a criação da Companhia Nacional Iraniana de Petróleo, a entrada na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, até a eleição, em 2005, de Ahmadinejad. Todos estes eventos tiveram tentativas de influências externas, principalmente de Estados Unidos e Grã Bretanha, os quais não mediam esforços para desestabilizar o país e fazer com que o petróleo ficasse em suas mãos. Todas as restrições impostas, como sanções econômicas (como a política estadunidense de que as empresas não só nacionais mas também estrangeiras não poderiam negociar com o Irã sob risco de punição) acabaram ocasionando déficits para o Irã, o qual não conseguia exportar seus insumos nem conseguir investimentos para a exploração do seu petróleo. Atualmente, o Irã consegue manter certa exportação, graças às importações russas, chinesas, indianas e mesmo japonesas dos insumos petróleo e gás natural, porém desde a Revolução de 1979 as restrições norte-americanas ao país vem tensionando cada vez mais.

O capítulo posterior chama-se “Sem Possibilidades de Sucesso: o surgimento de um sistema político que não pode dar certo”, escrito por Renatho Costa, e aborda questões principais sobre o real motivo do Irã ter sido excluído do sistema internacional desde a implementação da Revolução Islâmica e o porquê do receio de que seu sistema político possa atender às necessidades do povo iraniano. O autor contextualiza o processo histórico iraniano, desde o governo do Xá, a intervenção britânica e depois estadunidense. O Xá, além do desperdício de dinheiro público, também criticava a ala xiita, ao falar sobre o afastamento do xiismo retrógrado. Com os protestos, a deposição do Xá levou à Revolução Islâmica de 1979. Esta revolução já tinha como imaginário comum a busca pela autonomia

das potências da Guerra Fria, EUA e União Soviética. No âmbito interno haviam certas tensões entre religiosos e secularistas para saber quem ocuparia o poder, entretanto, os ideais de Khomeini foram os que ganharam vigor e deram rumo à Revolução.

Após a morte de Khomeini, depois de mudanças efetuadas pelo clérigo — já que líder deveria ser um marja —, foi eleito Khamenei. Nos anos 1990, houve a busca pela liberalização econômica para modernizar o Estado iraniano, entretanto EUA e Israel mantiveram as sanções. Internamente, a população pedia abertura do país, Khatami apoiava tal medida, porém o clero expressava que isso seria um modo de sujeição aos costumes ocidentais. Khatami como forma de tentativa de driblar a visão externa sobre o Irã lança o “Diálogo entre civilizações”, falando sobre respeito às diferenças, tal política foi adotada pela ONU. Todavia, com o 11 de setembro e a adição do Irã no “Eixo do Mal”, afastou a ideia proposta por Khatami e ganhou força a visão dos clérigos mais conservadores (que não viam com bons olhos a aproximação com o Ocidente).

Após o término do mandato de Khatami, em 2005, Ahmadinejad assumiu, com uma política mais agressiva e com discurso de não submissão aos EUA, argumentando sobre a necessária busca de alternativas no poder de barganha, nesse caso, o Programa Nuclear. Contudo, o desenvolvimento nuclear não foi uma boa alternativa para a economia, visto que provocou acentuamento das sanções ao país. Tensionando ainda mais, com pressões de Israel aos EUA, Barack Obama recuou e não reconheceu o Acordo de Teerã (entre Irã, Turquia e Brasil). Neste período internamente no Irã havia divisões entre reformistas e conservadores (dentro das discussões, estava a reafirmação dos costumes). Em 2010, Obama mudou as diretrizes da sua política externa e voltou a negociar com Irã, com o acordo entre o Conselho de Segurança mais Alemanha e Irã, mas com a chegada do governo de Donald Trump, aconteceu retrocesso nas negociações. Costa expõe que tanto EUA quanto Irã possuem interesses no Oriente Médio, o que gera continuamente a desestabilização da região.

Posteriormente, Ana Maria Raietparvar apresenta o texto “A Diáspora Iraniana em Constante Transformação: a Pluralidade de identidades na diáspora iraniana nos Estados Unidos, Europa e Brasil”, que analisa as migrações iranianas e suas peculiaridades. A autora aponta que a identidade do imigrante se transforma durante o caminho, na chegada ao país

de destino e na interação com as pessoas e com o novo ambiente, tendo, deste modo, uma reorganização da cultura. Além disso, a afirmação do que realmente é importante para aquele grupo e as relações entre o país de origem e de destino são determinantes para a reorganização e a forma como o grupo é visto. Os imigrantes iranianos não se organizam em uma comunidade iraniana, mas sim em redes separadas e fragmentadas, o que revela a diversidade de identidades desses imigrantes. Deste modo, as identidades compartilhadas antes da diáspora vão impactar na forma de reorganização no país de destino.

Os acontecimentos que levaram às diásporas iranianas foram: a Revolução Islâmica de 1979; a disputa entre liberais e clero pelo poder após a Revolução; e a Guerra entre Irã e Iraque (1980-1988). Os Estados Unidos é o país que mais recebe imigrantes iranianos depois do Oriente Médio. A autora afirma que os imigrantes iranianos nos EUA eram favoráveis ao governo do Xá, sendo que muitos deles vivem em lugares de classe alta no país de destino. Com a eleição de Trump e a política “Muslim Ban”, os imigrantes iranianos perderam direitos, como de receber familiares no país, o que gerou inclusive aumento da xenofobia. No que se refere à diáspora iraniana na Europa, o continente é o terceiro polo de maior atração desses imigrantes, sendo a Alemanha o principal país de destino (os imigrantes que tem a Europa como destino são cristãos convertidos que alegam perseguição no país de origem por parte do governo do Irã).

Na Europa, esses imigrantes promovem a manutenção das celebrações nacionais, mantendo seus símbolos. Entretanto, são diferentes rituais, mas que igual revelam a diversidade da identidade iraniana. Ademais, essas divisões por identidade religiosa mais as diferentes etapas em que saíram de seu país influenciam na sociabilidade no país de destino. No que tange à diáspora iraniana no Brasil, o país apresenta diferentes estimativas de iranianos no país, numa variação larga de 2 mil até 30 mil. Uma particularidades dos nacionais do Irã no Brasil é que a primeira grande chegada dos iranianos fora seguidores da Fé Bahá'í, na década de 1950, sendo que ainda hoje são maioria no país.

“O Cinema Iraniano Cada vez Menos Iraniano”, sob autoria de Celso Sabadin apresenta a introdução do cinema no Irã em 1900, com inauguração da primeira sala em 1904. Em 1925, abriu a primeira escola de cinema e o Irã produzia uma boa quantidade de longas metragens, porém os filmes das potências ofuscaram a produção iraniana no cenário

internacional. Em 1965 tal situação começa a mudar com o fomento das atividades culturais criado pelo Instituto para o Desenvolvimento Intelectual de Jovens e Crianças. Em 1969 é elaborado um Departamento de Cinema que depois fica conhecido por Kanun, que a partir desta data faz surgir uma gama diferenciada de filmes iranianos. Em 1965 o cinema iraniano começa a ganhar destaque internacional com o filme “A Vaca”. Já nas décadas de 1960 e 1970 o cinema iraniano começa a ser premiado, incluindo no Ocidente. Sua estética era baseada em uma linguagem poética, lírica, que fazia muitas vezes críticas sociais (levando há casos de censura pelo Xá). Entretanto, com a Revolução de 1979 e os novos ditames do novo modelo político-religioso confundiu o que poderia ou não ser feito para o cinema. As novas autoridades acabaram pedindo certificados para que os filmes pudessem ser lançados, o que dificultou a produção.

Além disso, salas de cinema foram nacionalizadas e houve fechamento de salas ao redor do Irã, além alterações nos nomes destas salas que eram de caráter ocidental. Toda esta falta de critérios de censura, a subjetividade e os empecilhos para a produção de longas acabaram fazendo com que cineastas abandonassem o país. Em 1986 foi lançado um Código de Princípios, com uma série de restrições desde insultos à religião, a revolução e as forças armadas até a não abordagem de temas como violência, prostituição, corrupção, além de cenas consideradas com origem estrangeira (roupas, falas costumes ocidentais). Além do aumento da burocracia, a queda do preço do petróleo, a Guerra Irã-Iraque, disputas no poder interno acabam gerando crise no setor cinematográfico. Nesse meio tempo, entretanto, a Kanun seguia aberta e atuante, tanto que no final dos anos de 1980 conseguiu dar frutos novamente mesmo sob censura. Isto porque os cineastas driblavam e deixavam as críticas imperceptíveis.

Esta volta do aumento da produção se dá pelo fato que com o não acolhimento de filmes estrangeiros, de Hollywood, abriu espaço para a produção local. Nos anos de 1980, portanto, há uma nova era de ouro do cinema iraniano, que ganham destaque no cinema internacional, fazendo uma releitura do neorealismo italiano. Entretanto, há uma volta do poder público influenciando mais ainda a Kanun, o que levou mais cineastas a saírem do país. Entre esses altos e baixos, nos anos 1990 e 2000 há um retorno dos frutos depois de políticas com certo teor de flexibilidade por parte do governo. Já em 2009 a censura retorna novamente, e o cineasta Jafar Panahi é preso, gerando comoção internacional, que leva a

uma prisão domiciliar. Por fim, o autor alega que o cenário cinematográfico atual, de *mainstream*, que possuem enfoque muito mais comercial, de consumo rápido, acabaram por ofuscar o cinema tradicional iraniano, que não consegue ainda se adaptar ao novo cenário. Nos anos 2000 há uma tentativa no governo de Khatami em modernizar o cenário da cinegrafia iraniana para que possa concorrer nos mercados ocidentais. Esta característica do século XXI acaba ocidentalizando a estética do cinema iraniano, gerando mais mercado internacional ao custo da estética tradicional do cinema iraniano.

O capítulo posterior traz um trabalho elaborado por Sérgio Abreu e Lima Florêncio, diplomata que estava em Teerã no período da Revolução Iraniana, em 1979. Este capítulo chama-se “Nascimento e Infância de uma Revolução Permanente” apresenta uma crítica inicial a Revolução, que foi marcada pela perseguição de cidadãos iranianos contrários ao regime. Também é ponderado o contexto externo e interno no Irã que proporcionaram a Revolução Islâmica, e aponta que talvez, caso não tivessem tais cenários, a Revolução não seria alcançada. É ressaltado que o Irã está sempre surpreendendo o mundo: ora com a nacionalização do petróleo ora com sua influência e se consagrando em guerras no Oriente Médio ora com seu Programa Nuclear já nos anos 2000, dessa forma o Irã apresenta-se como um ator sempre capaz de ameaçar a ordem internacional (comandado pelos EUA) e influenciar no rumo da história.

O autor aponta que o fundamento político-cultural-religioso foi o que inspirou os símbolos nacionais, que vão dar a identidade da Revolução e dos que a apoiam. Desta forma, exemplos como a pregação da ideologia da Revolução, adoração à figura de Khomeini, o discurso de anti-imperialismo, resgate da herança cultural (ameaçada pelo ocidente) foram símbolos que correspondiam aos anseios do povo iraniano. Tudo isso era um contraponto às políticas adotadas pelo Xá, como o apreço ao Ocidente. Os grupos internos do Irã não absorveram essa mudança cultural, o que abriu espaço para a Revolução Islâmica. Durante a Revolução diferentes grupos, classes, oposições aderiram ao movimento, formando uma aliança. Instituições, como o clero, tomaram as dores das classes e viraram antagonistas do Estado de Xá Pahlavi. Além disso, o detrimento de grupos importantes, como os Bazar (comerciantes), acabou culminando em alianças com o clero, dando força às movimentações.

O autor ainda relata outros fatores que proporcionaram a revolução, que foram: a política externa dos EUA, que não apoiaram líderes reformistas, o que inflou os anseios até um ponto insustentável; a repressão brutal do xá e a indecisão do Xá quanto à liberalização efetiva do regime; a neutralidade política das Forças Armadas Iranianas, o que abriu caminho para as manifestações; e a figura carismática e de liderança de Khomeini. Os líderes da Revolução queriam que os valores da Revolução, de origem xiita se tornassem universais e com o discurso inicial, acabou agradando a grande parte dos revolucionários, evitando, assim, divisões por um certo momento. Com o tempo, o clero ganhava mais vigor ao reafirmar o Islã, sempre auxiliado na figura de Khomeini. Para o autor, a utopia do xiismo universal levou ao fanatismo e à violência, eliminando os demais grupos da oposição, mesmo os que estavam juntos na Revolução. Neste meio tempo, a religião xiita duodécima se consolidou no governo. Florêncio traz que a Revolução Iraniana não se encaixa nos demais parâmetros de revoluções existentes, por ter um fator único de assimilação da religião e de não ser uma revolução de classes. Outrossim, o autor acredita que a Revolução não alcançou transformações sociais marcantes e a economia estava indo mal, com aumento da dependência das exportações do petróleo e abandono da reforma agrária. Mas mesmo neste cenário, o clero construiu mecanismos sociais que não permitiram destabilizações.

O penúltimo capítulo aborda “A Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio (Obama e Trump): seu impacto no Irã em 2019 e 2020”, de Renatho Costa, Andrew Traumann e Devlin Bieuz. O texto mostra que as recorrentes sanções prejudicaram demasiadamente a economia iraniana, como forma inclusive de manchar a gestão do país. Neste limbo de sanções, alternativas foram criadas, como o apoio a alguns países do Oriente Médio e relações com países com peso no Sistema Internacional, como China e Rússia. O medo dos EUA está que a expansão iraniana retire a sua influência na região, que é estratégica para os anseios norte-americanos. Depois de um histórico de sanções dos EUA, o governo Obama, em 2009, muda o discurso e fala em apaziguar as relações entre os dois países, com respeito mútuo e interesses mútuos (posteriormente nem tudo foram flores e o governo Obama recua em algumas propostas). Entretanto, com a pressão israelense, um grande acordo entre Irã, Turquia e Brasil não foi aceito pelos EUA, gerando incertezas no cenário internacional.

Posteriormente, Obama volta atrás e negocia no Conselho de Segurança um acordo de energia nuclear com o Irã. Desta maneira, com menos sanções econômicas o Irã tem uma melhora da sua economia. Com a eleição de Trump a situação piora, fazendo discursos agressivos às minorias e com discursos xenófobos. Trump afirma que os EUA devem punir os países que não trabalham com os EUA e que o país deveria se impor. Além disso, os Estados Unidos muitas vezes foram negligentes no Oriente Médio quanto a casos de assassinato de Estado e foi influenciado por seus parceiros (Israel e Arábia Saudita) na tomada de decisões. Em 2019, EUA saí do tratado nuclear e retoma sanções ao Irã, dando discursos muitas vezes sem provas dos fatos apresentados. Como forma de manter o *status quo* estadunidense, Trump proibiu que empresas negociassem petróleo com o Irã, o que gerou desvalorização da moeda iraniana, aumento da inflação e diminuição das exportações.

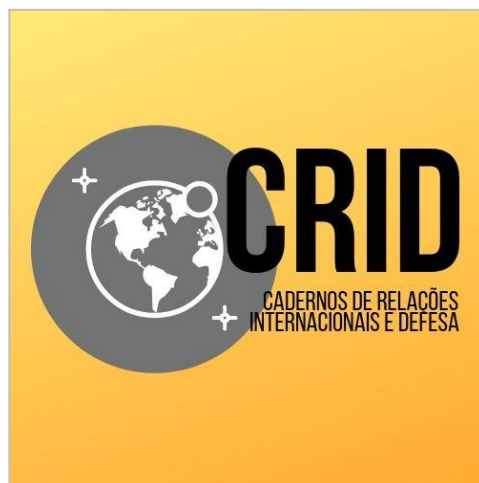
O Irã se nega a negociar o Acordo Nuclear, dando força novamente ao anti-ocidentalismo. Entretanto, há uma deterioração da economia iraniana e para melhorar a situação econômica e de desigualdades sociais, o governo iraniano aprova o aumento do preço dos combustíveis para aumentar a arrecadação, ação que gerou protestos no país, com repressão do governo e depois apaziguamento. Em 2020 uma nova tensão acontece entre EUA e Irã: Soleimani, um dos principais generais da Guarda Revolucionária sofre atentado e morre. Tal personagem era de extrema importância para a política externa iraniana, pois foi ele quem ajudou nas alianças com os xiitas do Iraque, Hezbollah e tinha o objetivo de remodelar o Oriente Médio a favor do Irã. Esta política proporcionaria o “arco de resistência”, o qual é caracterizado pelas alianças com Estados e grupos paramilitares de grande relevância na região, sendo as alianças: Síria, Iraque, Hezbollah e o Iêmen. Assim, encurralando também a Arábia Saudita, que é rival do Irã e parceira dos Estados Unidos. Isto tudo mostra o quão grande ator é o Irã no Oriente Médio e como ele é capaz de influenciar na geoestratégia da região, seja com alianças interestatais seja com alianças paramilitares.

O último capítulo, por fim, é uma entrevista com o sheik Rodrigo Jalloul, o qual vivenciou o cotidiano iraniano que engloba as temáticas dos demais textos. A questão central da entrevista é como a Revolução Islâmica se relaciona com a formação dos religiosos do Irã e seu papel social. Neste sentido, Jalloul expõe que a Universidade que frequentava era para estrangeiros e, desta forma, falavam que eles deveriam retornar aos

seus países para propagar por discurso a fé xiita e a revolução iraniana. Trazendo os discursos de Khomeini, cujo tom possuía valores universais. Ele também relata que no país é possível fazer críticas ao governo, mas não ao sistema revolucionário. Outro ponto interessante, é que autor relata que não é somente a preparação para difundir o Islã no país de origem, mas também a cultura iraniana. Assim, esses intercâmbios de estudos religiosos parecem também ser uma forma de *soft-power* (mesmo que ainda pouco eficientes vista toda projeção orientalista do Irã na mídia).

Dito isto, fica evidente que cada texto é complementado pelo outro, numa leitura fascinante e crescente em sua análise, que agrega vários elementos sobre a Revolução Iraniana, elementos estes que muitas vezes são ofuscados, distorcidos ou até mesmo ignorados pela mídia ocidental. Um ponto essencial é identificar a dimensão da influência geopolítica da República do Irã na região e mundo, que contrapõem aos interesses estadunidenses e de seus aliados. O livro apresenta múltiplas visões e argumentos sobre o Irã que nos fazem pensar: qual será o destino deste país que resiste com a sua Revolução e mais, qual será o destino da região nos próximos anos, pesando os demais países que possuem interesses no Oriente Médio? Os interesses extrarregionais (EUA, Grã Bretanha, China, Rússia) e os interesses do próprio Irã no Oriente Médio tem acentuado a desestabilização na região nos últimos anos, logo, compreender-se a fundo o papel iraniano nesse cenário (pelas questões domésticas e externas) é fundamental para o analista de Relações Internacionais, e o presente livro se torna uma espécie de manual, por abarcar textos de qualidade, com facetas e aspectos centrais desse processo, disponível ao público brasileiro.

*Recebido em 1 de julho. Aprovado em 8 de julho.*



Universidade Federal do Pampa  
Rio Grande do Sul  
Brasil